

**UFRRJ INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS CURSO DE PÓS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**DE QUAL FAVELA ESTAMOS FALANDO?
A PEDREIRA PRADO LOPES PELA ÓTICA DE SEUS MORADORES:
HISTÓRIA DE VIDA DAS MULHERES**

GLEICIANE MARIA DE OLIVEIRA

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DE QUAL FAVELA ESTAMOS FALANDO? A PEDREIRA PRADO
LOPES PELA ÓTICA DE SEUS MORADORES: HISTÓRIA DE VIDA
DAS MULHERES**

GLEICIANE MARIA DE OLIVEIRA

Sob a Orientação do Professor

Edson Miagusko

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais

Seropédica, RJ
Outubro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com
os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

0048dq Oliveira, Gleiciane Maria de, 1983-
De Qual Favela Estamos Falando? A Pedreira Prado Lopes
Pela ótica de Seus Moradores: História de vida das
Mulheres / Gleiciane Maria de Oliveira. -
Contagem, 2019.
112 f.

Orientador: Edson Miagusko.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PPGCS, 2019.

1. Favela. 2. Pedreira Prado Lopes. 3. Mulheres.
4. Moradores. 5. Vivência. I. Miagusko, Edson , 1974
, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PPGCS III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

**DE QUAL FAVELA ESTAMOS FALANDO? A PEDREIRA PRADO LOPES PELA ÓTICA
DE SEUS MORADORES: HISTÓRIA DE VIDA DAS MULHERES**

GLEICIANE MARIA DE OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 08/10/2019

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação

Edson Miagusko. Doutor UFRRJ (orientador)

Carly Machado. Doutora UFRRJ

Yumi dos Santos. Doutora UFMG

Marcia da Silva Pereira Leite. Doutora UERJ



Emitido em 06/10/2021

TERMO Nº 1057/2021 - PPGCS (12.28.01.00.00.91)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/10/2021 08:22)

CARLY BARBOZA MACHADO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCS (12.28.01.00.00.83)
Matrícula: 1794090

(Assinado digitalmente em 14/10/2021 09:46)

EDSON MIAGUSKO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCS (12.28.01.00.00.83)
Matrícula: 1804137

(Assinado digitalmente em 15/10/2021 20:29)

MARCIA DA SILVA PEREIRA LEITE
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 310.882.447-34

(Assinado digitalmente em 11/10/2021 14:04)

YUMI GARCIA DOS SANTOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 274.939.018-48

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **1057**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **06/10/2021** e o código de verificação: **5a0806c20c**

À minha mãe, mulher forte e
guerreira.

PRÓLOGO¹

A palavra chave do percurso deste mestrado foi “quase”. Eu quase não me inscrevi no programa, pois morando em Minas Gerais pensei na impossibilidade de ir ao Rio de Janeiro para participar do processo seletivo. Quase não fiz a prova do concurso, porque não conseguia encontrar o ponto do ônibus de Seropédica e nesse quase, quase fui assaltada. Quase não fiz a inscrição no programa pensando nas dificuldades que seria me manter sem bolsa. Quase não consegui uma vaga no alojamento feminino. Quase não consegui defender a dissertação e quase pensei em desistir várias vezes. Esses “quase” só não se concretizaram porque a minha caminhada não foi solitária, em cada um desses momentos fui encorajada a seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço primeiramente meu queridíssimo orientador, Edson Miagusko, que foi fundamental em vários momentos do mestrado e que realmente fez a diferença. Obrigada por além de me orientar ser meu “psicólogo” e amigo. Sou imensamente grata por acreditar em mim e por não me deixar desistir.

Agradeço às três moradoras da Pedreira Prado Lopes, que me receberam carinhosamente e que contribuíram significativamente para a realização desta pesquisa.

Agradeço às companheiras e companheiros do Movimento de Trabalhadoras e trabalhadores por Direito – MTD que me possibilitaram conhecer melhor a PPL. Agradeço os momentos de luta, pelo aprendizado que levarei para a vida, além das amizades conquistadas ao longo do trajeto.

Agradeço à Associação de Moradores da Pedreira Prado Lopes “Pedreira Unida”, e à saudosa Dona Édina.

Agradeço o meu companheiro, António João, por estar por perto e pelo afeto e carinho de sempre.

¹ O prólogo era uma prática utilizada nos dramas teatrais no antigo teatro grego, a primeira parte da tragédia era realizada em forma de monólogo, em que o tema da tragédia era exposto. Utilizei o termo como referência metafórica para contextualizar os bastidores do meu drama (quase tragédia) enquanto mestranda. Não trago a palavra drama enquanto conotação negativa, acredito que a vida em si seja um drama, e que na arte, as histórias dramáticas nos ensinam mais que os romances, pois se aproximam mais da vida real. Nesse sentido, a palavra drama vem com o objetivo de enfatizar uma caminhada difícil, mas que trouxe um aprendizado marcante e eterno: o caminhar é tão ou mais importante que o chegar, por isso sigo caminhando.

Agradeço meu querido amigo Joelmir Moreira que está comigo desde a graduação e que vou levar pelo resto da vida.

Agradeço às grandes amigas que estiveram comigo no alojamento da pós pelas risadas, pelos choros, pelo compartilhamento de angustias e alegrias. Vocês são maravilhosas.

Agradeço aos amigos que trabalham comigo no Parque Nacional da Tijuca, principalmente à Vanessa Franco e Viviane Pacheco que tem sido maravilhosas comigo.

Agradeço à equipe do Parque Nacional da Tijuca que possibilitou a minha estadia no alojamento do Parque, o que contribuiu com a otimização do tempo para escrita da dissertação.

Agradeço minha família que sempre me cobre de carinhos e afeto. Agradeço pela compreensão pelos momento em que não pude estar por perto.

Agradeço às companheiras e companheiros do Budismo e da vida, principalmente, à Josimara Gomes, pelo daimoku enviado e pelos incentivos.

Agradeço ao meu mestre da vida Daisaku Ikeda que sempre me incentiva com sua sabedoria e benevolência.

RESUMO

OLIVEIRA, Gleiciane Maria de. **De qual favela estamos falando? A Pedreira Prado Lopes pela ótica de seus moradores: História de vida das mulheres.** 2019. 000 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

O termo favela traz em si um universo de significados que historicamente foi se incorporando nas estruturas sociais e se consolidando, tanto no imaginário social, enquanto preceito pejorativo, quanto no cotidiano dos moradores desses espaços, enquanto identidade e centro de luta por direitos e reconhecimento. As pesquisas até então realizadas sobre o tema, tem avançado no sentido de (re)criar perspectivas que pense a favela e seu lugar na cidade enquanto parte fundante e intrínseca a ela, no entanto ao que se refere a pesquisa sobre favelas da cidade de Belo Horizonte, ainda são poucas. Seguindo neste sentido, a presente dissertação versa sobre o entendimento da formação de um lugar enquanto favela, nesse caso, a Pedreira Prado Lopes, uma das favelas mais antigas da cidade de Belo Horizonte, percebendo suas particularidades a partir de suas representações e da história de seus moradores, principalmente das “mulheres moradoras”, pois entende-se que são elas as maiores receptoras de opressões e em regra, demonstram um protagonismo no cotidiano deste lugar, entendo ainda, como discursos que deterioram a imagem desta favela influenciam o modo de vida das pessoas que ali habitam, assim como se tornam base de lutas para redefinição e afirmação de identidade.

Palavras-chave: favela, Pedreira Prado Lopes, moradores, vivência, mulheres.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Gleiciane Maria. **In what favela are we talking about? The Pedro Prado Lopes in vision of Its inhabitants: The Women's life histories.** 2019. 112 p. Dissertation (Master in_ Social Sciences) Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

The term favela brings itself a range of meanings that historically has been incorporate in social structures and it's consolidating both in the social imaginary as a pejorative precept and in the daily life of the inhabitants of these spaces as an identity and center of struggle for rights and recognition. The researches that has made until now about the theme, has advanced in the sense of (re) creating narratives that think the favela and its place in the city as a founding and intrinsic part of it, nevertheless to what refers to the research on favelas of the city of Belo Horizonte, are still insipience. Keeping in this way, the present work intends from the experience and trajectory of the women living in Pedreira Prado Lopes, one of the oldest favelas in Belo Horizonte city, to understand how discourses that deteriorate the image of this favela influence the way of life of the people that inhabit this space, just as they become the basis of struggles for redefinition and affirmation of identity.

Keywords: favela, Pedreira Prado Lopes, moradores, residentes, women.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACOES E SMBOLOS	12
LISTA DE FIGURAS	13
EPGRAFE	14
INTRODUÇÃO	15

CAPÍTULO 1

Tempo, espaço social e construção do sujeito morador de favela	26
1.1 Mulher de favela.....	28
1.2 Contextualizando a história de ocupação de Pedreira Prado Lopes.....	29
1.2.1 História não contada.....	30
1.3 A história da Pedreira Prado Lopes contada por seus moradores.....	38
1.3.1 A Pedreira Prado Lopes e sua importante contribuo para a cultura de Belo Horizonte: Pedreira (en)cantada.....	46

CAPÍTULO 2

Olhares sobre a Pedreira Prado Lopes: Pedreira ou Pedreiras?

2.1 Pedreira Prado Lopes de longe.....	51
2.1.1 Escrivivncia.....	52
2.1.2 O uso coletivo da rua.....	55
2.1.3 A pedreira Prado Lopes de Perto	56
2.1.4 A final de contas, qual foi o desfecho da ocupação da escola.....	60
2.2 Os movimentos que movimentam e fazem mover a Pedreira.....	62
2.2.1 Movimentos sociais políticos: a luta começou no início de sua existência	62
2.2.2 Tudo aqui têm história, as pedras tem histórias.....	65
2.2.3 Políticas Públicas.....	68
2.3 O Visível e o divisível: a Pedreira prado Lopes e suas representações.....	71

CAPÍTULO 3

Construção de um olhar sobre a Pedreira Prado Lopes a partir de relatos de moradoras desta Comunidade.....	80
3.1. As entrevistas e o trabalho de campo.....	80
3.1.1 Em busca dos rastros nos fios.....	81
3.1.2 A entrevista.....	84
3.1.3 Ações preliminares.....	85

3.1.4 Roteiro das entrevistas	88
3.2 Apresentação das mulheres moradoras entrevistadas.....	90
3.2.1 Dona Juvenita.....	90
3.2.2 Trabalho e cuidado dos filhos.....	91
3.2.3 Virgínia.....	92
3.2.3.1 Trajetória familiar.....	93
3.2.3.2 Infância e Juventude.....	93
3.2.3.3 Estudo e trabalho	96
3.2.3 Maria.....	98
3.3 Ser mulher na PPL: Trabalho, educação e protagonismo materno.....	100
3.4 Apresentação de um território avesso à normalidade.....	105
3.5 Pertencimento	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

BH – Belo Horizonte

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CASA – Auxílio de Serviço Administrativo

CDPCMBH – Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte

CEBES – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde

CUT – Central Única de Trabalhadores

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem do Menor

FTFBH – Federação de Trabalhadores Favelados

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensão do Industriário

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MTD – Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direito

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PGE – Plano Global Específico

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PPL – Pedreiro Prado Lopes

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SMED – Secretária Municipal de Educação

UDC – Unidades de Defesa Coletiva

UMEI – Unidades Municipal de Educação

URBEL – Companhia Urbanizadora de Habitação de Belo Horizonte

UP – Unidade de Planejamento

UTP – União de Trabalhadores de Periferia

VS – Vulnerabilidade Social

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Imagem da Favella	33
Figura 2 Planta da cidade de Belo Horizonte.....	35
Figura 3 Mapa de Belo Horizonte a partir de seu zoneamento.....	37
Figura 4 Aspecto comum da antiga Pedreira Prado Lopes	46
Figura 5 Fotografia de 1951 com a Avenida Antônio Carlos, Conjunto IAPI e a Pedreira Prado Lopes ao fundo Imagem da Favella.....	45

Minha vida, se eu fosse contar do princípio era um romance que ninguém daria conta de ler. Eu rodei muito para chegar até aqui (Depoimento de Maria Elizabete Gonçalves - Dona Bela. Documentário Rainha Bela: 2009).

INTRODUÇÃO

Pensar a “Favela”² deve se considera seu aspecto polissêmico que (re)cria, tanto no âmbito físico quanto subjetivo, formas de significá-la. Há a favela das representações que geralmente é aquela que nos vem à mente quando pensamos no tema, pois foi assim historicamente homogeneizada e há favelas (no sentido diverso do termo), cada uma com seu aspecto e contexto histórico próprios. Nesse sentido, avançar no entendimento de suas classificações, historicamente carregadas de valor e simbologia se faz importante, pois implica no entendimento de um arcabouço de relações sociais que interferem diretamente na produção da realidade cotidiana.

Pensar em favela é referir-se intrinsecamente ao processo de urbanização ocorrido nas grandes cidades brasileiras, no final do século XIX e início do século XX. A partir de uma produção do espaço baseado em uma urbanização excludente, seguindo o modelo das cidades europeias, os grandes centros urbanos foram sendo projetados, expulsando as populações economicamente desfavorecidas e empurrando-as para espaços precários, o “quarto de despejo” descrito no livro de Carolina Maria de Jesus (1960), que lucidamente classificou a cidade de São Paulo usando uma analogia “O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o Jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2012, p 32).

A partir da representação da favela que é mais difundida socialmente no Brasil é comum a percepção que se tem desses locais remetida a um conjunto agregado no espaço surgido de forma espontânea. Esse imaginário leva a concepções que propiciam a formulação de ideias que pensam a favela como um lugar sem história, à parte e contrária à cidade, além de culpabilizar a população moradora pelos problemas existentes.

Embora já exista desde 1888 registros de lugares com características de favela, a primeira que ficou conhecida na história foi o morro da Favella, (com letra maiúscula, pois

² A palavra favela que inicia o texto vem escrito em letra maiúscula e entre aspas com o intuito de começar o debate mostrando que apesar de polissêmico o termo favela remete, muitas vezes significado homogêneo á espaços tidos como favela.

como substantivo próprio demarcava sua existência única) antes denominada morro da Providência.

Muitos autores³ que estudam o tema enfatizam a heterogeneidade existente, tanto de uma favela para outra, quanto em suas unidades com diferenças internas. Isto já era perceptível desde a origem do processo de favelização. Como então; se consolida de forma generalizante e homogênea a percepção que se tem desses espaços? As narrativas que inauguram essa representação da favela se iniciam na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX. Nesse período eram os jornalistas que frequentemente subiam os morros com o intuito de investigá-los para publicar as impressões que tinham nos jornais da época. Destarte, “seus escritos permitiram o desenvolvimento de um imaginário coletivo sobre o microcosmo da favela e seus moradores” (VALLADARES, 2000, p.8). Era necessário para tal fim, que a favela fosse descrita de forma homogênea por seus observadores

Pouco importa terem sido intelectuais das mais variadas tendências ideológicas e políticas, com propósitos distintos em suas visitas e subidas ao morro. O importante era partilharem, todos, de um mesmo entendimento sobre o que eram e representavam tais áreas e seus moradores no contexto da capital federal e da jovem República, era estarem todos informados por um mesmo conjunto de concepções, por um mesmo mundo de valores e ideias. A ponto de participarem da construção de um arquétipo, de uma imagem padrão que se tornou consensual a respeito desse “mundo diferente” que emergia na paisagem carioca pela contramão da ordem (VALLADARES, 2000, p.8).

Ao questionar o porquê desse consenso entre os intelectuais, com relação à perspectiva que tinham da favela, Valladares (2000) infere a presença de um mito formador, o mito de Canudos. Segundo a autora, existiria uma ligação entre a história contada no livro de Euclides da Cunha, que retrata a Guerra de Canudos, e o morro da Favella. A associação feita era devido à ocupação do morro da Providência por ex-combatentes da referida guerra e a posterior mudança de seu nome. Essa mudança, como coloca Valladares (2000, p.9), sugere duas explicações:

³ Ver, a esse respeito, MACHADO DA SILVA (1967); BOSCHI e GOLDSCHIMIDT (1970); PEREIRA DA SILVA (2003).

[...] primeiro, a existência neste morro da mesma vegetação que cobria o morro da Favella do Município de Monte Santo, na Bahia; segundo o papel representado nessa guerra pelo morro da Favella de Monte Santo, cuja feroz resistência retardou o avanço final do exército da República sobre o arraial de Canudos. Se, no primeiro caso, a explicação está baseada numa similitude *tout court*, no segundo, a denominação morro da Favella vem revestida de um forte conteúdo simbólico que remete à resistência, à luta dos oprimidos contra um oponente forte e dominador. A marca de Canudos nesse momento fundador é, assim, inconteste. No entanto, é bom frisar, não foi simplesmente Canudos, não foi uma povoação de Canudos qualquer que desempenhou o papel de mito de origem da favela carioca. Foi o arraial de Canudos descrito em *Os sertões* de Euclides da Cunha.

Diversos artigos eram publicados retratando os aspectos da favela. No olhar remetido a ela, por esses intelectuais, era sempre possível perceber a menção ao sertão, principalmente quando se referiam às características físicas e o mais pontual, quando nessa relação mencionavam o isolamento da favela, aquele mesmo isolamento do sertão com relação ao litoral. “Acompanhei-os e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. *Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade*” (FLÂNEUR *apud* VALLADARES, 2000, p.9. Grifos de Valladares). Essas são as palavras de Flâneur, cronista daquela época que retratou em um de seus artigos, publicado na Gazeta de Notícias, a experiência que teve quando acompanhou uma seresta no morro de Santo Antônio, na cidade do Rio de Janeiro, em 1908.

Esses relatos que faziam menção ao sertão do país estavam certamente apontando para o fato de o sertão não estar tão distante, estava ali, bem próximo, nas encostas e nos morros da cidade (VALLADARES, 2000).

Verificamos não serem apenas as referências explícitas ao arraial de Canudos, feitas pelos cronistas visitantes, que chamam a atenção. Encontramos nesses relatos o mesmo tipo de descrição, o mesmo tipo de espanto e surpresa diante de um mundo desconhecido presente em *Os sertões* (VALLADARES, 2000, p.10).

Os habitantes da porção urbanizada da cidade, as elites do chamado asfalto, construíam assim, o seu imaginário sobre a favela, através do olhar e das imagens reproduzidas pelos jornalistas, pois eram esses que ousavam penetrar nesses lugares “inóspitos”, “não higiênicos”, “sem leis”, “incivilizados” e “dono de toda sorte”, com seus

moradores “miseráveis”, “violentos” e “desclassificados”. Dessa forma, a favela foi sendo descoberta pelas elites, e assim, foi progressivamente se interiorizando no imaginário coletivo da sociedade como antítese da cidade.

A partir deste imaginário, criado nas narrativas dos jornalistas, passou-se a denominar “favela” todos os lugares de moradia com baixo valor econômico agregado, formulando-se assim um conceito favela (agora com “f” minúsculo, pois a favela se tornou um substantivo comum, em qualquer contexto ela tende a ser pensada de forma similar). Uma das consequências da generalização das favelas é que ela passa a ocupar uma posição contrária à cidade, e não uma ambiguidade própria da mesma, ou seja, ela se torna tudo que a cidade idealizada não é e não quer. É um subproduto da urbanização carregada de contradições é a expressão mais visível das desigualdades.

Nessa forma de representação, o termo favela se consolidou historicamente baseado em uma premissa principal: a ausência, no entanto, como tema de estudo favela tem ganhado importância na sociologia brasileira, principalmente, a partir da década de 1970 e seu conceito vem sofrendo significativa evolução, no que concerne o aprofundamento e entendimento sobre suas particularidades⁴.

Conhecer a história da origem do termo “favela” e do desenvolvimento dos estudos do tema, é importante para pensarmos “Sobre qual favela estamos falando”. Durante o processo de pesquisa de referências bibliográficas, tem sido recorrente me deparar com a discussão do tema a partir de trabalhos baseados nas favelas fluminenses. Existe uma gama de trabalhos nesse sentido, talvez por ter sido no Rio de Janeiro o surgimento do termo ou pela proporção e complexidade das favelas nesta cidade atualmente.

Ainda são incipientes os estudos que investigam as favelas existentes na cidade de Belo Horizonte, menor ainda são aqueles que se referem à Pedreira Prado Lopes (PPL). Nesse sentido, a relevância deste trabalho se encontra, primeiramente, na necessidade de estudos que investiguem os aspectos sociais, culturais e históricos existentes na Pedreira Prado Lopes, uma das mais antigas favelas de Belo Horizonte, considerando o seu caráter particular. Segundo, por se tratar de um trabalho que objetivou ser elaborado por uma perspectiva dos moradores, buscando a compreensão dos processos sociais e históricos que produziram uma

⁴ Ver, a esse respeito, FACINA (Org.) (2014); VALLADARES (2005); LEITÃO (2004); PASTERNAK (2008); BARBOSA E SILVA (2005); VIAL (2009); COSTA (2000) e MAIOLINO (2008).

forma de representação da PPL enquanto favela. A partir do contato com esses moradores e suas histórias de vida, principalmente a das mulheres foi revelado um olhar distinto daquele que marcou negativamente a PPL enquanto lugar do perigo e da miséria.

Nesse sentido, essa pesquisa é importante pela contribuição na desconstrução de representações negativas remetidas à PPL, possibilitando a visibilidade de problemas por meio do relato de seus moradores e de uma discussão crítica e teorizada a partir de conceitos que serão capazes de explicar as raízes basilares de processos que marginalizam e excluem os moradores desta favela, podendo contribuir ainda para a desconstrução da visão naturalizada e naturalizante sobre o lugar, atribuído à população menos favorecida social e economicamente na cidade. Estabelece também o pano de fundo para a busca das raízes de processos que constituem narrativas que produzem representações negativas que distinguem esta favela e seus moradores, legitimando assim, as desigualdades e a exclusão.

Antes do ingresso na graduação, me incomodava muito a forma como a favela, em geral e seus moradores eram retratados em noticiários. Várias questões me faziam refletir sobre o tema, porém, sem maior embasamento teórico devido à falta de amadurecimento neste sentido.

Durante a graduação, ao ter a possibilidade de conhecer autores, conceitos, teorias e discussões, as respostas ao incômodo inicial com relação à favela, que também pude perceber estão diretamente relacionadas às questões de classe social e das desigualdades inerentes ao capitalismo⁵ foram se esclarecendo. Os métodos científicos foram me mostrando, as possibilidades de contribuir para a desconstrução dos estereótipos negativos, geradores de estigmas atribuídos à favela, fazendo surgir dessa forma, o desejo de realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema.

Em minha trajetória como estudante do curso de Geografia, pude estabelecer meus primeiros contatos com a comunidade Pedreira Prado Lopes, com o intuito de formular meu trabalho de conclusão de curso, que teve como tema essa favela de Belo Horizonte. Porém, foi após a formatura que essa aproximação pode se estreitar.

No início do ano de 2016 comecei a participar de um grupo de estudos que pautava a questão urbana. Esse grupo foi organizado por militantes do Movimento de Trabalhadoras e

⁵ Ver: OLIVEIRA, Gleiciane M. Favela, uma construção social: problemas e consequências da estigmatização desses espaços urbanos. Diamantina, 2016.

Trabalhadores por Direitos (MTD)⁶, que tem como foco de atuação, na cidade de Belo Horizonte a Pedreira Prado Lopes. Para formação militante na comunidade foram criados grupos de base para discutir e fomentar atos de reivindicação de direitos. Dentre esses grupos de base está o de mulheres trabalhadoras, do qual pude fazer parte.

A Pedreira Prado Lopes está localizada na região noroeste da cidade de Belo Horizonte e é uma das favelas mais antigas da cidade. Os primeiros moradores eram, em sua maioria, pessoas que vinham do interior de Minas Gerais à procura de trabalho.

Na localidade em que se encontra a favela havia uma pedreira de onde eram extraídas as rochas usadas na construção de ruas e edificações da cidade. Muitos trabalhadores construíaam por ali mesmo suas casas de adobe e, dessa forma, a Pedreira Prado Lopes foi se configurando como território de parte da população trabalhadora desfavorecida economicamente na cidade de Belo Horizonte. Mesmo sendo esses atores fundamentais para a construção da cidade quando se resgata a história de Belo Horizonte, os mesmos são pouco citados e, quando se pensa em patrimônio histórico, a história dessas pessoas e seu território não são lembrados e retratados.

A Pedreira Prado Lopes é vista e narrada de fora de forma homogênea, como lócus da violência, da pobreza e da marginalidade ou como o lugar natural do pobre na cidade. Diante deste contexto, é perceptível que as mulheres são as mais afetadas pelos efeitos de discursos negativos atribuídos à este espaço, que geram a legitimação de desigualdades e privações de direitos. Sendo assim, entender a realidade das mulheres moradoras da Pedreira Prado Lopes, principalmente por elas carregarem de forma mais abrangente os efeitos dessas narrativas é importante para o entendimento da história da construção social, cultural e de resistência deste lugar.

Nesse sentido, o objeto desta pesquisa é a construção da Pedreira Prado Lopes enquanto favela a partir da visão dos moradores e de entrevistas com mulheres moradoras da favela. A narrativa das mulheres se mostrou importante pois são elas, geralmente, as provedoras e chefes do lar, as que se responsabilizam pela criação dos filhos, pela luta por direitos, resistência e autonomia. Sendo assim, acreditando-se no grande protagonismo das

⁶ O Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direito (MTD) é um movimento popular, sindical e político. Foi fundado em 2000 sendo inicialmente denominado Movimento dos Trabalhadores Desempregados,

como forma de atualizar as estratégias de luta, em 2015 a denominação foi mudada para o nome atual. O objetivo do movimento é organizar trabalhadoras/es das periferias das grandes e médias cidades do Brasil a partir de seus territórios de moradia na luta por direitos, com esse intuito, segue-se quatro eixos de atuação: trabalho; moradia; direito das mulheres e segurança alimentar. O movimento está presente em oito Estados e no Distrito Federal com ocupações urbanas e núcleos de base nas periferias. Em sua construção houve a participação do MST, Pastorais Sociais, CUT, Consulta Popular, MAB, entre outras forças de luta por um Brasil justo, livre e soberano (1º encontro do MTD Minas Gerais, 2016).

mulheres nesse universo viu-se a relevância de trazer a discussão das problemáticas aqui levantadas a partir de suas narrativas.

Compreendendo todo esse repertório se chegou à construção do problema deste trabalho: como discursos que formam imaginários negativos atribuídos aos moradores da Pedreira Prado Lopes, principalmente as mulheres, podem influenciar no modo de vida, na construção desse espaço e de suas identidades e, principalmente, como as próprias narrativas dos moradores podem construir repertórios capazes de (re)significar o espaço e as identidades ao longo do processo de (re)construção do espaço físico e social⁷.

Nesse sentido, objetivou-se: conhecer a história de vida de três mulheres moradoras da Pedreira Prado Lopes por meio de entrevistas semiestruturadas, pois os primeiros contatos com o campo mostraram a forte presença do protagonismo feminino nesta favela como chefes de família; identificar os discursos que formulam imagens negativas atribuídas aos moradores desta favela, a partir do trabalho de campo, da análise e discussão de material bibliográfico encontrado que aborde o assunto; analisar e entender como as narrativas e representações formuladas sobre a PPL influenciam a construção de identidades, do modo de vida, das lutas cotidianas e resistência dos indivíduos moradores desta favela, por meio do diálogo com o referencial teórico.

A metodologia que se julgou relevante para a realização da pesquisa de campo foi a observação participante e para auxiliar a composição da dissertação foram realizadas entrevistas semiestruturadas e de longa duração com três mulheres moradoras⁸ da PPL de diferentes gerações.

Construir esse repertório a partir das entrevistas das mulheres moradoras da PPL possibilitou encontrar rastros importantes de sua história, pois são geralmente as mulheres as

⁷ Os conceitos de “Espaço físico” e “Espaço social” são aqui discutidos à luz das reflexões expostas por Pierre Bourdieu (2008).

⁸ Das três mulheres entrevistadas, apenas a Senhora Juvenita não mora mais na PPL.

principais agentes no campo de disputas nesse espaço, devido seu protagonismo e por serem, em regra, a principal figura familiar.

A presente dissertação está dividida em três capítulos, de forma a permitir entender as estruturas basilares de formação de um contexto estruturado historicamente a partir de discursos marginalizantes, mas que também foi sendo confrontado e (re)significado por agentes diversos. A introdução foi reservada para discutir a formação da favela e seu conceito, sua dimensão enquanto representação e o contexto histórico ao qual produziu a generalização e difusão da mesma. Foram apresentados também os objetivos e a metodologia que guiaram a pesquisa.

O capítulo I “Tempo, espaço social e construção do sujeito morador de favela” trouxe uma discussão sobre como o espaço social é formado a partir do tempo e como os sujeitos se constroem concomitantemente nessa inter-relação. Para isso foram utilizadas as abordagens de alguns autores, como Milton Santos e Pierre Bourdieu. O capítulo foi dividido em quatro partes: a primeira parte discute como os sujeitos são formados nas relações sociais e como o sujeito “mulher de favela” se destaca; na segunda parte trago a conjuntura da história da ocupação da Pedreira Prado Lopes e como esse lugar se constituiu enquanto favela no contexto de construção da capital mineira, a cidade de Belo Horizonte; A terceira parte, demonstro a partir de dados quantitativos a segregação socioespacial e racial existente na cidade de Belo Horizonte, constatando com isso que as mulheres negras são as mais atingidas pelas opressões e desigualdades existentes nesta cidade; na quarta parte, discorro sobre a história da Pedreira Prado Lopes a partir do relato dos moradores extraídos do livro organizado pelo Senhor Adão Soares que era um antigo morador da Pedreira Prado Lopes.

No capítulo II “Olhares sobre a Pedreira Prado Lopes: Pedreira ou Pedreiras?”, busquei demonstrar os diferentes olhares e ações que são estabelecidos na PPL por pessoas de fora, inclusive e principalmente o meu olhar, em interação com os moradores. O capítulo está dividido em duas partes: na primeira parte, descrevo algumas experiências que tive na PPL, o primeiro contato mesmo antes de começar a pesquisa para o mestrado, minha atuação como militante no MTD e as primeiras aproximações com os moradores. Descrevo a partir do meu olhar a minha representação da PPL, mas não sem os pré-predicativos gerados pelos estereótipos, meu olhar também estava “viciado”; na segunda parte, descrevo os movimentos

sociais, políticos e de moradores que atuam e atuaram na PPL movendo e modificando tanto o local quanto os moradores.

O terceiro e último capítulo “construção de um olhar sobre a Pedreira Prado Lopes a partir das narrativas das mulheres moradoras” traz as entrevistas realizadas com três mulheres moradoras da PPL de gerações diferentes: Dona Juvenita de setenta e seis anos; Virgínia de cinquenta anos e Maria de trinta e três anos. Este capítulo possui grande relevância para a pois buscou estabelecer dentre as representações da PPL enquanto favela as narrativas dessas mulheres para responder as questões postas nesta pesquisa. O capítulo foi dividido em cinco partes: na primeira parte, estabeleci a discussão teórico metodológica que foi utilizada para preparação e realização das entrevistas e do campo; na segunda parte apresentei cada uma das entrevistadas, contando suas histórias a partir do que me foi relatado; na terceira parte fiz uma discussão por meio das narrativas das mulheres moradoras da PPL a partir da perspectiva de suas autoimagens e suas vivências no mundo do trabalho, no campo educacional e no cuidado com os filhos; na quarta parte coloquei a questão do estigma para discutir como os olhares e as representações negativas da PPL repercutem na formação da identidade dos moradores e como isso influencia no cotidiano dessas pessoas marcadas negativamente; a quinta parte discute como o sentimento de pertença cria laços entre os moradores e como eles conseguem ressignificar o estigma de favelados e se afirmarem como protagonistas de sua história e do lugar em que vivem. Por fim apresentei as considerações finais que encerraram a dissertação trazendo uma reflexão sobre qual Pedreira estamos falando.

Uma das mulheres que contribuiu para a construção dessa história foi a Dona Juvenita⁹ moradora dessa favela de 1956 a 2016. Com setenta e seis anos e mãe de três filhos a Dona Juvenita, ainda hoje trabalha com seu filho Roberto e o companheiro, Senhor Avelino vendendo churrasco em uma feira que acontece todos os domingos na principal avenida de Belo Horizonte: a Afonso Pena. Foi neste cenário da feira, seu local de trabalho que a conheci pessoalmente e onde pude entrevistá-la. Havia lido seus relatos no livro de memórias da Pedreira Prado Lopes e considero esta, sua primeira apresentação à mim. Em seu relato para o livro de memórias a Dona Juvenita falou com orgulho dessa favela e das amizades do tempo em que morava no local “é um lugar muito bom pra sobreviver. Como eu moro aqui desde 56, eu sou uma pessoa muito popular, muito conhecida e tenho muita amizade, gosto muito

⁹ Para manter as identidades dos moradores em sigilo foram utilizados nomes fictícios.

de morar aqui” (In: SOARES e ANTUNES, 2001, p. 130-131). Os aspectos positivos que fazem a favela possuir “muitas coisas boas” na fala da Dona Juvenita contrariam a visão de falta, muitas vezes engessada no imaginário e nas narrativas que descrevem a favela, pois segundo ela a PPL é rica exatamente porque **tem** “é uma favela rica, ela tem escola, ela tem posto de saúde, ela tem escola profissionalizante, ela tem Hospital Odilon Behrens, que é quase dentro de casa, tem a Igreja São Cristóvão” (In: SOARES e ANTUNES, 2001, p. 53).

Ao conhecer a Dona Juvenita, pude notar que se tratava de uma mulher de personalidade marcante, orgulhosa de seu trabalho, muito ligada à família e bem quista pelas pessoas. Seu filho Roberto¹⁰ aparece constantemente em sua narrativa, principalmente ao retratar a luta empreendida pela busca de melhorias na PPL. Um traço identitário com o lugar surge em sua fala quando identifica os moradores da PPL como seus “irmãos pedreirenses” (In: SOARES e ANTUNES, 2001, p. 132).

A outra moradora entrevistada neste trabalho foi Virgínia, de cinquenta anos. Virgínia nasceu na PPL e contou que a primeira pessoa de sua família a ir morar no local foi sua avó que após um relacionamento mal sucedido tentou voltar para a fazenda do avô, porém, não foi aceita de volta pelo marido. Ao ir para Belo Horizonte viu na PPL uma alternativa de trabalho. A moradora recordou em seu relato que sua mãe foi para a PPL para encontrar e morar com sua avó e lá conheceu seu pai, com quem se casou mais tarde. Virgínia é uma mulher obstinada, líder comunitária e atualmente é militante do MTD. Ela foi a moradora com quem pude realizar a primeira entrevista para esta pesquisa no ano de 2017. Foi uma entrevista longa onde Virgínia me contou muitas histórias sobre sua trajetória de vida como moradora da PPL e trouxe um olhar sobre esta favela a partir de suas experiências como educadora e militante.

Pude entrevistar também a moradora Maria, que assim como Virgínia nasceu na PPL. Maria foi a entrevistada mais jovem, tem trinta e três anos e mora com sua mãe e o filho de sete anos na PPL. Ela contou em seu relato que teve uma infância tranquila, entre brincadeiras na rua da PPL, quando sua avó deixava, passeios no Parque Municipal da cidade e na casa de parentes em Raposos. Quando mais jovem, Maria começou seu relacionamento com o pai de seu filho que tinha envolvimento com o tráfico de drogas no local, e alguns anos mais tarde

¹⁰ Roberto possui um longo histórico de liderança na PPL, atualmente é presidente Associação de Moradores “Pedreira Unida”.

acabou sendo presa por tráfico de drogas durante três anos. Atualmente Maria trabalha em uma escola da comunidade e, sua entrevista traz ao debate o sujeito desviante que no seu caso se concebe em um desvio duplo: o desvio da lei do grupo interno do tráfico na PPL e o desvio da legislação brasileira.

Os relatos contados pelos moradores da PPL nesta dissertação possibilitou o seu deslocamento da margem para o centro do contexto social, isso porque suas narrativas trouxeram o registro da realidade social, econômica e política, mostrando o outro lado da história da cidade idealizada, exercendo assim, um importante papel na memória coletiva e um instrumento de denúncia. Essa é a importância de se olhar o espaço urbano por diferentes feições, especialmente pela ótica daqueles que conhecem de perto os aspectos distintos da favela. De certo que alguns fatos relatados se convergem com a vivência de diversos outros moradores da PPL. Nesse sentido tentei trazer o relato dos moradores da forma como foram contados, porém não deixando de considerar que se tratam de memórias orais e por isso não tem compromisso com a verdade, mas que traz o olhar sobre o lugar que somente quem lá vive ou viveu pode retratar de forma singular.

CAPÍTULO 1

Tempo, espaço social e construção do sujeito morador de favela

O resgate da memória da Pedreira Prado Lopes, a partir dos relato das mulheres, nos leva a refletir sobre como o sujeito morador desta favela¹¹, bem como esse lugar se situa no tempo e no espaço da cidade de Belo Horizonte, compreendendo que esse sujeito é histórico e vem se estruturando concomitantemente ao contexto de construção da cidade. Entender o sujeito morador de favela como histórico, o situa em uma posição que por muito tempo vem sendo negada, o retira da condição do esvaziamento histórico do “sem passado, e, portanto, sem um futuro que possa ser transformado” (FACINA, 2014, p.16) e o transfere para a condição de agente transformado e transformador do espaço, se tornando assim, parte da produção social da cidade e não o seu resíduo.

Esta perspectiva não intenta, entretanto, negar as consequências sociais que afetam o sujeito de favela no que tange às desigualdades de classe do mundo dominado pelo capitalismo, mas, outrossim afirmar que essa desigualdade é fruto de certo contexto histórico que se relaciona com o contexto global, mas que quando contado pelo próprio sujeito desconstrói tendências de imaginário sobre tal lugar e sobre tal sujeito e reconstrói um novo olhar sobre si e de si.

A organização espacial que configurou a PPL enquanto favela pode ser compreendida verificando as várias camadas do processo de construção da cidade de Belo Horizonte por

¹¹ Utiliza-se neste trabalho o termo sujeito morador de favela para enfatizar a distinção, que emerge do estigma, entre moradores de favela e moradores de lugares não favelizados, ou como elucidado por Bourdieu, o efeito de lugar que se dá no espaço social (Bourdieu, 2008).

meio da forma, estrutura e função dessa organização através do tempo, que como nos revela Chabot *apud* Santos (1959, p.7): “a cidade é, antes de tudo, definida por suas funções”, que no caso originário de Belo Horizonte seria manter a centralidade do poder político e econômico e se tornar a capital modelo da modernidade “e por um gênero de vida”, a recémformada vida republicana, “ou mais simplesmente, por uma certa paisagem que reflete ao mesmo tempo essas funções, esse gênero de vida”, que seriam os prédios suntuosos, ruas e avenidas largas e a segregação do território “e os elementos menos visíveis, mas inseparáveis da noção de “cidade”: passado histórico ou forma de civilização, concepção e mentalidade dos habitantes.”

A cidade, portanto, pode ser pensada como uma estrutura do espaço físico, pois ela se situa e se configura em um lugar e como estrutura do espaço social, este segundo está sobreposto ao primeiro. Nesse sentido, o sujeito ou agente, ao mesmo tempo que age sobre o espaço físico (re)configurando-o é ele mesmo constituído dentro do espaço social e pelo espaço social, e nessa inter-relação se manifesta a discriminação, que distingue as posições sociais dos sujeitos. Às coisas e aos objetos também são atribuídos significados e posição dentro do contexto do espaço social (Bourdieu, 2008).

De forma sutil, essas estruturas de oposições construídas, tendem a compor e incorporar o pensamento, a linguagem e as ações sociais formando princípios de (di)visão, que simultaneamente dividem os sujeitos e os espaços em categorias de oposições binárias e criam uma visão, muitas vezes deturpada, opaca e superficial sobre certo modo de vida, ou seja determinando aquilo que deve ser apreciado, percebido e julgado como características atrativas ou repulsivas. Como esse processo acontece no movimento histórico de sistemas relacionais e de sobreposições sociais, quase não são perceptíveis as relações de poder hierarquizantes que as permeiam e que constituem as estruturas tanto do espaço social, quando do espaço físico, pois estão dissimuladas em percepções naturalizantes da manifestação das desigualdades e opressão (Bourdieu, 2008).

Seguindo este raciocínio, pensar o espaço social implica pensar os sujeitos que o produzem, e essa produção não é de forma alguma homogênea. Existem disputas simbólicas que competem aos sujeitos, sendo eles dominantes ou dominados. Mesmo que os dominados historicamente estejam em grande desvantagem, o poder hegemônico dos dominantes não é absoluto.

Os grupos da camada abastada da sociedade sempre tiveram o poder de definição da estruturação e configuração das coisas, porém esse movimento de transformação e conformação das estruturas sociais não acontecem de forma passiva e única, existem poros em que é possível escapar da lógica dominante. Mas, o que acontece que torna tão difícil retirar as amarras da dominação de um grupo sobre o outro, é que os detentores da forma do poder dissimulado, para enaltecer e manter o *status quo* criam, a partir de representações da realidade um imaginário coletivo que incorporam narrativas naturalizadas como história oficial. A Pedreira Prado Lopes é então, um lugar, um espaço da cidade de Belo Horizonte que foi ao longo de um conjunto de processos sociais se tornando favela.

1.1 Mulher de favela

Dentre os sujeitos moradores de favela, as mulheres se destacam como principais receptoras das intersecções de opressões a que está submetida uma pessoa, elas se encontram expostas à desigualdades de classe, gênero e sociais, por serem mulheres, em sua maioria negras, economicamente desfavorecidas e por morarem em um local marcado negativamente. Por isso mesmo, essas mulheres também se destacam em sua busca cotidiana por melhorias no acesso aos direitos historicamente negados à favela. Podemos ver um exemplo disto na fala da moradora da PPL, Virgínia que, quando perguntada sobre como é ser mulher nascida na favela nos responde:

Eu acho que **ser mulher hoje é difícil em qualquer classe social e em qualquer lugar mas, naquela época, ser mulher da favela era muito difícil** porque a gente, **a gente era vista só como empregada doméstica e como objeto sexual**. Não tinha essa coisa de estudar, sabe? Não tinha essa coisa de participar das coisas não. Eu lembro, que tinham reuniões de associação de bairro e eu ia. **Eu sempre fui meio fuxiqueta, meio briguenta**, tanto que a escola não me suportava, porque eu questionava mesmo (entrevista realizada com a moradora da PPL, Virgínia. Belo Horizonte, 2017. Grifos meus).

Virgínia demonstra uma compreensão em dimensões tanto global quanto local que perpassa pela questão de gênero do que o “ser mulher” implica, independente da classe social, no entanto, devido a sua vivência enquanto mulher de favela entende também que os efeitos são ainda maiores. O “naquela época” demonstra, além das dificuldades de ser mulher no

período em que as conquistas feministas ainda se configuravam no cenário nacional, a sua descoberta enquanto mulher.

Simone de Beauvoir (1970) trouxe à tona a discussão do se tornar mulher na célebre frase: “não se nasce mulher, torna-se mulher” elucidando que a categoria mulher é uma construção social, quebrando assim com as naturalizações que corroboram as diferenciações de gênero. Se descobrir enquanto mulher sendo moradora de favela implica carregar o adicional pautado por estereótipos descrito na definição de Virgínia de que mulheres moradoras de favela serviriam apenas para serviços domésticos e para o uso sexual.

Ao compreender as opressões intrínsecas no ser mulher de favela possibilita a essas mulheres lutar para desconstrução de tal representação. No entanto, o feminismo hegemônico precisou e precisa passar por novos debates e se redimensionar para ser capaz de abranger demandas de outras categorias e possibilidades de ser mulher, como é o caso de mulheres periféricas e negras.

Muitas dessas mulheres já carregam uma história de resistência, porém, diferente das mulheres brancas de classe média ou alta que lutam de forma geral contra o patriarcado, as lutas das mulheres negras se pautam na reivindicação pelo acesso de direitos estruturais básicos, além de enfrentarem as opressões do sexismo, racismo e classismo.

Djamila Ribeiro (2019) enfatiza a necessidade de se nomear certas realidades para que se tornem visíveis. A filósofa argumenta que mulheres negras, em regra estão em lugares de vulnerabilidade social. Nesse sentido criar políticas públicas pensando nas mulheres como um todo pode ocultar problemas tipicamente enfrentados por mulheres negras e diminuir sua resolução.

Se não se nomeia uma realidade, nem sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível. A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto” (RIBEIRO, 2019, p. 41).

A narrativas das mulheres moradoras da PPL, no sentido de um novo olhar nos trazem essa perspectiva singular de sua vivência enquanto sujeito no lugar do qual se busca falar. Nos mostra que cada uma, a seu modo, se percebe enquanto símbolo de resistência, ou mesmo

não se percebendo como tal vivencia de forma diferente o ser mulher que é evidenciado em sua fala.

1.2 Contextualizando a história da ocupação da Pedreira Prado Lopes

Fora da. Fora do contorno. Fora da Contorno. Fora alguém. Fora várias pessoas. Fora do contorno. Fora da Contorno. Fora da Contorno mora alguém (Poesia parte do Vídeo da Coleção Prosa e Poesia no Morro – Favela é isso aí.).

A partir de 1720 a cidade de Ouro Preto se tornou a capital do Estado de Minas Gerais, no entanto, em fins do século XIX, com a decadência do império, o fim da escravidão e a Proclamação da República, a elite republicana, com o intuito de romper com laços que ligavam a sociedade ao viés imperialista inicia em 1891 o projeto de construção da nova capital mineira, e em 17 de dezembro de 1893 a lei da mudança da capital foi decretada, dando início ao processo de sua construção.

Esse projeto de modernidade, não pretendia porém, transformar apenas a paisagem da pequena Curral Del Rei e de Minas Gerais em si, mas modificar todo um modo de vida, romper com o arcaico, com o provincial, seria então, um projeto que almejava a extinção do antigo e surgimento do novo, do símbolo dos novos tempos.

1.2.1 História não contada

A elite mineira precisava, para o novo projeto de cidade modelo compor narrativas do que seria a cidade ideal, capazes de perpetuar o significado simbólico e ideológico da nova ordem republicana. Neste período de origem, um importante acontecimento eclodia no contexto nacional: a Guerra de Canudos. No entanto, para esta análise, mais do que discutir o seu desenrolar, interessa-nos refletir sobre o mecanismo que gerou uma ressonância comum nas cidades brasileira que passavam pelo processo de modernização, por meio da qual foi difundida a imagem de Canudos como o símbolo do atraso e da barbárie e, portanto, tudo que a assemelhasse seria um mal a ser combatido e exterminado.

Assim como no Rio de Janeiro, o imaginário gerado sobre a Guerra de Canudos também configurou na embrionária cidade de Belo Horizonte a atmosfera estigmatizante que comparava os locais de moradia dos trabalhadores pobres ao arraial de Canudos. No Rio de Janeiro, como foi contado anteriormente, os soldados que lutaram nesta referida guerra, a partir de 1897 ocuparam e renomearam o Morro da Providência, passando a chamá-lo de Morro da Favella.

Em Belo Horizonte, em seu processo de construção, os operários ocuparam o Alto da Estação como local de moradia e o denominaram de Alto da Favella, porém essa configuração não permaneceu ali por muito tempo, seu ano de ocupação ocorreu em 1895 e foi removido em 1902. Apesar da coincidência da ocorrência do topônimo Favela nas duas cidades sendo designado para lugares de semelhantes características, sabe-se que a qualificação de favela incorporado no imaginário social mineiro tem origem carioca¹².

¹² Para saber mais ver: OLIVEIRA; Samuel Silva Rodrigues de, ANPUH, 2013 e PAULA; João Antônio de, 1997.

Nas primeiras décadas do século XX, em Belo Horizonte, o termo favela não surgiu em relação ao “Alto da Favela”; ele apareceu a partir da analogia com os espaços de pobreza urbana carioca. [...] **(em Belo Horizonte)** a categoria favela foi aplicada ao espaço destinado aos operários, às áreas designadas como “vilas” e “cafuzas”, fundindo-se à esses vocábulos no léxico urbano para falar da pobreza (OLIVEIRA, s/p., 2013. Grifos meus).

Mesmo que em momentos diferentes, nos dois casos, houve o uso do termo Favela. Em Belo Horizonte tratou-se da imposição de um poder discriminatório, que teve respaldo na impossibilidade de manter na paisagem da cidade modelo, espaços que conotassem pobreza, o que era totalmente incompatível com sua grandeza. Nesse sentido, percebemos no decorrer dos anos, o constante esforço dos gestores da cidade, em esconder as favelas atrás de edificações e/ou promover desapropriações, varrendo a população para lugares distantes.

O imaginário de Canudos caiu assim, como uma luva, ao que concerne gerar repulsa e o mesmo aspecto simbólico da necessidade de extrair esse lugar que sempre vem remetendo o impedimento do progresso através de sua insistente resistência. O tão almejado avanço, ainda hoje justifica as injustiças, violências e a discriminações que se apresentam dissimulados de ações para um bem maior.

Figura 1. Imagem da Favella

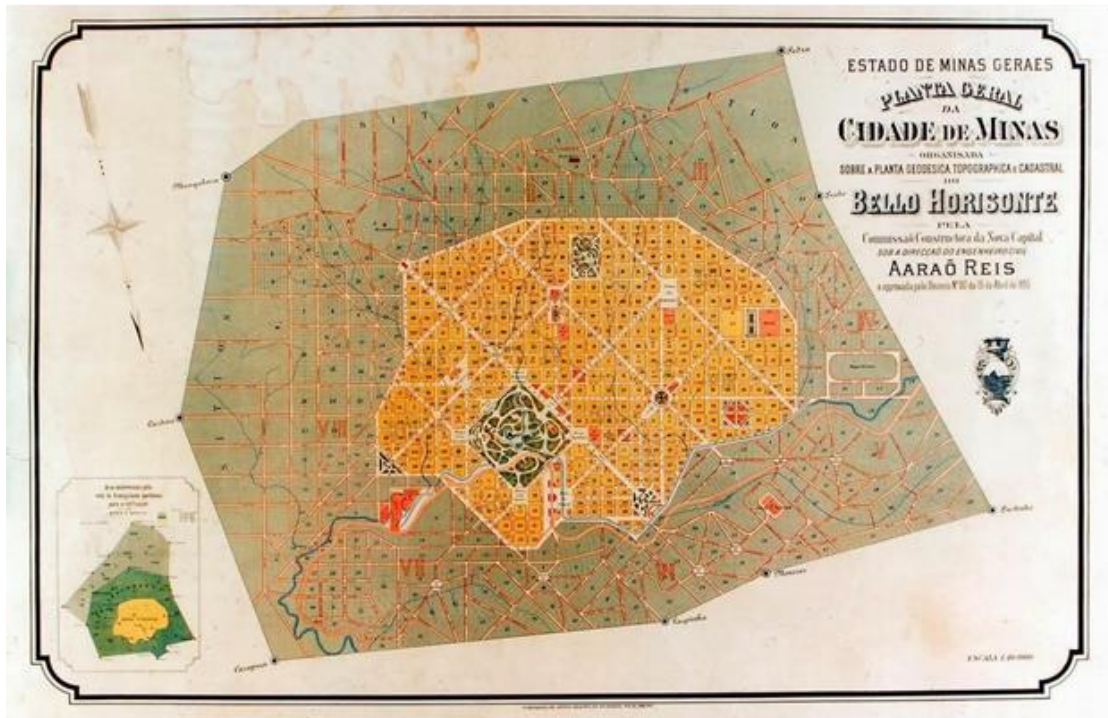


Fonte: Fonte: MELLO, Thiz G. *Antiga "Favela" de 1897*, [1896-1897], Fotografia em Gelatina, 16,6 x 23cm. *Museu Histórico Abílio Barreto*. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. Notação 32 CCFot1896010.

A cidade de Belo Horizonte, projetada por Arão Reis foi planejada e construída a partir de ideais positivistas. Nesse período, as concepções sanitaristas estavam amplamente difundidas. Dentro desta visão, constatava-se que a proliferação de doenças estava diretamente ligada à população pobre, sendo assim a parte urbana da cidade, concebida para se tornar modelo de modernidade seria construída para abrigar os funcionários públicos e os ricos vindos de Ouro Preto, como nos conta Beato Filho:

De inspiração europeia, Belo Horizonte, a primeira cidade planejada do Brasil surge a partir do modelo de Paris, com iluminação pública, largas ruas e avenidas, grandes áreas verdes. Nasce com o objetivo de deixar para trás a antiga e barroca Ouro Preto com suas estreitas ruas, múltiplas ladeiras, casas amontoadas, sem luz e espaço. O local escolhido para instalação da nova capital não apenas mudaria de nome, mas também teria seu espaço reconstruído. A palavra de ordem era apagar as marcas coloniais, traçando milimetricamente os caminhos por onde o progresso pudesse circular anunciando novos horizontes (2011, p. 9).

Figura 2. Planta da cidade de Belo Horizonte



Fonte: Acervo do Museu de História Abílio Barreto

Desde seu projeto inicial, Belo Horizonte foi pensada de forma hierarquizada sendo seu espaço estratificado em três áreas na qual a região central foi classificada de zona urbana, local que abrigaria o centro das decisões e do poder. Margeada pela Avenida do Contorno, a zona urbana abrigaria apenas aquelas pessoas que possuíam maior poder econômico. O lugar dos populares seria fora desta fronteira, na chamada zona suburbana, e mais distante desta ficaria a zona rural. Pode se perceber neste modelo de construção da cidade, a ocorrência de segregação socioespacial, já no início de seu processo de urbanização.

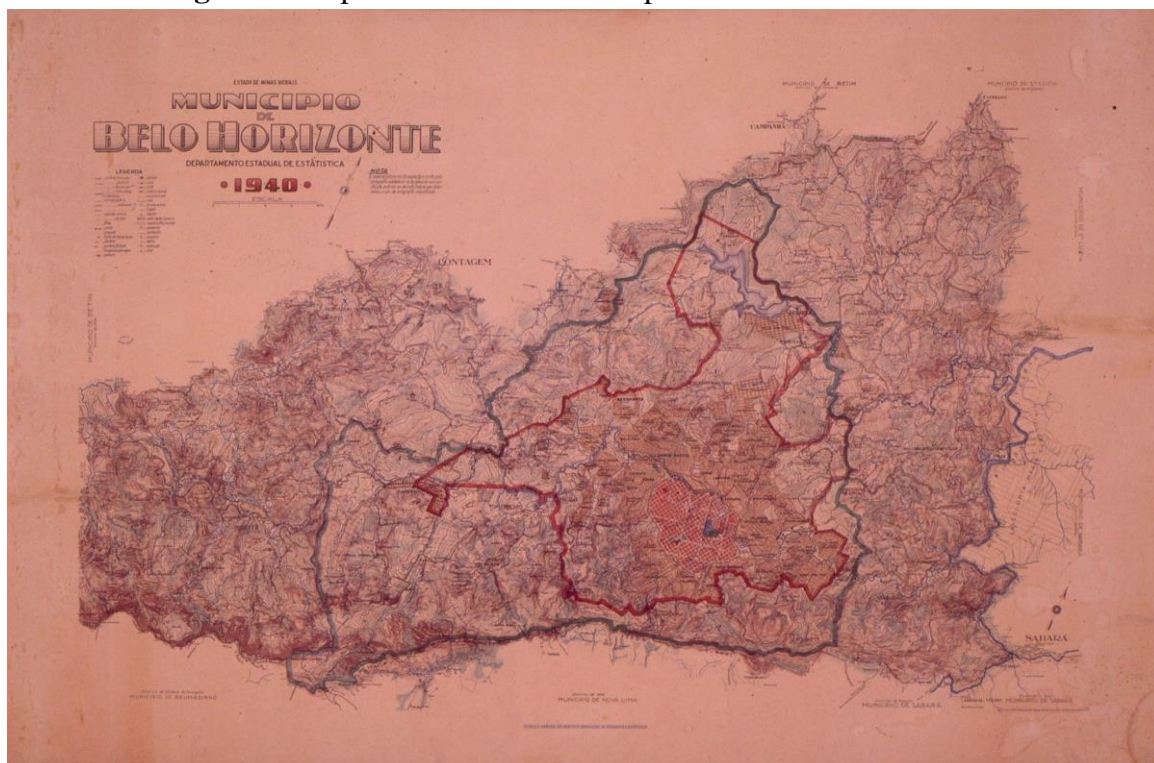
A cidade moderna pensada como símbolo de novos tempos, propiciados pelos ideais republicanos de gerar maior representatividade dos cidadãos, direitos individuais e o fim da escravidão, se mostrou embrionariamente contraditória, pois em seus primeiros passos como República excluiu as pessoas recém-saídas do regime de escravidão do mercado de trabalho, marginalizou os pobres, segregou os espaços e beneficiou apenas a parcela mais abastada da população. Esse modelo de República estabelecida no país, não considera de forma real todos como cidadãos, ela é criada pela elite e para benefício da elite.

Como forma de incentivar a vinda dos ricos residentes em Ouro Preto para a nova capital, o governo da época ofereceu a esses, terrenos dentro do limite urbano da cidade, com isso foram se formando luxuosos bairros como, por exemplo, o denominado bairro dos funcionários. Nestes, foram instalados equipamentos que garantiam conforto e praticidade a vida de seus moradores.

Alguns operários que trabalhavam na construção da cidade, por falta de alternativa de moradia e para ficarem mais próximos das oportunidades de trabalho acabavam construindo suas casas dentro da zona urbana. Como estas casas possuíam características muito humildes e precárias eram chamadas de “cafuas”. As localidades onde se aglomeravam as “cafuas” ficavam principalmente nas regiões que hoje se encontram os bairros, Barro Preto e Santa Efigênia.

A busca de trabalho e a falta de lugar para a moradia das classes pobres levou à ocupação das áreas mais próximas à área urbana. Observa-se também que as primeiras favelas da Capital ocuparam áreas dentro da Avenida do Contorno. A favela do “Alto da Estação”, localizada na parte posterior do edifício da Estação Central, onde hoje está a Rua Sapucaí, e a favela localizada atrás do Palácio da Liberdade, foram constituídas por operários que trabalhavam na construção da cidade. Nos anos 1920, vários esforços foram realizados pela Comissão Construtora da Nova Capital para remover as favelas desses locais. Muitos dos moradores passaram a ocupar o Barro Preto e a região da Pedreira Prado Lopes, mais próxima do centro da cidade (ARROYO, 2011, p. 90).

Figura 3. Mapa de Belo Horizonte a partir de seu zoneamento



Fonte: Acervo do Museu de História Abílio Barreto

Com o aumento da concentração de pobres dentro dos limites da Avenida do Contorno, os representantes da elite de Belo Horizonte passam a se preocupar, principalmente com as questões estéticas e sanitárias da cidade e, decidem, então, oferecer aos operários lotes localizados na zona suburbana da cidade para, removerem as “cafuzas” promovendo uma limpeza urbana, limpeza da pobreza que se instalava ali, na verdade.

Diferente do que houve com o espaço oferecido para os ricos vindos de Ouro Preto, os locais para onde os operários foram transferidos ofereciam pouco ou nenhum tipo de infraestrutura. Tampouco houve planejamento de ruas e instalação de equipamentos urbanos. Essa realidade configura o que Villaça apud Ferreira (2005, p. 10) caracterizou como “apropriação desigual dos recursos urbanos pelas camadas de alta renda”.

Bourdieu (2007), ao falar sobre o conceito de “estrutura de oportunidades” defende que devido algumas camadas sociais possuírem baixo nível de capitais teriam menores oportunidades para converterem esses capitais em benefícios favoráveis a sua ascensão e a uma boa colocação no campo de disputa. Nesse sentido, as camadas menos favorecidas

socialmente se tornam vulneráveis e propícias à aceitação dos condicionamentos estruturais que as limitam no espaço social. No relato de Virginia, uma das morados entrevistadas nesta pesquisa esse fato aparece destacado em vários momentos de sua fala:

E hoje, as coisas melhoraram um pouquinho em termos de ensino. A gente vê que abriu mais um pouco, mas as professoras não estão preparadas para essa mudança, para essa escola, que infelizmente a escola hoje é exclusiva, ela não é inclusiva, por mais que eles falem que é inclusiva, mas não é não. E as oportunidades dos jovens hoje, são mínimas, exatamente por causa disso. Porque eles competirem com um jovem que vem de uma escola particular, uma escola melhor, de um bairro melhor, coitado, é desumano, é injusto. Por mais que a gente vê os meninos, assim, eles sonham na vida em um dia ser um Neymar, sonham em um dia poder ir para uma faculdade, mas isso acaba logo quando ele vê que ele fica anos, e anos, e anos e ele não consegue nem aprender direito o que precisa aprender. Quando eu fui para a faculdade, eu ganhei uma bolsa pra fazer cursinho, ai eu fui pro cursinho no Promove. O Promove só tinha, primeiro que aquela escola lá era surreal na minha vida. Era uma coisa muito chique, muito chique, só “filhinho de papai”, e quando eu cheguei lá, eu fiquei lá seis meses, na escola, era como se eu nunca tivesse estudado na vida, porque eu nunca

tinha ouvido falar daquelas coisas. Aquilo era educação, e isso é negado pra gente aqui. Então por mais que as pessoas até quisessem, ou queiram fazer uma federal, fazer alguma coisa, não dá, porque é muito negado pra gente, o saber, o que realmente escolaridade de qualidade, em favela não tem. Em comunidades não tem. Eu fico muito indignada com isso, eu fico muito brava com isso! Eu acho que eu fico muito querendo que surja um grupo que brigue pela educação, mas que brigue pela educação mesmo, de qualidade, Não para manter menino na escola, para números. „Ah tem trezentos meninos na escola, mas e isso, o que eles estão fazendo lá? O que está passando de conteúdo para esse menino poder competir de igual? Ai eu não sou contra cota não, mas também eu não sou a favor da cota para pobre porque ele não consegue aprender. Ai acaba que ele vai para uma faculdade e fica lá, se ele paga ele passa. A coisa mais difícil de se ver, aqui na Pedreira mesmo, eu acho que eu conheço uma pessoa que foi pra Federal, uma pessoa que foi pra Federal! E eu conheço essa Pedreira toda! Assim, eu conheço umas quatro, mas essas pessoas os pais, eles moravam aqui por opção e eles podiam pagar uma escola boa, então eles conseguiram. Agora, meninos que foram de escola pública aqui, ninguém conseguiu, ninguém conseguiu. (entrevista realizada com a moradora da PPL, Virginia. Belo Horizonte, 2017).

Devido, principalmente, à segregação socioespacial original da cidade de Belo Horizonte, a história das primeiras favelas nasce concomitantemente a sua construção conforme observado nos dados de 1998 formulados pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL),

Como se sabe, esta foi a origem das primeiras favelas da cidade. Belo Horizonte era uma capital destinada às classes média e alta, não possuindo local para a instalação das pessoas de baixa renda que vinham do interior atrás de condições melhores de vida, seja saúde, emprego, educação, água e luz, ou para os que serviram de mão-de-obra na capital [...]. A Pedreira não fugiu a esta regra, pois as pessoas que nela se instalaram não encontraram nada do que vieram procurar. No início de sua existência, ela não possuía nenhuma infraestrutura. Não havia água, luz, esgoto, calçamento. As casas não eram ainda de alvenaria, mas de adobe, madeira, latão. Os moradores conseguiam água através de cisternas e minas, usavam fossas e lamparinas (BELO HORIZONTE, 2004, p.55).

Conforme citado acima, um grande contingente populacional vinha do interior do Estado para trabalhar na construção da cidade. A Pedreira Prado Lopes, desde a edificação

da cidade já fazia parte de sua paisagem. Construída à margem de Belo Horizonte, foi um dos primeiros locais onde se alojavam as populações menos favorecidas economicamente.

Refletindo sobre o modo de produção do espaço social ocorrido na cidade de Belo Horizonte, podemos perceber que esse processo contribuiu de forma significativa para formar bases excludentes, tanto de outras favelas, como da Pedreira Prado Lopes. A população que ocupou esses espaços segregados desde sua origem, também traziam em seu histórico estereótipos negativos, como é o caso dos negros, que compõem a população predominante nas favelas e dos emigrantes das zonas rurais que, na maioria das vezes eram pobres e iam para a cidade em busca de melhores condições de vida tão prometidas pela nova capital.

A cidade de Belo Horizonte com seu histórico de mais de cem anos comporta na contemporaneidade um arcabouço cultural extremamente diversificado. Dentro deste arcabouço, muitas histórias não são reconhecidas como fundamentais ou parte fundante da memória social da cidade. Isso acontece principalmente com relação à participação de comunidades populares na construção de história e cultura, tanto material quanto imaterial da mesma. Como resíduo de um processo pensado por uma elite, para a elite, as camadas populares moradoras de favelas se tornam visíveis apenas quando começam a incomodar, quando passam a denotar problema e ameaçar a hegemonia cultural dominante. Nesse campo de lutas, os sujeitos ameaçados, seja por medo da perda de poder, por desejo de manutenção da hegemonia, ou mesmo por não entenderem as favelas como componentes da produção da cidade reagem geralmente com violência, repressão e, de forma mais sutil, desqualificando e inferiorizando a partir de atribuições negativas aos sujeitos que possuem o modo de vida contrários aos seus.

Diante deste contexto, a Pedreira Prado Lopes é um desses lugares excluídos do reconhecimento, tanto social, por seu caráter físico e econômico, como local de produção de história e cultura. Contrariando as pressões sociais, que tendem a renegar a favela e mantê-la à margem da sociedade por meio de barreiras físicas e simbólicas, a Pedreira Prado Lopes tem resistido e, por ela mesma, a partir de seus atores sociais vem se construindo, contando sua história e ocupando seu lugar no campo de lutas da cidade de Belo Horizonte.

1.3 A história da Pedreira Prado Lopes contada por seus moradores

Ao pesquisar os trabalhos e obras que tem como tema a Pedreira Prado Lopes dois importantes trabalhos foram encontrados. Um é o livro “Pedreira Prado Lopes – Memórias”, escrito em 2001, por Adão Soares e Suely Alves Antunes, ambos moradores antigos dessa favela. O livro é composto por depoimento de lideranças comunitárias, dos moradores antigos e jovens da favela. Segundo Arroyo, os relatos dos moradores,

(...) dão conta de uma diversidade de significações individuais e coletivas sobre as representações e a importância desse espaço para a compreensão da história da cidade e suas diversas abordagens, tendo como referência, coletivos que ficaram à margem das representações oficiais (2009, p. 7575).

A produção deste livro contribui de forma significativa para que se possa conhecer a história da PPL a partir das experiências e pelos olhos dos próprios moradores. Além disso, comprova a importância desses agentes na construção histórica da cidade.

Outro trabalho importante encontrado foi o documento, formulado por líderes comunitários, no qual, os moradores pedem o reconhecimento da PPL como patrimônio cultural imaterial da cidade de Belo Horizonte. Sendo assim, os relatos encontrados nesses dois trabalhos serão utilizados neste capítulo para ajudar a contar a história da ocupação desse território.

Santos (2009) defende que no contexto que se forma o pensamento moderno existem pólos abissais diferentes, que dividem a sociedade entre “deste lado da linha” e “do outro lado da linha”. Para esse autor, há uma radicalização tão grande na separação desses “universos”, a ponto de o outro lado da linha desaparecer enquanto realidade. Dessa forma, aquilo que se encontra do outro lado da linha é excluído e considerado incongruente a forma vista arbitrariamente como aceita, o que faz com que estes, se tornem o “Outro” do “Nós”. Seguindo o pensamento deste autor a PPL, como favela, como estando do outro lado da linha, é sempre vista como o “Outro” de Belo Horizonte, ou aquilo que a cidade formal não deve ser. Arroyo (2011, p.142) corrobora esse pensamento ao afirmar que,

[...] frente a essa impossibilidade de co-presença, um traço estruturante da formação socioespacial, os Outros reivindicam o direito à co-presença, no reconhecimento de seu espaço, como existente, espaço de memória, de cultura e de identidades. Espaço de existência e de credibilidade.

Contrapõe-se à divisão abissal dos espaços: os territórios do lado de cá, do Nós, regulados por políticas urbanas de saneamento, de iluminação, de posse legal, de império da lei, territórios de regulação urbana, e os territórios do outro lado da linha, sem regulação, sem ordem, violentos, à margem da lei, da civilização, da cultura. [...] O pedido de reconhecimento de suas culturas, memórias no cânone do patrimônio vai além. Aponta a urgência de superar o pensamento abissal. A questão deixa de ser como fazer do patrimônio cultural, da herança do lado de cá, um instrumento pedagógico para civilizar os Outros do lado de lá. A questão passa a ser como reconhecê-los existentes, críveis em suas vivências, valores, culturas, memórias e identidades coletivas. Como superar a visão de que o Nós do lado de cá esgota a existência, a humanidade, a cultura, o patrimônio. Com a desconstrução desse pensamento abissal se debatem as diversas ciências, as relações sociais e políticas e o campo da cultura e do patrimônio.

As várias narrativas de afirmação identitárias construídas pelos sujeitos que compartilham o espaço da Pedreira fazem com que esses sujeitos, como “Outros”, se tornem visíveis e ocupem espaços na arena social, na luta pelo reconhecimento de seus valores, indo contra as representações negativas que lhes são atribuídos e “das formas com que foram pensados e alocados na história: como inexistentes, invisíveis e irreconhecíveis” (ARROYO, 2011, p. 142). Sendo assim, a história da Pedreira que se verá neste trabalho é aquela baseada, principalmente, nos relatos dos próprios moradores, a partir de suas memórias do lugar pois, como bem coloca Arroyo,

A memória expõe formas essenciais da cultura dos moradores da Pedreira, sua maneira de ser e de compreender a relação do lugar com outros espaços da cidade. Ao mesmo tempo em que se colocam como “donos” do seu destino estão determinados pela conjuntura social à sua volta. A compreensão dos objetos, lugares, paisagens e práticas culturais vividas e representadas através dos depoimentos, traçam a existência desse grupo social. Sua memória representada através dos suportes afetivos que ordenam sua vida no campo simbólico e material constitui as autoimagens que os moradores têm da PPL, e que a caracterizam como um lugar de cultura. A possibilidade de releitura desse lugar da cidade a partir das identidades coletivas, construídas nas disputas permanentes, e no dia a dia

vivido, evidencia os processos de significação de identidades e culturas diversas em contínua transformação (ARROYO, 2009, p. 76-77).

Assim como outras favelas de Belo Horizonte, a PPL teve seu processo de formação a partir da construção excludente da capital. Apesar da proximidade ao Centro, além das barreiras físicas percebe-se também, a existência de barreiras simbólicas que fazem do espaço da Pedreira, bem como dos sujeitos que nela vivem segregados e historicamente excluídos em grande parte dos benefícios de uma grande metrópole como é o caso de Belo Horizonte.

No local onde se originou a PPL, existia uma grande jazida de granito chamada Pedreira da Viação, pertencente ao banco e empresa Viação do Brasil. Posteriormente, essa pedreira foi comprada pelo Estado para ser explorada pela Comissão Construtora e dali se retirar parte do material utilizado para construção da capital no final do século XIX. Nesse mesmo período, começava a se observar o início da ocupação desse espaço e pequenas moradias improvisadas foram sendo erguidas, como relata no livro de memórias da Pedreira, o morador Generino Hilário de Jesus,

(...) Então a gente chegava assim num lugarzinho, numa arezinha, formava ali um quadrinho e fazia um quarto. E tinha que fazer um quarto de noite. Ele tinha que fazer um quarto de noite, prá de manhã cedo ele já amanhecer dentro do quarto. Porque se ele num amanhecesse dentro do quarto, a prefeitura vinha no outro dia e jogava no chão. (...) Fazer de noite e de manhã ele já tava com seu fogãozinho ali dentro, com um estrado lá qualquer, uma coisa qualquer com uma coberta em cima. Aí a prefeitura já num desmanchava, porque sabia que tinha gente morando. Já num desmanchava mais. (Depoimento de Generino Hilário de Jesus. In: SOARES e ANTUNES, 2001, p. 18).

O engenheiro Antônio do Prado Lopes que fazia parte da Comissão Construtora de Belo Horizonte, após a extinção da mesma, em 1922, passa a administrar a exploração da pedreira e dá o nome da favela: Pedreira Prado Lopes,

[...]a Pedreira chama Pedreira porque assim o meu pai falava: porque Prado Lopes era um empreiteiro da prefeitura, tirava pedra daqui para fazer o meio-fio, fazer paralelepípedo “. E fazer, segundo o meu pai me falava, até aquelas pedras da estação. Aquelas pedras bonitos que têm na estação foram feitas com as daqui também (...) Antes da construção de Belo Horizonte já tinha gente que morava aqui nessa região. Eu vi Belo Horizonte crescer,

minha filha, eu lembro de Belo Horizonte, não tinha nem um prédio não, nem um prédio. Meu avô morava aqui, meu avô veio antes de mexer com Belo Horizonte (...) Essa casa minha aqui tem mais de 120 anos, a minha casa, que eu nasci nela, meu avô já comprou na mão de outro. Meu avô quando veio para cá já tinha a casa coberta com sapé. (Depoimento de Álvaro Figueira. In: RIBEIRO, 2001, p.54-55).

Uma das principais motivações da ocupação da PPL foi a proximidade ao centro de Belo Horizonte e a oferta de trabalho tanto na edificação da cidade como na própria pedreira. A área da Pedreira é dividida entre “Pedreira de baixo” e “Pedreira de cima”, sendo que esta primeira foi onde se deu início a ocupação, pois o terreno ali era menos acidentado. Com o crescente aumento da população, a parte de cima, que ficava mais próxima de onde se extraíam as pedras, também foi sendo ocupada. Segundo os relatos, devido à precariedade financeira da maioria dos moradores, as casas eram construídas de adobe, latão, caixotes entre outros materiais com baixo valor agregado. O local se apresentava com pouquíssima infraestrutura, fato este, ligado ao traço excludente e despreocupado do Estado, com relação à moradia da população operária que trabalhou na construção da cidade.

Os telhado era feito de lata de vinte litros, lata de querosene. A minha mãe abria as latas e fazia os telhados com aquilo, tanto que quando chovia, chovia mais lá dentro do que lá fora. (...) Tinha inclusive aqui na parte de cima da PPL que eles chamavam de “Pedreira de Cima”, que eles falavam: “as favelas dos caixotes em pé”. Era só feito de caixote, tinha a parte de baixo que era mais sofisticada, seria a elite da PPL. (Depoimento de José Eustáquio Parreiras. In: SOARES e ANTUNES, 2001, p.28).

Na fala do morador José Eustáquio pode ser percebido o aspecto heterogêneo da favela em sua origem, a diferenciação pela área ocupada, na parte de baixo, mais ordenada, o terreno possuindo maior regularidade e com menor adensamento populacional, além de ser uma ocupação mais antiga o que garantia um pouco mais de acesso. No entanto toda a favela compartilhava dos malefícios da exclusão, e precisavam por eles mesmos providenciarem os suportes para manutenção dos equipamentos básicos para sobrevivência.

Num tinha casa não, isso aqui prá baixo tudo era vago. Uns fazia de adobro, batia o adobro no mesmo lugar de construir. Terra com água. Fazia aquele adobro assim, vinte por dez. Então fazia aquele barro ali, punha numa

forma, batia aquilo e virava, aí vinha o sol e secava aquilo. (...) Nessa época tinha tijolo, mas quem tinha dinheiro para comprar? (Depoimento de Generino Hilário de Jesus. In: SOARES e ANTUNES, 2001, p.27).

Na fala do Senhor Generino podemos perceber a grande dicotomia existente nesse processo de construção da cidade: enquanto operários, construía grandes e luxuosas edificações para pessoas com maior poder socioeconômico ocuparem e usufruírem, porém enquanto sujeitos na cidade eles mesmos não tinham acesso a material básico para construir suas casas ou mesmo podiam acessar os equipamentos urbanos que ajudaram a construir. O relato do morador Adão Soares, nos mostra a luta e a resistência inicial dos moradores na busca por melhores condições de vida e ao acesso negado,

No meio da minha infância eu começava a observar que a Pedreira era definida em duas partes: uma parte de baixo e uma parte de cima; eu sempre morei na parte alta, mas acompanhava a evolução e o desenvolvimento do que era a Pedreira na parte baixa, os benefícios, as benfeitorias que eles já recebiam daqueles que militavam no interesse e no crescimento da comunidade. Eu era jovem e prestava atenção e via os movimentos, mas não era integrado aos movimentos. (Depoimento de Adão Soares. In: SOARES e ANTUNES, 2001, p.126)

Figura 4- Aspecto comum da antiga Pedreira Prado Lopes



Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte

Para contrapor e justificar a construção da Pampulha, uma região, fora do centro urbano de Belo Horizonte, porém, planejada para abrigar uma população abastada, na década de 1940, o então prefeito, Juscelino Kubitschek, juntamente com a prefeitura, o Instituto de Aposentadoria e Pensão do Industriário (IAPI) e o Auxílio de Serviço Administrativo (CASA), construíram o primeiro conjunto habitacional da cidade, bem como a Avenida Antônio Carlos, que viabilizava o trajeto entre a região da Pampulha e o centro. Durante essa mesma década foi construído também, o hospital Odilon Behres e o Ginásio Municipal Belo Horizonte, atual Escola Belo Horizonte. Ambos equipamentos foram criados com a promessa de atenderem a população menos favorecida economicamente do local.

Essas obras impactaram diretamente a população da Pedreira, pois para construção tanto do IAPI, como a dos equipamentos públicos, muitos moradores teriam que ser removidos, pois parte do território seria utilizado para construção dos mesmos. Muitas dessas

famílias tiveram como opção, ocupar espaços dentro da própria Pedreira, pois a indenização que lhes foi paga era de valor irrisório, com isso, não tendo alternativa, essas pessoas foram se apertando em um espaço cada vez menor dentro da Pedreira.

(...) Quando fiz o primeiro casamento o Moacir comprou um barracão ali onde era o IAPI, onde fizeram o IAPI, aí eles indenizaram todo mundo e tiraram de lá. Aí o Moacir morreu e eu fui pagar aluguel, não achei outra casa para comprar no preço, do jeito que eles deram, por que eles deram uma mixaria para cada um, né... Fiz um quarto, foi desse quarto é que caiu tudo... eu levantei até parede, subia em cima do telhado, pegava telha, pregava lata em cima dos lugares para não dar pingueira. Eu fiz a casa toda de adobro, batia adobro era de noite, na hora que eu chegava do serviço. Trabalhava em um restaurante e dia de domingo eu fazia salgado para os meninos venderem... aí que eu fui melhorando as coisas. (Depoimento de Maria Elizabete Gonçalves - Dona Bela. Documentário Rainha Bela: 2009).

Maria Elizabete mostra em seu relato as dificuldades oriundas da remoção das pessoas que ocupavam o terreno em que posteriormente se construiu o conjunto habitacional IAPI. A falta de apoio por parte da prefeitura, bem como o pagamento de indenização parca, conduziu os moradores, que já viviam em condições péssimas, para uma situação de grande vulnerabilidade, pois com o adensamento populacional crescente em um território que, compulsoriamente vinha sendo reduzido agravou-se a ocorrência e proliferação de doenças respiratórias e infecciosas.

As pessoas que moravam onde foi construído o conjunto se aglomeraram mais acima, na topografia mais difícil da vila, e se comprimiram. E alguns emigraram daqui porque perderam com a desapropriação do terreno, o seu pedaço de terra. Porque a Pedreira ia até além da Avenida Antônio Carlos e foi comprimida (Depoimento de Adão Soares. In: SOARES e ANTUNES, 2001, p, 139).

Algumas pessoas foram removidas sem que lhes fosse pago indenização, perdendo o pouco que haviam construído, e aquelas pessoas que conseguiram ocupar a parte de cima, foram para uma área de risco de desabamento.

Odilon Behrens que num era Odilon Behrens. Era Hospital Municipal. Hospital Municipal era um tipo de hospital público para atender pobre. Era isso a coisa, funcionava assim: atendia pobre que num tinha condições de

pagar uma consulta. Depois foi modificando, foi crescendo. Era pequeno, foi ganhando espaço, foi ganhando mais médico, foi ganhando mais enfermeiro e mais espaço. Passou a ser Odilon Behrens. (Depoimento de Jovina da Costa Meira. In: SOARES e ANTUNES, 2001, p. 96).

Além do conjunto habitacional IAPI, a construção do hospital Odilon Behrens e do Colégio Municipal também contribuíram para que o terreno ocupado pela PPL fosse comprimido, diminuindo também o contingente populacional que foi “varrido” para zonas periféricas afastadas do centro de Belo Horizonte.

Depois vieram e construíram o colégio. Ali no colégio, sabe como é que chamava ali? Buraco do Carvão. Porque tinha uma carvoeira que então chamava buraco do carvão. Então eles vieram tiraram a carvoeira, tiraram aquele povo tudo que morava ali ao redor, mandaram embora e fizeram o colégio. (Depoimento de Generino Hilário de Jesus. In: SOARES e ANTUNES, 2001, p. 141).

Com a compressão do território da PPL, os moradores acabavam se tornando ilhados e excluídos dentro da cidade pelas novas edificações. Mesmo que a construção desses equipamentos tenha trazido alguns benefícios para os moradores da PPL, pode se notar algumas contradições, como o fato de não serem fornecidos serviços de água encanada e luz elétrica para os moradores. Pode se pensar, que a construção tanto da Avenida Antônio Carlos, quanto do IAPI, como uma tentativa da prefeitura de acabar com a favela, no entanto, os moradores seguiram resistindo no local. Com o processo de expansão da cidade ocorrendo nessa direção, e o sabido desejo de “varrer” a pobreza para longe da população mais abastada, pode se pensar ainda, que essas obras tenham sido realizadas com o intuito de esconder a PPL.

Figura 5- Fotografia de 1951 com a Avenida Antônio Carlos, Conjunto IAPI e a Pedreira Prado Lopes ao fundo



Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte

1.3.1 Pedreira Prado Lopes e sua importante contribuição para a cultura de Belo Horizonte: Pedreira (en)cantada

Minha vida, se eu fosse contar do princípio era um romance que ninguém daria conta de ler. Eu rodei muito para chegar até aqui (Depoimento de Maria Elizabete Gonçalves - Dona Bela. Documentário Rainha Bela: 2009).

No ano de 2007, os moradores da PPL deram um importante passo, ao que se refere à busca coletiva pelo reconhecimento de seu território como espaço de cultura e história, se trata do pedido enviado ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural Municipal de Belo Horizonte - CDPCMBH pelo representante da Associação Recreativa Escola de Samba

Unidos do Guarani, Mário César de Almeida para reconhecimento da Pedreira como patrimônio cultural imaterial da cidade de Belo Horizonte.

Esse pedido representa, não apenas a busca por melhorias do lugar, mas uma quebra de paradigmas que leva à reflexão ao que historicamente se tem considerado como patrimônio, como também serve para os próprios moradores se reconhecem como atores sociais e se afirmarem no campo de disputa, no qual foram por muito tempo, a parte mais vulnerável e por vezes excluída, esse é um pedido “da cultura popular como patrimônio”, como afirma Arroyo (2011, p.135).

A PPL traz em seu histórico vários traços da tradição e da cultura popular, como as festas de Congado, festa junina e o samba. Com relação ao congado, as festas foram coordenadas por muitos anos por Dona Bela que faleceu em fevereiro de 2014, aos cento e dez anos. Dona Bela era considerada a mais velha rainha do congado viva de Minas Gerais e tida como referência e matriarca da PPL.

No documentário “Rainha Bela”¹³ produzido em 2009 por Andreia Duarte, realizado com os benefícios da Lei Municipal de incentivo à cultura de Belo Horizonte, foram colhidos depoimentos de Dona Bela e de outros responsáveis pelo congado na PPL mostrando como eram realizados os festejos que trazem a religiosidade, a ancestralidade e a tradição do povo negro em sua essência.

Dona Bela nasceu na cidade de Santa Luzia, Minas Gerais, em 1903, seu nome de batismo era Maria Elizabete Gonçalves. Foi mãe de quinze filhos, todos adotados, alguns de suas irmãs falecidas. Dona Bela fundou no ano de 1954 a Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário e São João Batista a qual presidiu por quase cinquenta anos. Quando estava com quarenta e oito anos foi convidada a assumir o Reinado de “Capitão” Edson que se encontrava debilitado e temeroso pelo fim da guarda, dessa forma Dona Bela foi coroada rainha (REIS e COSTA, 2016).

Eu formei minha guarda somente para levantar a bandeira de Santo Antônio, de São João e de São Pedro, porque era missão de minha mãe, segurei a missão dela. Minha mãe tinha a Folia de Reis, era muito benzedeira, muito católica, mas era só Folia de Reis que ela tinha. Ela tocava viola e era ela que tirava a Folia. E depois que eu vim para cá, depois que eu perdi minha mãe, cheguei aqui fiquei doida para achar um lugar que tinha o reinado.

¹³ Ver em: <https://www.youtube.com/user/catadofilmes/videos>. Acesso em: 25/03/2019.

Então uma vizinha falou: “eu conheço um reinado”, ai eu fui um dia com ela, gostei e continuei acompanhando o reinado deles (Depoimento de Maria Elizabete Gonçalves - Dona Bela. Documentário Rainha Bela: 2009).

Maria Aparecida, capitã da guarda e neta de Dona Bela relata no documentário que o Reinado e a Folia de Reis são festejos diferentes “o Reinado é a festa de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Izabel e todos os santos que podem ser festejados com o rosário de Maria” (Documentário Rainha Bela: 2009). Conta que a festa de Nossa Senhora do Rosário é importante pois ela é considerada a mãe dos pretos e a mãe dos moçambiqueiros.

Quase todo Reinado que a gente vai, a primeira imagem que a gente vê é de Nossa Senhora do Rosário, e a gente tem muita fé nela, porque foi ela que veio primeiro para poder tomar conta dos moçambiqueiros
(Depoimento de Maria Aparecida. Documentário Rainha Bela, 2009).

O Congado de Dona Bela se iniciava na segunda quinzena do mês de janeiro com o hasteamento da bandeira de São Sebastião que permanecia no local por doze dias, após este período era retirada e se fazia um intervalo durante o carnaval. Os tambores do congado eram batidos novamente com o intuito de abrir o Reinado no mês de abril, no domingo de aleluia, nesse período, iniciava-se os preparativos para a festa de São Benedito, no mês de maio. Em junho ocorria a festa de São João Batista, em que eram hasteadas as bandeiras, faziam fogueiras, serviam canjica, quentão, soltavam fogos e desfilavam com as bandeiras pelas ruas e praças. Em Julho, realizavam a festa de Santa Izabel, em que outras guardas eram convidadas a participar. Faziam comidas e hasteavam a bandeira de Santa Isabel. Para fechar os festejos de Reinado se realizava no final do mês de outubro a festa de Nossa Senhora do Rosário (Depoimento de Maria Aparecida. Documentário Rainha Bela: 2009).

Trazer a memória essa importante manifestação cultural vivenciada durante anos pelos moradores da PPL permite redimensionar esse território dentro do fazer cultural de Belo horizonte tirando esses atores, como é o caso de Dona Bela de um possível silenciamento e (re)apagamento e os colocando como ícones do patrimônio imaterial da cidade (REIS e COSTA, 2016).

Outro fazer cultural que está incutido na história da PPL é o samba. Na década de 1930 a escola de samba “Pedreira unida”, formada por moradores da PPL foi a primeira agremiação a desfilar no carnaval de Belo Horizonte, ela surgiu no coração da Pedreira, como relata um de seus representantes mais antigo, José Luiz Lourenço o Mestre Conga, à reportagem¹⁴ do MGTV, jornal exibido pela TV Globo de Minas Gerais.

Mestre conga tem noventa e três anos, e na época em que a escola de samba foi fundada fazia parte da guarda de congo. Em lados opostos acontecia os encontros do congado e da escola de samba “lá era o profano e nós o religioso”, disse Mestre Conga. Devido a um desentendimento com o “capitão da guarda”, de congadeiro Mestre Conga se tornou sambista (Programa Globo Horizonte, 2013)¹⁵.

Eu só fui saber o que era cultura quando eu achei no chão um panfleto pequeno, e ai fui lendo lá: “o que é cultura? Existem duas culturas, a cultura clássica e a cultura popular”, ai eu fale: “quer dizer que o popular sou eu no congado.” Ai eu fui saber, não sei muito não, mas vim saber o que é cultura, e participando da cultura sem saber o que é cultura (Entrevista cedida por Mestre Conga à repórter Renata do Carmo para o programa Globo Horizonte, 2013).

Se descobrir enquanto sujeito produtor de cultura gera a possibilidade de ocupar espaços na cidade e quebrar a invisibilidade mostrando reflexões críticas a partir de seu lugar social. O sambista da PPL Jorge Bibiano, pedreiro e músico como ele mesmo se apresenta na reportagem, canta seu samba enquanto trabalha na construção de sua casa. A imagem traz esse significado implícito do construtor/compositor, que assim como a cultura descoberta por acaso por Mestre Conga é construída concomitantemente a construção do sujeito cultural.

Um dia eu me tornei o bam bam bam da esquina/toda brincadeira, briga e namorar/até que um dia eu tive que largar os estudos e trabalhar na rua sustentando tudo/assim sem perceber eu era adulto já/a vida é mesmo uma missão/a morte é uma ilusão (MGTV/Globo Minas, 2013).

¹⁴ A reportagem faz parte do projeto “parceiros do MGTV/cultura” e foi realizada pelos “parceiros” Davidson Negon e Luciana Miranda, no dia 06/07/2013. Ver em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/videos/v/pedreiraprado-lobes-e-berco-do-samba-de-belo-horizonte/2676693/>. Acesso em: 28/04/2019.

¹⁵ Ver em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/videos/v/mestre-conga-conta-como-se-encantou-pelo-samba-embelo-horizonte/2989645/>. Acesso em: 13/08/2019.

Outro importante nome do samba na PPL, de uma geração sucessora a de Mestre Conga é o de Antônio da Silva. “Nascido no Buraco quente”, vila anexa à PPL, conta que ali sempre teve sua liberdade “barracão de cinco cômodos, com água e luz no morro. Descendo a rua Itapecerica, já estava dentro da boêmia” (MGTV/Globo Minas, 2013). E dentro do samba nasce uma Pedreira (em)cantada nas letras e no batuque dos compositores dessa história.

Favela é obra de arte inacabada/ carinhosamente assim observada/
respeitosamente como questão social/ dia e noite barracões sendo
construídos, reformados, demolidos/ É vila na Lagoinha, o berço da capital
(Música cantada por Antônio da Silva. MGTV/Globo Minas, 2013).

O carnaval de Belo Horizonte chegou a uma dimensão extraordinária, em 1980 foi o segundo maior carnaval do Brasil, porém devido a conflitos entre as escolas de samba e a prefeitura os desfiles cessaram por dez anos “nós continuamos aí caminhando, porque o samba é cultura, uns diz que é turismo, mas é cultura que fala” (Mestre Conga, MGTV, 2013). Na letra do samba “Lágrimas sentidas”, Mestre Conga relembra com saudades dos tempos marcantes do carnaval Belorizontino de sua juventude.

Pedreira querida, querida Pedreira/terra de gente boa/ rainha que já não tem
coroa/esta saudosa Pedreira, já foi nossa querida Mangueira/rola minha
lágrima sentida/a falta que ela me faz na avenida/que coisa bela, tenho
saudade dela (Mestre Conga, MGTV, 2013).

CAPÍTULO 2

Olhares sobre a Pedreira Prado Lopes: Pedreira ou Pedreiras?

2.1 Pedreira Prado Lopes de longe

Toda história, ou toda relação tem um começo. A minha história com a PPL iniciou-se à distância, a partir do interesse em estudar o tema favela e na busca por leituras sobre este lugar. Mas antes disso, a Pedreira Prado Lopes do meu imaginário era aquela dos estereótipos que costumam ser divulgados nas narrativas jornalísticas.

Os primeiros trabalhos acadêmicos que li traziam pontos de vistas distintos com relação à PPL. Um deles, uma dissertação de mestrado de 2004 produzida por Luiz Felipe Zille aborda a criminalidade violenta, apontando a PPL como uma das favelas mais violentas da cidade de Belo Horizonte. Neste trabalho o autor utilizou as teorias da “desorganização social” e “eficácia coletiva” como principais argumentos de comprovação do porquê a criminalidade violenta teria se consolidado nesta favela.

Apesar de se tratar de um importante trabalho no que concerne o estudo sobre a criminalidade e sobre o entendimento de como as gangues se organizam em Belo Horizonte e sobretudo na PPL, divirjo da visão de Zille (2004) ao utilizar as teorias da desorganização social e eficácia coletiva como principais fatores para a causa de ocorrência da criminalidade violenta na PPL, pois os relatos dos moradores contrariam os argumentos trazidos por Zille

(2004) sobre a falta de organização comunitária, heterogeneidade populacional/étnica, altas taxas de rotatividade residencial e baixa coesão social.

O que pude inferir em sua pesquisa é que a criminalidade violenta ocorre devido a desorganização das gangues na PPL, pois quando estavam conexas sob comando de um único traficante, Roni Peixoto, não se notava a ocorrência de grande número de mortes, a não ser quando gangues de outras localidades tentavam tomar o território. Após a prisão deste líder, as gangues se fragmentaram e passaram a disputar o território e esse fato fez com que o número de mortes aumentasse significativamente. Como enfatizado por Zille (2004), nos anos em que realizou a pesquisa houve um pico de mortes violentas decorrentes da disputa entre gangues.

(...) durante o ano de 2004, se constituiu na localidade mais violenta de Belo Horizonte, devido a sua altíssima taxa de homicídios. Durante o período em que esta pesquisa foi realizada duas quadrilhas de traficantes protagonizavam um grande conflito armado na favela, numa tentativa de conquistar a hegemonia do comércio de drogas no local. No segundo semestre de 2004, quando o presente estudo já estava em sua fase de conclusão, uma terceira quadrilha surgiu na PPL, em razão de uma dissidência entre os membros de um dos grupos que já existiam. Entre janeiro e outubro de 2004, 56 pessoas haviam sido assassinadas na Prado Lopes, vítimas dos combates travados entre as gangues de traficantes do morro (ZILLE, 2004, p. 12).

Outra questão importante trazida pelo autor, que demonstra a influência de outros fatores para o aumento de ocorrências de mortes violentas na PPL no período de sua pesquisa foi a indiferença demonstrada pelo Estado, que apenas tomou frente quando o número de mortes se tornaram notórias. Segundo Zille as ações policiais se estabeleceram de forma truculenta o que fez com que a população permanecesse encurralada e vulnerável.

O outro trabalho com o qual tive contato inicialmente foi uma tese de doutorado de 2011 de Michele Arroyo que traz uma análise sobre a reivindicação de moradores da PPL junto ao IPHAN para o reconhecimento desta favela enquanto patrimônio imaterial da cidade de Belo Horizonte. Neste trabalho, a autora procurou demonstrar como um lugar historicamente discriminado poderia se afirmar como local de cultura e com isto fazer repensar as considerações e definições daquilo que é considerado patrimônio cultural.

2.1.1 Escrivência¹⁶

A primeira visita que realizei na PPL foi em uma tarde quente de verão, no final de 2015. Fui acompanhada por Valter, um amigo que conheci no movimento estudantil, na época em que fizemos graduação e que atualmente trabalha na redação do Jornal Brasil de Fato de Belo Horizonte e atua como coordenador do MTD. Valter, apesar de não ser morador da PPL conhecia bem o lugar devido a atuação no movimento que ali empreende diversas ações.

Nos encontramos na estação Lagoinha, no Centro de Belo Horizonte e fomos andando pela avenida Presidente Antônio Carlos até a PPL. Durante a caminhada, observávamos o contraste comum presente nos centros urbanos, a paisagem se misturava entre prédios enormes e modernos, viadutos recém construídos e edificações antigas e abandonadas, veículos vários e pessoas diversas entre moradores de rua, usuários de drogas, jovens estudantes e pessoas apressadas saindo do trabalho. Quanto mais nos aproximávamos, mais ia diminuindo os contrastes, até se dissiparem e a paisagem se tornar mais comum, pois os aspectos do Centro da cidade iam desaparecendo e a imagem de um bairro periférico emergia.

Passamos pelo Hospital Municipal Odilon Behrens e começamos a subir uma das ruas de acesso à PPL. Dali, de trás do hospital e acima da imponente Avenida Antônio Carlos já podíamos observar, do lado direito, as primeiras impressões do descaso, pessoas maltrapilhas usando crack, jogadas nos meios-fios e encostadas no muro que cerca o conjunto IAPI ao longo da Avenida José Bonifácio, entre carros estacionados e sacos de lixo amontoados à espera da coleta. Do lado esquerdo pode ser observado duas antigas edificações, o hospital Municipal Odilon Behrens e a Escola Municipal de Belo Horizonte, seguimos pela rua Dr. João Carvalho de Paiva que fica entre os muros do hospital e os da escola.

Durante a caminhada, Valter mostrava-me os lugares e contava sobre a atuação do MTD na PPL. Falou dos conflitos que emergiram a partir da implementação do programa de habitação “Vila Viva” que removeu parte dos moradores para lugares distantes e reassentou alguns em conjuntos habitacionais construídos dentro da PPL, mas que eram incompatíveis

¹⁶ A escritora Conceição Evaristo formulou a palavra-conceito “escrevivência” para demonstrar que a essência de sua escrita está nas experiências que viveu e nas coisas que ouviu desde sua infância (OLIVEIRA, 2015), nesse sentido, fiz uso da palavra de Evaristo com o intuito semelhante, descrever minha experiência na PPL e relatar o que vi e ouvi de suas moradoras.

com o modo de vida e sua realidade, enquanto outros moradores tiveram suas casas demolidas sendo indenizados de forma irrisória.

Disse-me que esta atuação da prefeitura podia ser uma estratégia para fomentar o mercado imobiliário, pois a PPL está em um local de grande interesse econômico, próxima a avenidas importantes, circundada por bairros de classe média e muito próxima do Centro de Belo Horizonte. Passando pelos conjuntos habitacionais, contou-me sobre a ação de ocupação dos apartamentos realizada no ano de 2013 pelos moradores, juntamente com o MTD e o Levante Popular da Juventude¹⁷, como forma de denunciar a situação vivida pelos moradores e pressionar a prefeitura a concluir as obras. Essa ocupação foi denominada “Ocupação Dona Maria”, em homenagem a uma moradora que foi removida de sua casa pelo Programa Vila Viva e faleceu poucos meses depois.

Continuamos a caminhada passando pela rua Carmo do Rio Claro pude ver duas escolas de ensino infantil recentemente reformadas. Passamos por alguns becos, ainda haviam ruínas das casas demolidas pelo programa Vila Viva e ruas a serem asfaltadas. Era muito comum observar pelas calçadas das ruas e becos da PPL materiais de construção, como areia, britas e tijolos, o que indicava uma característica comum em diferentes favelas: o longo processo de construção por etapas da maioria das moradias. Pude observar nesta caminhada várias casas em fase de acabamento.

Subimos pela escadaria de um beco e chegamos ao local onde se instalava a Casa de Cultura Liberalino Alves de Oliveira, um grande galpão dividido por painéis de madeira grafitados, lá havia um banheiro e uma pequena copa. Fui apresentada a duas moradoras e líderes comunitárias da PPL, Dona Eva¹⁸, então presidente da associação de moradores e Perina. Contaram-me que a Casa de cultura foi fundada em 1999 e que estava fechada desde

¹⁷ O levante Popular da juventude é um movimento social de mobilização da juventude para a luta social dos direitos dos jovens. Atuam nas escolas, nas universidades, no campo e nas periferias.

¹⁸ Dona Eva faleceu em março de 2019, em sua página do facebook do dia vimos a nota do MTD que dizia: Com imensa tristeza, comunicamos que a companheira Dona Eva, da Pedreira Prado Lopes, partiu na manhã desta quarta-feira (13). Durante anos, ela lutou bravamente contra um câncer. A doença impôs a ela um tratamento pesado, mas isso não a impediu de participar com alegria e orgulho das lutas da Pedreira. "Não vai ser um probleminha desses que vai me derrubar", dizia, sempre sorridente e em tom de brincadeira. Desde 2013, Dona *Eva* e sua família contribuem com o MTD nas lutas pelo término das obras do Vila Viva, pelas duas Umeis da comunidade, pelo fim da violência no bairro e contra o golpe no Brasil. Ao companheiro Seu Zenito e todos os familiares, nosso mais sentido abraço. O velório acontece nesta quinta-feira (14), no Cemitério da Paz, a partir das 6h. O sepultamento será às 16h. Dona *Eva*: presente! Agora e sempre!

2007, mas que em 2014 os moradores decidiram reabri-la, pois representava um importante espaço para integração dos moradores da comunidade.

Enquanto meu acompanhante fazia uma reunião com Dona Eva, pude conversar um pouco com Perina, uma senhora por volta de seus 45 anos, nascida na PPL e que ali criou seus seis filhos e ajuda a cuidar dos netos. Entre outros assuntos que conversamos me lembrei da dissertação de Zille (2004) que falava sobre a criminalidade violenta na PPL. Perguntei sobre a questão da violência na favela e como era a comunidade na época em que o tráfico foi comandado por Roni Peixoto, conhecido traficante na região, bastante citado na dissertação mencionada.

Perina contou-me que Roni Peixoto era famoso por ser considerado braço direito de Fernandinho Beira-Mar e que costumava fechar uma das ruas para promover churrasco para os moradores. Disse também, que em certa ocasião Fernandinho Beira-Mar havia se escondido na PPL por intermédio de seu braço direito.

Perina me falou sobre os festejos que aconteciam na PPL em sua juventude e enfatizou que na época a PPL era bem tranquila e que não havia tanta violência como ocorre atualmente. Contou que a sua família foi uma das removidas pelo programa Vila Viva e que havia sido recentemente contemplada com um dos apartamentos.

Perguntei sobre o pedido de reconhecimento da PPL como patrimônio cultural imaterial da cidade de Belo Horizonte, disse-me que o pedido não foi aceito, pois para ser reconhecida como patrimônio a favela deveria permanecer intocada para manter seu formato original, o que não foi possível devido às constantes transformações necessárias na comunidade. Fomos até a janela e Perina me mostrou como era bonita a cidade vista da Pedreira, já estava anoitecendo e a iluminação fazia Belo Horizonte brilhar com as cores de suas luzes.

Assim terminamos nossa conversa naquele fim de tarde, e a imagem vista da janela me fez lembrar de um trecho que havia lido no documento escrito para o pedido de reconhecimento da PPL como patrimônio:

A falta de planejamento do aglomerado é taxada como feiura: o curioso é que a maioria dos moradores da Pedreira olha a cidade a seus pés de maneira gentil. As lajes disputam pelo acesso da melhor visão da bela Belo Horizonte que finalmente se revela esplendorosa, como fora previsto em seu planejamento inicial, nas magníficas imagens proporcionadas pelas

altitudes da favela. (Documento apresentado ao CDPCM-BH pelo Representante da Associação Recreativa Escola de Samba Unidos do Guarani, Mário César de Almeida, nov. 2007).

2.1.2 O uso coletivo da rua

No retorno fizemos um trajeto diferente da ida, passamos pela rua Araribá, pela Serra Negra, Marcazita e chegamos novamente à Avenida José Bonifácio. Na maioria das ruas pelas quais passamos pude perceber que há uma significação e uso diferenciado desses espaços, que não servem apenas como vias de locomoção para carros e pedestres, mas também como espaço de sociabilidade, movimentação e trocas; entre vizinhanças, comerciantes e em algumas ruas pelo tráfico de drogas (as chamadas “bocas”).

As ruas me pareceram uma extensão das casas das pessoas, como quintais de uso comum, onde as crianças brincam, pessoas ocupam as calçadas para conversar, saber da vida e dos acontecimentos da vizinhança.

Os sons das ruas não eram apenas dos veículos, vinham dos bares com sua música, das igrejas com seu louvor, da brincadeira das crianças e da comunicação entre os traficantes que se dispunham em diferentes pontos para informarem uns aos outros sobre o movimento da rua por meio de códigos, como é o caso do conhecido “galo doido”¹⁹ que indica a presença da polícia.

2.1.3 A Pedreira Prado Lopes de perto

Quando estive na PPL pela primeira vez, a expectativa me fez buscar na fala das moradoras aquela favela que tanto me encantou no importante e belo trabalho de Michele Arroyo, porém não se conhece um lugar em sua complexidade em uma única tarde, no primeiro contato com os moradores e talvez nem em meses. Nesse sentido, meu olhar estava carregado por uma representação do que seria a PPL, e que ainda está em processo de desconstrução.

¹⁹ “Galo doido” é um código utilizado pelos olheiros do tráfico na PPL, quando falam “galo doido” indica a presença da polícia.

Em 2016, por meio da participação no grupo de estudos sobre a questão urbana fomentado pelo MTD foi possível conhecer um pouco mais de perto o cotidiano dos moradores da PPL. Pude participar de algumas reuniões e atividades ocorridas nesta favela. A primeira reunião do grupo de estudos que participei foi no dia 17 de abril daquele ano, ocorrida na casa em que Virgínia, uma das mulheres entrevistadas para composição desta dissertação morava com sua irmã e cunhado.

Esta seria a segunda vez que estava indo à PPL, e no decorrer deste mesmo ano consegui participar de mais algumas reuniões, tanto do grupo de estudo, como do grupo de mulheres moradoras da PPL. Uma das importantes ações articuladas por moradores da PPL principalmente as mulheres, organizadas no MTD e Levante Popular da Juventude foi a ocupação da Escola Municipal Maria da Glória Lommez, que foi interditada pela defesa civil e teve seu funcionamento cessado desde o final de 2014 devido ao deslizamento de um extrato rochoso no pátio de trás do prédio da escola.

Fui convidada a fazer parte da coordenação municipal do MTD, e assim pude estar presente durante todo o processo de planejamento e ocupação da escola acima mencionada. Ocorrida no dia 25 de novembro de 2016, esta ocupação foi uma ação que se somou a outras promovidas por movimentos sociais de toda a América Latina, como referência ao Dia Internacional de Não-violência contra a Mulher, que considerou a falta de vagas em creche uma forma de violência contra as mulheres, por ser este um direito garantido por lei, o qual estava sendo violado na PPL. Segundo Virgínia, em entrevista à Central Única dos Trabalhadores – CUT/MG, com relação à promessa feita pela prefeitura de Belo Horizonte de abertura de 400 vagas em Unidade Municipal de Educação Infantil - UMEI na PPL, cerca de 150 haviam sido realmente efetivadas até aquele momento²⁰.

Estive na ocupação por três dias, no sábado que foi o primeiro dia de ocupação, e na segunda e terça-feira pude pernoitar na ocupação e na quarta-feira, dia 30 de novembro, de 2016 ocorreu a desocupação do local, pois já havíamos atingido o objetivo, negociado com a prefeitura de reformar e reabrir a escola no próximo ano. Nesses dias de ocupação conheci e conversei com algumas moradoras e por três ocasiões, durante este período consegui caminhar pela PPL com elas e conhecer um pouco mais de perto a realidade dos moradores.

²⁰ Disponível em: <https://mg.cut.org.br/noticias/moradoras-da-pedreira-prado-lopes-ocupam-creche-b99e>

No primeiro dia que estive na ocupação, auxiliei as mulheres na cozinha no preparo das refeições. Fui até o sacolão que ficava próximo à escola com uma das moradoras, Dona Luciana, para comprar alguns legumes que seriam usados no almoço. Subimos uma das principais ruas da PLL, a Pedro Lessa. Havia ali uma movimentação relevante de carros e ônibus, nas calçadas estreitas percebia-se pequenos barracos construídos com madeira e bastante lixo próximo a eles, alguns deixados para coleta da prefeitura e outros, me pareceu ser gerados pelos moradores dos barracos. Perguntei a Dona Luciana sobre essas moradias precárias e ela me disse que era bem comum na região, principalmente no entorno das avenidas, encontrar esse tipo de construção. Disse-me que devido à cracolândia que se formou no local, os usuários acabavam por morar na rua e às vezes construía aquele tipo de barraco.

Continuamos caminhando e Dona Luciana me contou que havia nascido na PPL e que vivia, até então, na casa que foi de seu pai. Disse-me que ele era um homem muito conhecido na PPL e que sobrevivia vendendo as verduras que plantava em seu quintal. Após a compra dos legumes, acompanhei Dona Luciana até sua casa pois havia esquecido de tomar seu remédio para pressão.

Andamos por mais três ruas, no caminho me contou que era casada e que seu companheiro era bastante ciumento, disse-me que para conseguir participar do grupo de mulheres do MTD ele exigiu acompanhá-la até o local da reunião para conferir se a participação seria realmente apenas de mulheres. Falou com alegria que seu companheiro era muito carinhoso e que cuidava bem dela.

Ao chegarmos em sua casa, entramos por um pequeno portão, na parte de baixo, do lado esquerdo morava em uma pequena casa de três cômodos a mãe de Dona Luciana, uma senhora idosa bem simpática, fomos cumprimentá-la e Dona Luciana conferiu se estava tudo bem com ela, conversaram por um instante e depois subimos uma escada que dava em sua casa. Lá pude conhecer seu companheiro que estava trabalhando na reforma da casa. Encontravam-se também na casa sua neta adolescente e duas amigas. Dona Luciana me ofereceu água, aceitei. Ela pediu que sua neta pegasse o copo, quando passou um copo comum que estava no armário, a avó a repreendeu dizendo “não este copo, me passe o outro de visita”, serviu-me a água em seu copo mais bonito. Disse-lhe que não era necessário se incomodar, mas ela fazia questão.

Dona Luciana me falou sobre a reforma da casa, disse que precisaram fazer outra laje além de outras coisas, mas que devido ao pouco recurso construíam aos poucos. Um dos cômodos não estava coberto e por isso, quando chovia alagava toda a casa, me contou entristecida.

Ao sairmos de sua casa convidou a neta e suas amigas para irem até a ocupação, pois estava havendo atividades para as crianças e jovens, mas a neta não demonstrou muito interesse. Dona Luciana comentou que ela estava indo com as amigas para um evento da igreja Batista que ocorria em uma das praças da PPL.

Outro momento, durante a ocupação da escola, que pude andar pelas ruas da PPL foi no segundo dia que estive lá, quando acompanhei Virgínia até sua casa para buscarmos algumas coisas. Estava quase anoitecendo, fomos de carona com alguém que estava na ocupação e voltamos andando. Subimos a rua Serra Negra e passamos por mais outras duas ruas. Virgínia era muito conhecida na PPL, por onde passávamos as pessoas a cumprimentavam e os mais jovens a chamavam de tia Virgínia.

Estávamos nos aproximando da Rua Carmo do Rio Claro, passaram por nós alguns adolescentes com armas na mão, nesse momento fiquei bem apreensiva e com medo, mas a minha volta parecia tudo correr normalmente, meninos andando de bicicleta algumas pessoas conversando nos portões de suas casas e outras bebendo no bar. Quando os meninos do tráfico passaram por nós a reação de Virgínia também não se alterou, eles a chamaram de tia Virgínia, ela fez uma brincadeira com eles e continuamos a caminhada. Atônita, comentei com Virgínia que eles estavam armados e perguntei se ela não tinha medo que começasse um tiroteio do nada. Ela me tranquilizou e disse que apenas era perigoso andar na PPL se estivesse ocorrendo guerra entre os grupos de traficantes, mas que naquela noite tudo estava tranquilo.

Me disse que conhecia todo mundo na Pedreira e que estando com ela não teria problema.

Observei que os rapazes eram bem jovens e ela me contou que foram seus alunos na escola em que lecionava e que muitos jovens da PPL estudaram com ela, disse que realizava vários tipos de trabalho para orientá-los com relação à criminalidade, mas que alguns, infelizmente acabavam se envolvendo com o tráfico. Enfatizou que mesmo esses a respeitavam muito e tinham muito carinho por ela.

Subimos uma rua estreita e saímos próximas a um campo de futebol, cercado por grades, porém com buracos. Haviam traves de metal, o piso era recoberto por areia, atrás de um dos gols havia uma pequena arquibancada de concreto e a lateral do campo era cercado por um grande paredão rochoso. O campo de futebol parecia ter sido bem utilizado no passado devido a sua estrutura, porém, naquele momento se encontrava em condições bem precárias. Virgínia me explicou que o campo estava abandonado devido à falta de manutenção, principalmente em relação a iluminação. Disse que passou a ser utilizado por usuários de drogas aumentando o ar de abandono. Andamos por um beco lateral ao campo e chegamos novamente a escola.

Na manhã do terceiro dia que estava na ocupação, foi feito um planejamento para divisão de tarefas do dia e entre elas, a de cozinha, limpeza, divulgação e mobilização para a reunião que teria no período da tarde com a presença do prefeito eleito de Belo Horizonte em 2016, Alexandre Kalil (PHS). Fiquei no grupo de divulgação. Foram formadas duplas para irem a alguns locais específicos da PPL, como escolas e postos de saúde, pois ali poderíamos encontrar mães de crianças, que eram as principais afetadas pelo fechamento da escola. Formei minha dupla com Edilene, jovem moradora da PPL, que conheci trabalhando na distribuição do jornal Brasil de Fato. Fomos para a UMEI da Pedreira Prado Lopes, na rua Carmo do Rio Claro que ficava a uma quadra da escola Maria da Glória Lommez. Edilene contou-me que era casada e tinha um filho, enfatizou que precisava da vaga na escola para conseguir trabalhar. Distribuíamos os informativos e falávamos com as pessoas que estavam deixando os filhos na UMEI sobre a importância de comparecerem na reunião para pressionar o prefeito a reabrir a escola.

Ao retornarmos fizemos um mutirão para limpeza da escola, colamos bandeiras, cartazes e faixas com palavras de ordem e frases. Fiquei responsável, junto com Maria, que também foi uma das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, por recolher na entrada da escola, o nome das pessoas que chegavam para participar da reunião. Apesar de ter ocorrido em uma terça-feira, a participação dos moradores foi grande.

O prefeito eleito Alexandre Kalil esteve presente junto com o vice-prefeito Paulo Lamac (Rede), alguns assessores e membros da defesa civil. A comitiva do prefeito foi levada para conhecer a escola e o local onde a rocha havia caído. O prefeito foi bem pragmático em sua visita que não levou mais de meia hora, no entanto havia se comprometido a atender as

exigências dos moradores da PPL de recuperação e adequação do prédio da escola e ampliação de vagas na educação infantil no local. Quando estava saindo alguém perguntou a Alexandre Kallil se ele não iria falar aos moradores que ali estavam e ele respondeu: “Estou aqui para resolver problemas não para fazer discurso”, esta frase refletia bem o que trazia em sua campanha na qual se afirmava como gestor e não político.

Com a promessa de realização das obras e reabertura da escola, feita pelo prefeito eleito, o objetivo da ocupação havia se concretizado, então reunidos, moradores e movimentos sociais foi decidido que a escola seria desocupada no dia seguinte, 30 de novembro de 2016 (quarta-feira).

2.1.4 Afinal de contas, qual foi o desfecho da ocupação da Escola?

A Escola Maria da Glória Lommez funciona a mais de trinta anos na PPL e em 2009 houve uma reforma subsidiada pelo Programa Brasil Carinhoso²¹ que disponibilizou uma verba de R\$1,3 milhões. Ao final da reforma a escola passou a funcionar como creche e pré-escola, contando com onze salas, cozinha, refeitório, berçário, pátio e banheiros adaptados para crianças menores de seis anos.

Em 2015, após o desligamento da rocha a escola foi fechada pela Prefeitura devido ao risco de novos deslocamentos que poderia vitimar alunos, professores e funcionários, no entanto, nada foi feito após o fechamento para recuperar o espaço tampouco foi informada a população qual seria a destinação para o equipamento.

Os alunos foram remanejados para a escola de ensino fundamental José Diogo Almeida, que fica a uma quadra da escola Maria da Glória Lommez, mas que, segundo relato de moradoras não estava adaptada para receber o público atendido pela creche²². Com receio que a prefeitura extinguisse a creche, funcionários e moradores, em sua maioria mulheres se

²¹ O Programa Brasil Carinhoso é um projeto lançado pelo Governo Federal durante o governo de Dilma Rousseff que “consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil” (BRASIL, Ministério da Educação. Portal do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação. Disponível em: <https://www.fn-de.gov.br/programas/brasil-carinhoso>).

²² Ver reportagem do Jornal O Tempo: “Comunidade se mobiliza para protestar contra fechamento de escola” (Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/comunidade-se-mobiliza-para-protestar-contrafechamento-de-escola-1.975992>).

uniram e fizeram uma manifestação fechando a principal rua da PPL, a Pedro Lessa. Os manifestantes conseguiram uma reunião com a Secretária Municipal de Educação (SMED), porém não houve solução para o problema e a escola ficou fechada por dois anos até a ocupação em novembro de 2016 pelos movimentos sociais e moradores, principalmente as mulheres, que se mostraram à frente dos processos de reivindicação tanto na época do fechamento da escola quanto no momento de sua ocupação.

No início de 2017 a Prefeitura de Belo Horizonte realizou obras de reparo e adequações na escola que, em fevereiro do referido ano voltou a receber os alunos e está funcionando como Unidade Municipal de Ensino Infantil (UMEI), atendendo a 173 crianças de até seis anos de idade e funcionando em horário integral das sete às dezessete horas.

Para mães moradoras de favela, os filhos terem acesso a creche é um direito de fundamental importância, pois é o que as possibilita trabalhar para manter o sustento da família, como enfatiza Adelaide Santos, advogada e militante do MTD em entrevista à Frente Brasil Popular²³.

A negação do direito à creche a todas as crianças acaba por provocar a violação de outros direitos, como emprego, saúde e segurança, além de ser o primeiro contato da criança com o universo da educação. Quando esse direito é negado, as mulheres são as primeiras a sentir, pois, tradicionalmente, tem recaído sobre elas o peso de cuidar da educação dos filhos (2016).

2.2 Os movimentos que se movem e fazem mover a Pedreira

É muito marcante a presença de coletivos que influenciam a construção de vínculo social entre os moradores da PPL, sejam eles inerentes do lugar ou instituições supralocais, de cunho religioso, político, assistencialista, associativista comunitário, governamental, cultural ou desviante (ligadas ao mundo do crime). Enquanto movimentos, obviamente não

²³ Disponível em: <https://mg.cut.org.br/noticias/moradoras-da-pedreira-prado-lobes-ocupam-creche-b99e>. Consulta realizada em: 26/07/2019

estão inertes, mas além disto, eles são também fluidos, mantêm suas características próprias, mas em muitos momentos interagem, negociam entre si e disputam espaços.

2.2.1 Movimentos sociais políticos: a luta começou no início de sua existência

Um projeto de cidade excludente, como se delineou o de Belo Horizonte, não poderia se consolidar sem as tensões de classe. Diferente do que é silenciado quando se conta a história da cidade, os trabalhadores e trabalhadoras menos favorecidos economicamente não aceitaram passivamente as repressões sofridas.

Os movimentos políticos, de lutas por direitos e melhorias de infraestrutura na PPL tem origem formal no fim da primeira metade do século XX, quando a cidade ainda se consolidava enquanto nova capital e os trabalhadores excluídos se organizavam em movimentos de resistência contra as desigualdades criando associações de bairros e coletivos urbanos. Nesse período a questão da moradia era fundamental e o papel das mulheres nas favelas preponderante (URVOY, 2015).

Com o fortalecimento industrial promovido no município no início de 1950 e a pressão dos industriários para ocuparem áreas onde existiam casas de operários, inicia-se a formação de movimentos de trabalhadores, moradores de favelas que se organizavam em coletivos chamados de Unidades de Defesa Coletiva – UDC's que lutavam, entre outras frentes, contra as iminentes ameaças de despejos²⁴.

Com o intuito de se fortalecerem as UDC's se uniram e fundaram a Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte - FTFBH (OLIVEIRA, 2015). Em 1961 a FTFBH realizou o I Congresso dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, no qual se enfatizou a importância da busca pela Reforma Urbana²⁵ a partir do próprio povo. Virgínia,

²⁴ No contexto nacional deste período de governo João Goulart, os movimentos sociais estavam em fase de efervescência e ascensão, não apenas em Belo Horizonte as favelas estavam se organizando em federações, em outros capitais também era observado esse processo.

²⁵ Segundo Ermínia Maricato (2003) a Reforma Urbana vai além do direito à moradia, ela visa reformas de base e estruturais, que traz como questões centrais a democratização da terra urbanizada, o controle sobre o uso e ocupação do solo, distribuição de renda e um controle maior sobre o mercado imobiliário. O mercado imobiliário é um dos principais focos de investimento na cidade, sendo assim, o interesse pela terra se torna imprescindível, o que faz com que lugares ocupados por uma população com baixo poder econômico, antes invisibilizados, passem a ser centro de interesse para este mercado. Os habitantes desses novos lugares de interesse imobiliário passam então, a serem pressionados a desocupação.

uma das moradoras entrevistadas para esta pesquisa descreve em seu relato memórias de sua infância em que presenciou esses momentos de reuniões na PPL.

Eu era pequena, e eu ia nas reuniões. Aquele tanto de político vinham pra cá porque a associação, não da favela, mas das favelas de Minas Gerais, de Belo Horizonte, era aqui na Pedreira, na época chamava UTP. A sede da UTP era aqui, União dos Trabalhadores de Periferia, e a sede era aqui na Pedreira, então todas as reuniões vinham pra cá. E eu ia, e toda vez que eu queria falar, eles não deixavam. Eles falavam “não você é muito pequena!” E eu falava “não, a sua filha é pequena, que tem comida!” Até então eu questionava muito, sabe? Às vezes eu tomava o microfone da mão deles, quando tinha reunião que eles faziam com os favelados, e os favelados das outras favelas tudo vinham pra cá (Trecho da entrevista realizada com a moradora da PPL, Virgínia. Belo Horizonte, 2017).

Os movimentos políticos de favelas de Belo Horizonte seguiram engajados nessa disputa pelo “Direito à Cidade”²⁶ até a deflagração do Golpe civil-militar instituído no Brasil em 1964. Neste período de grande repressão, as UDC’s e FTFBH foram obrigadas, por meio do “Inquérito do Departamento de Vigilância Social - DVS-096” a fecharem sendo acusadas de comunistas e demagógicas (OLIVEIRA, 2015), lideranças foram presas e os moradores coagidos.

A memória de Virgínia revela a dimensão da repressão em tempos de ditadura dentro da favela, que para ela, em suas lembranças da infância estava no campo imaginário simbolizado pela proibição da verbalização da palavra “maldita” que tanto lhe causava curiosidade, da palavra que poderia trazer o mal tanto para ela quanto para sua família, a palavra que fez com que o filho de sua vizinha fosse preso.

Era a época das “Diretas já!”, já começou aquele movimento todo e eu doida pra saber o que era comunismo. O que era o comunismo, porque era

²⁶ David Harvey em seu livro “Cidades Rebeldes” vem propor uma alternativa relevante com relação às lutas dos movimentos sociais no que concerne à reivindicação do protagonismo na produção da cidade, que seria a busca pelo “direito à cidade”. Ao agir sobre o espaço, configurando e reconfigurando, remetendo a ele significados e transformando-o, os seres humanos modificam concomitantemente a si mesmo, seu modo de vida e suas relações com esse espaço que é o seu lócus (Harvey, 2014). Sendo assim Harvey nos leva a refletir sobre como essa relação entre os seres humanos e o ambiente tem sido conduzida ao longo da história. Será que a cidade tem sido construída por meio de uma lógica justa e coletiva? A lógica que tem prevalecido no desenvolvimento e configuração da cidade é aquela do excedente, a geografia da cidade é toda arquitetada a partir de um viés economicista que visa o lucro, fim último do capitalismo. Para que esse objetivo seja possibilitado, tudo que está no mundo se torna passível a se transformar em produto de mercado, inclusive a guerra, e esse poder de transformação do mundo está hegemonicamente sob o controle de corporações guiadas por uma minoria de pessoas no mundo. A proposta de Harvey (2014) é romper com essa lógica do capital. O

proibido falar essa palavra na comunidade. E eu ouvi falar porque tinha um homem aqui na Pedreira, o Osvaldo, nunca vi ele, mas todo mundo falava que o filho daquela mulher tinha sido preso, ele era preso político, ele estava preso porque ele era “aquela palavra”, não podia falar, era como se fosse assim, lepra. E depois eu escutei eles falando que ele tinha sido preso porque ele era comunista. Ai eu fui saber o que era ser comunista. Todo mundo que eu perguntava falava: “não fala isso!” “Você é doida!” “Não fala isso, não pode!” A minha mãe me bateu e falou: “Se você falar isso de novo, eu vou quebrar seus dentes! Não pode falar isso, que não sei o quê, a polícia te prende, prende todo mundo!”, foi isso! (Trecho da entrevista realizada com a moradora da PPL, Virgínia. Belo Horizonte, 2017).

De certo que as associações populares de reivindicação de direitos e melhorias na PPL receberam e ainda recebem influência de movimentos sociais de esquerda, porém a estratégia de grupos hegemônicos de homogeneizar a definição de grupos considerados comunistas (ou qualquer outra denominação), com o intuito de marginalizar o termo gerando uma imagem negativa daqueles sujeitos que se inserem na busca por melhores condições de vida para si e para aqueles que compartilham o lugar onde habita, também marginalizados, tem por intuito enfraquecer e desestimular as pessoas a se engajarem nos movimentos.

A organização dos moradores de favelas de Belo Horizonte formada por redes, ainda em suas primeiras décadas, evidencia uma história de resistência bem articulada na forma de reivindicação, principalmente ao que concerne o acesso mínimo à terra para moradia e a

autor nos mostra que reivindicar o direito à cidade é democratizar sua construção, valorizando a diversidade cultural. Seria então, uma nova alternativa de viver o urbano a partir da apropriação social do espaço político.

direitos cerceados. No entanto, o que percebemos é uma simplificação nas narrativas ao contarem a história desses lugares evidenciando o assistencialismo externo como único meio de busca por melhorias, com isso negando e invisibilizando o potencial organizacional dos moradores.

A rotina de trabalho dos moradores também se torna uma barreira para se engajarem coletivamente na busca pelos direitos. No entanto, revisitando a história de vida dos moradores observamos que de tempos em tempos emergem lideranças com o desejo de transformar a favela em um local melhor.

O Roberto começou a mexer na Associação aqui da comunidade. Tinha um senhor, Liberalino, esse senhor fez com que o Roberto entusiasmasse com o melhoramento da Pedreira Prado Lopes. O Liberalino trabalhou a vida inteira na comunidade. Parece que ele passou um bocado de ânimo para o Roberto. O Roberto é muito entusiasmado que esta favela vai melhorar. No meu modo de pensar essa favela vai melhorar sim, mas não do jeito que o seu Liberalino sonhou e o Roberto sonha. (Depoimento de Juvenita. In: SOARES e ANTUNES, 2001, p. 127).

A Dona Juvenita, uma das mulheres entrevistadas para esta pesquisa, contou com orgulho sobre a obstinação de seu filho Roberto na busca por melhorias na PPL e enfatizou que ele teria sido influenciado pelo entusiasmo do Senhor Liberalino Alves de Oliveira, antigo morador da PPL, imortalizado na história do lugar por meio da homenagem que nomeou ao único centro cultural da favela com seu nome.

2.2.2 Tudo aqui tem história, as pedras têm histórias

No dia seis de julho de 2018, durante a copa do mundo de futebol masculino estive na PPL, os moradores se organizaram para assistir ao jogo da seleção brasileira contra a Bélgica, no galpão da Ocupação Pátria Livre²⁷. Neste dia aproveitei para conversar com Roberto, filho da Dona Juvenita. Roberto havia me contado que alugava quitinetes anexadas à sua casa, como naquele momento a metodologia deste trabalho abarcava a imersão direta no campo, pretendia alugar um local na PPL para morar durante três meses. Com o intuito de conhecer as quitinetes, o acompanhei até sua casa.

Roberto é um morador da PPL engajado nos movimentos de luta contra a precariedade das condições materiais de vida conferidas na favela. Ao chegar em sua casa, me mostrou dois livros que segundo o mesmo seriam muito preciosos para ele. Sobre um dos livros, Pedreira Prado Lopes: memórias, Roberto relatou que foi uma das pessoas que trabalhou na realização das entrevistas com os moradores e, que uma das coisas que considerava

²⁷ A Ocupação Pátria Livre foi uma ação de moradores da PPL, principalmente as mulheres, juntamente com o MTD que ocupou um antigo prédio, na rua Pedro Lessa, onde funcionou uma empresa de telefonia e estava há vinte e cinco anos sem uso, sem cumprir sua função social e com dívidas antigas de IPTU servindo para a especulação imobiliária. A ocupação se deu no dia 07 de setembro de 2017 e abriga atualmente 15 famílias monoparentais femininas, que viviam na PPL em casas alugadas. Além de proporcionar moradias o prédio possuiu também um galpão que tem servido para promoção de eventos culturais, beneficiando outros moradores da favela.

interessante no livro era a escrita ter sido mantida da forma como foi verbalizada pelos moradores.

Segundo meu interlocutor, a partir da década de 1970 o Senhor Adão, organizador deste livro teria exercido um importante papel na PPL enquanto representante no movimento União de Trabalhadores da Periferia – UTP “um dos primeiros movimentos de trabalhadores em Belo Horizonte”, mencionou. Relatou ainda que neste período, apesar da ditadura estar em vigor, houve grande influência da Igreja Católica progressista para reativação das associações comunitárias, principalmente a partir da figura do Padre Chico que fazia frente à busca por infraestrutura e saneamento básico na PPL, enfatizando a importância de aberturas e pavimentação de becos. Segundo Roberto Padre Chico sempre dizia: “precisamos começar a brigar pela urbanização, não adianta ficar cimentando e remendando becos, nós precisamos abrir os becos para virarem ruas”

Contou-me que existia na parte alta da favela uma caixa d’água antiga e de grande extensão, “ela era imensa, se rompesse mataria muitas pessoas aqui na PPL”, comentou Roberto. Disse ainda que a caixa d’água foi construída para abastecer os moradores do conjunto IAPI, o que evidenciava uma contradição: enquanto o conjunto IAPI, onde moravam pessoas de classe média recebiam a água vinda da PPL, os moradores da PPL não recebiam serviço de abastecimento de água da prefeitura, tendo assim que construir cisternas, que era um serviço caro ou abastecerem baldes em caminhão-pipa.

Com o passar dos anos a caixa d’água sofreu degradações e por falta de manutenção acabou sendo desativada. Como possuía uma estrutura grande de concreto e estava abandonada, em torno de vinte famílias ocuparam o espaço, e ali construíram suas casas relatou Roberto ressaltando que aquele era um lugar de grande insalubridade. Na década de 1980 os representantes da Igreja Católica, junto com a CEBES²⁸ e os moradores, por meio da Campanha da Fraternidade, que naquela ocasião teve como tema “Onde mora meu irmão”

²⁸ Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES “O Cebes nasce num período de transição democrática e desde então tem assumido um papel diferenciador na comunidade política da saúde e junto a setores progressistas da sociedade brasileira. Suas teses, seus posicionamentos, suas proposições e publicações tem alcance amplo porque ajuda a pensar a saúde como política pública social estratégica para construção de um projeto de país, sendo este fundamentado em princípios, diretrizes e paradigmas que estão sendo colocados em xeque na atual conjuntura” (Maria do Socorro de Souza – Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz). Disponível em: < <http://40anos.cebes.org.br/>>. Acesso em: 16/08/2019.

mobilizou fortemente os moradores da PPL na busca do que Roberto chamou de urbanização da favela.

Passados alguns anos, uma das ações implementada pelo Orçamento Participativo visou a construção de apartamentos na parte de cima da caixa d'água para reassentamento dessas famílias e na parte de baixo passou a funcionar o Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira. Eu já havia estado no Centro Cultural algumas vezes, mas não conhecia sua história, e fiquei impressionada daquele espaço ter sido uma caixa d'água no passado. Roberto então me falou: “tudo aqui tem história, as pedras têm história!” em meio às risadas respondi: “sim, as pedras têm história. A Pedreira, as pedras da Pedreira!” e ele concluiu: “é tudo tem história, muita história, umas histórias bonitas outras histórias muito tristes, mas tudo tem história.”

Continuamos vendo o livro e Roberto me falou sobre a capa que trazia estampada a imagem de uma senhora. Disse-me que o nome da senhora era Dona Santinha, a moradora mais antiga da PPL e que na época que a fotografia foi feita ela estaria com cento e um anos. Contou também que não hesitaram na hora da escolha da capa, “não tivemos nem dúvida de quem seria a capa”, relatou. Contei-lhe que o havia conhecido por meio dos relatos deste livro e que sua mãe, a Dona Juvenita só falava sobre ele em seus relatos. Rimos, e ele explicou que talvez fosse por ele estar próximo a ela quando foi realizada a entrevista.

Perguntei sobre como eles nomeiam a PPL se seria favela, comunidade ou outra denominação e ele me respondeu que preferia comunidade por ser mais suave, e disse que a definição de favela é mais complexa “uns dizem que é uma flor outros dizem que é um lugar que não se consegue chegar andando”. Contei sobre o mito de Canudos retratado nos textos de Lícia Valladares e Roberto achou interessante por ter relação com Antônio Conselheiro que, como disse, carregava os ideais revolucionários assim como ele.

Subimos até uma das quitinetes e Roberto relatou sobre a construção do jornal comunitário “Fala Pedreira”, do qual foi um dos fundadores e me mostrou alguns exemplares que havia guardado. O jornal comunitário Fala Pedreira foi produzido sem recursos ou incentivos, contando exclusivamente com os colaboradores do jornal. Circulou na PPL no período de 1997 a 2013, com periodicidade mensal e tiragem de quatro mil exemplares (Avesso Filmes, 2010)²⁹.

²⁹ Disponível

Uma janela que se abre para dentro de uma comunidade marcada pelo estigma introjetado da violência, a partir de leis que em nada os favorecem ou favoreceram. Nós de fora somos sempre levados a acreditar em uma imagem de terreiro infértil, onde impera o desmando e a falta de ordem. A janela é a da verdadeira comunicação, oposta a esta que somos levados a acreditar todos os dias. Como funciona e quem são as pessoas que 13 anos levam para os becos e viela da Pedreira Prado Lopes, uma informação direta e precisa sobre a realidade de sua comunidade. Porque sonham e ousam, a despeito de incentivos públicos e muitas vezes tirando do bolso a escreverem de próprio punho sua história (Avesso Filmes, 2010).

Em 2010 foi realizado pela produtora Avesso Filmes, o documentário “Fala Pedreira – O filme do Jornal” em que se retrata como esse jornal foi pensado, a redação, distribuição e qual a sua finalidade a partir do depoimento de moradores e dos colaboradores.

2.2.3 Políticas Públicas

Ao longo da pesquisa, as políticas públicas de intervenção na PPL que mais apareceram, tanto nos depoimentos dos moradores, quanto na bibliografia consultada foram o Programa Vila Viva; o Programa Fica Vivo e o Orçamento Participativo.

O poder público começa a implementar ações na PPL nas décadas de 1970 e 1980 devido às reivindicações dos moradores organizados coletivamente. O marco dessas intervenções ocorreu por meio do Programa de Desenvolvimento de Comunidades – Prodecon, de responsabilidade do Governo estadual, em conjunto com as associações comunitárias, que recebiam as verbas a serem investidas na implementação de infraestrutura como abertura e pavimentação de ruas e becos, rede para abastecimento de água e energia e construção de rede de esgoto, sendo que a maioria dos serviços eram realizados em mutirões de moradores (NASCIMENTO et al, 2018).

Entre os anos de 1983 e 1988, por meio de forte pressão da população moradora de favelas, passou a vigorar a Lei do Programa Municipal de regularização de favelas em Belo Horizonte – Pro-favela. O que se observava como intervenção pública, até então eram ações de remoção dos moradores, quando aquelas áreas ocupadas por favelas passavam a interessar o capital imobiliário. Com a Lei de regularização, as remoções cessaram por um tempo e as

<https://vimeo.com/16090278?fbclid=IwAR3H3Lby_IKvISuWGJCpYKkXDSsbTg1fcRPVHA78x9yLEAp0SKnTWqJhgg> Acesso em: 02/08/2019.

intervenções passaram a focar a urbanização desses espaços precarizados (NASCIMENTO et al, 2018).

Nesse contexto, no ano de 1986 o Pro-favela se transforma na Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL, órgão responsável pela execução da Política Municipal de Habitação em vilas e favelas da cidade. As favelas e vilas passam a ser identificadas pelo órgão por Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS, e as descreve da seguinte forma:

Regiões ocupadas espontaneamente de forma desordenada pela população de baixa renda, nas quais existe interesse público em promover programas habitacionais de urbanização e regularização fundiária, urbanística e jurídica, visando à promoção da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e a **sua integração à malha urbana**³⁰ (BELO HORIZONTE, sem ano. Grifos meus).

O contexto político nacional do início da década de 1990 estava efervescente com os protestos que pediam “fora Collor”, então presidente do Brasil, e vinha avançando as discussões sobre processos participativos que ganhavam força com a nova Constituição Federal e o Estatuto das Cidades. Em Belo Horizonte partidos de esquerda se uniram na coligação Frente BH Popular em apoio a Patrus Ananias (PT), que ganhou as eleições para prefeitura no ano de 1992. Seguindo uma política mais progressista, a prefeitura passa a focar em uma gestão democrática a partir da incorporação da participação da população em diretrizes de atuação do poder público. A URBEL se colocou favorável a essa visão da nova administração e focou em ações alinhadas à participação popular (BEDÊ, 2015).

A Gestão Frente Popular se findou em 1996, todavia os mecanismos de participação tais como: Orçamento Participativo da Habitação, Conselhos Municipais, dentre outros instrumentos participativos, instaurados nesse contexto político foram determinantes no processo de democratização da gestão e hoje favorecem a ação do governo municipal em sua articulação com a sociedade civil (NASCIMENTO et al, 2018).

³⁰ “(...) sua integração à malha urbana”, além da conotação física de interligação de vias, a sentença nos parece carregar um teor simbólico em que, enquanto favela este lugar está separado, desligado e inviável para cidade, seria uma ilha ou, um “um lugar que não se consegue chegar andando”, como em uma das definições conhecidas por Roberto, mas quando acontece a urbanização, a civilidade é levada àquele lugar e ele não está mais isolado, ele está integrado e agora fazendo parte da cidade, porque agora igual, padrão.

Seguindo os modelos do Orçamento Participativo foi lançado em 2006 o projeto piloto de intervenção estruturante em habitação, o Vila Viva que se baseia em três eixos: urbanístico, social e jurídico. No eixo urbanístico o objetivo seria de realizar obras de saneamento, remoção de famílias, construção de moradias, estudo e mitigação de área de risco, reestruturação do sistema viário, pavimentação de becos, implementação de equipamentos coletivos para prática de esporte e lazer. Já no eixo social, fomentar ações de desenvolvimento comunitário, educação ambiental e sanitária, como também alternativas de geração de trabalho e renda. O terceiro eixo, jurídico previa a legalização da área e emissão de escrituras dos lotes, que ocorreria após os términos do processo de urbanização do local (BELO HORIZONTE, sem ano. Sem página).

Para implementação das ações os Programas de Intervenção Estruturante, como o Vila Viva são precedidos pelo Plano Global Específico – PGE que se configura em um instrumento do Planejamento Urbano de Belo Horizonte e objetiva realizar diagnósticos das áreas de intervenção propondo criar uma fonte de referência para a política de investimentos progressivos. Pretende também orientar a intervenção do Poder público de forma articulada com os moradores das favelas estabelecendo ordens de prioridade para execução das ações em que,

Os diagnósticos e as propostas são analisados de uma forma integrada, abordando alternativas de solução e sua viabilidade, por meio três eixos de ação: 1 recuperação urbanístico-ambiental; 2 regularização fundiária; e 3 desenvolvimento sócio organizativo (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2002, p. 159).

A PPL foi a primeira favela do município de Belo Horizonte selecionada pelo fórum do Orçamento Participativo Regional para ser atendida pelo PGE, em 1997 e um dos 12 locais atendido pelo Programa Vila Viva tendo as obras iniciadas em 2008 com previsão de término em 2011. As intervenções contam com recursos federais oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDS e Caixa Econômica Federal.

O Fica Vivo é um Programa de controle de homicídios, inseridos desde 2003 no sistema de defesa social de Minas Gerais. Um núcleo do Programa foi inaugurado na PPL em novembro de 2004, atendendo jovens de 12 a 14 anos em situação de risco ao crime,

entendendo que esta faixa etária é a que mais mata e a que mais morre em áreas com alto índice de violência. O programa objetiva contribuir para prevenção e redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens por meio de oferta de oficinas, cursos profissionalizantes, debates sobre cidadania e atividades de lazer, esporte e arte.

2.3 O Visível e o divisível: A pedreira prado Lopez e suas representações

As representações que constroem a PPL enquanto lugar são diversas, assim como a forma de vivenciá-la. O foco que é dado aquilo que se quer ver do lugar gera discursos que muitas vezes tende a basear-se em dicotomias de oposição binária, em que são destacadas as diferenças a partir de seus aspectos negativos, de inferiorização ou do reconhecimento indenitário. Os discursos usados para dar visibilidade negativa, muitas vezes se apoderam do direito de dizer o outro e, geralmente, o faz de maneira superficial deixando de lado as multiplicidades existentes no lugar do qual se fala. Aquilo que é dito sobre algo, ou alguém ou mesmo de um lugar, quando se torna um estereotipo, é capaz de gerar segregação, discriminação, estigmatização e domínio sobre aquele ao qual se remete características negativas (Albuquerque Junior, 2011). No entanto, em alguns casos, o efeito observado é a residência e a afirmação coletiva das diferenças como orgulho de ser.

Nesse sentido, é importante que voltemos nas argumentações de Zille (2004), pois a representação da PPL enquanto lugar do perigo é a que mais se sobressai no imaginário coletivo. Como o objetivo deste pesquisa é contribuir para desconstrução de estereótipos remetidos a essa favela acho importante fazer algumas colocações.

Ao discutir as questões relacionadas à criminalidade na Pedreira Prado Lopes, Zille (2004, p.6) “propõe identificar e analisar quais fatores tornam tais regiões dos centros urbanos áreas mais propícias à manifestação de altas taxas de criminalidade violenta”, para isso, utiliza como principais referências as teorias de “Desorganização Social”, formulada originalmente por Shaw e Meay (1942) e “Eficácia Coletiva”, baseada na teoria dos dois autores citados anteriormente, foi pensada por Sampson, Raundenbush e Earls (1997).

A teoria da Desorganização Social, segundo Zille (2004), foi baseada nos estudos do “Pensamento Sociológico do Crime”, da Escola de Chicago, e formulada por Clinford Shaw e Henry Mackay (1942). Esses autores inferiram que há desorganização social observada em

certas comunidades, bem como a incapacidade das mesmas de compartilharem valores comuns, e, segundo ele se deve a isso a incapacidade de conseguir controlar o comportamento de seus membros. Seriam então estas as causas do surgimento massivo de violência e criminalidade.

Shaw e Mackay consideram duas tendências que ocorrem nestes casos, uma se refere ao fato de a criminalidade violenta ser mais presente nos bairros pobres e deteriorados de Chicago. E outra seria que, mesmo esses bairros tendendo a uma constante rotatividade de moradores, manteriam um alto índice de delinquência. Esses autores acreditavam que, a alta rotatividade residencial, bem como a heterogeneidade étnica faziam com que não ocorresse uma formação identitária coesa dentro dessas comunidades, e que a acarretaria a uma não afeição ao lugar levando isso, à desorganização social. Sendo assim, sem um vínculo maior do sujeito com o lugar e com a comunidade, a prática do crime seria mais propícia a decorrer (Zille, 2014).

É importante colocar que a realidade estudada nesta teoria reflete ao contexto de Chicago, e que talvez, não sirva como referência direta para se explicar a realidade encontrada na Pedreira Prado Lopes. Outra questão que deve ser observada, é que essa teoria, pelo que trouxe Zille (2004), não tenta entender os processos pelos quais as populações que formam essas comunidades passaram para precisarem habitar esses locais, bem como não explica de forma aprofundada o porquê de esses locais serem deterioradas e pobres.

Zille (2004) reconhece que a teoria da desordem sofreu diversas críticas, algumas delas se referiam ao fato da mesma não fornecer variáveis suficientes para medir o grau de desordem social, como também, deixaria diversas lacunas, tanto teóricas como metodológicas. No entanto, alguns autores a utilizaram de forma a reformulá-la, este é o caso de Bursik e Grasmick(1993), eles observaram que o processo que poderia levar ao aumento das taxas de criminalidade poderia ser detonado, devido a concentração de desvantagens existentes em uma comunidade. Dessa forma, para esses autores, a desorganização social não seria diretamente o fator que provocaria as altas taxa de criminalidade, mas sim, causaria o enfraquecimento de instâncias basilares de controle social, facilitando com isso, a ocorrência de crimes, compensados pelos baixos custos sociais associados ao mesmo (Zille, 2004).

Os autores supracitados enfatizaram que dentro da teoria do controle social, duas instâncias, em níveis distintos, são fundamentais para exercer o controle do comportamento

dos indivíduos da comunidade. Sendo o primeiro exercido nos grupos primários de socialização, representados pelas famílias, amigos, redes de socialização, entre outros; e o segundo exercido dentro das instituições formais, como associações de moradores, igrejas, escolas e polícia, por exemplo.

Nestas vizinhanças, a desestruturação de instituições como a família (grupo primário de socialização), a igreja, as escolas e as associações de bairro (grupos formais de socialização) acarretaria o enfraquecimento destas duas instâncias de controle social em três esferas específicas: na esfera (a) privada, na esfera (b) paroquial e na esfera (c) pública. A esfera privada refere-se às relações primárias e pessoais que se estabelecem entre amigos, parentes e vizinhos. Em comunidades que apresentam altas taxas de rotatividade residencial, tais relações encontram-se enfraquecidas, assim como o controle social que deveria ser exercido por elas. A esfera paroquial, por sua vez, refere-se às relações que moradores de uma determinada comunidade estabelecem com as associações e instituições locais. Em comunidades onde a população é marcada por heterogeneidade étnica, observasse um baixíssimo grau de associativismo e, conseqüentemente, o enfraquecimento de tais instituições e um baixo grau de controle social. Finalmente, a esfera pública diz respeito à capacidade que uma comunidade tem de mobilizar aparelhos estatais em prol de si mesma (Zille, 2004 p. 26)

Zille (2004) observa que para estes autores, as concentrações de desvantagens em comunidades economicamente desfavorecidas são fatores indiretos para ocorrência de criminalidade. Essa, de forma direta seria propiciada pela desestruturação das instituições supracitadas, pois seria por meio delas que se constituíram valores comunitários comuns capazes de resolver internamente os problemas existentes.

Para completar o arcabouço teórico utilizado por Zille (2004), ao que concerne à tentativa de explicar a ocorrência de altas taxas de criminalidade em comunidades como a Pedreira Prado Lopes, o autor recorre aos estudos formulados por Sampson e Groves, de 1980, que explicam a teoria de “Eficácia Coletiva”. Essa teoria retoma as questões da relação da ocorrência da criminalidade com fatores históricos, estruturais, socioeconômicos, demográficos e culturais. Esses autores relacionam a consequência da ocorrência da taxa de criminalidade a falta, ou pouca coesão social que existiria em certas comunidades, como também a uma falta de capacidade que essas teriam de controlar e supervisionar os comportamentos e as uma baixa predisposição dos membros dessas comunidades de agirem em prol do bem comum.

Com o intuito de proporcionar maior precisão à teoria da “Desorganização Social”, esses autores proporcionaram duas variáveis à mesma. Essas seriam, a desestruturação de grupos familiares e o processo rápido de urbanização desordenada que inviabilizaria a formação de uma sociedade suficientemente coesa para resolverem os problemas comuns da comunidade.

No final da década de 1990, Sampson, Ruenbush e Earls (1997), fizeram uma reformulação dessa teoria, na qual, consideraram que nas características do sistema social, a comunidade ainda é “um intrincado sistema de amizades, afinidades e redes de associações baseadas em instituições como família e outras instâncias comunitárias” (Zille, 2004, p.32), porém esses autores passam a focar agora, na falta de coesão social, como principal fator que antecederá a ocorrência de criminalidade. Os fatores anteriormente colocados seriam a causa que minaria a coesão social, e conseqüentemente eficácia coletiva (Zille, 2004).

Observa-se que as construções teóricas (Zille, 2004, p.33)

Sendo assim, Zille (2004) coloca que a “eficiência coletiva” é uma teoria que demonstra a importância da união e do desejo mútuo da comunidade de realizar tarefas que combinem no controle social. Essas teorias são capazes de explicarem fatores importantes para se refletir sobre as questões de ocorrência de criminalidade e violência em favelas, porém como foi dito anteriormente, as favelas possuem características e contextos sócio histórico complexo e diversificado, o que faz dessas explicações rasas, insuficientes até mesmo afirmadoras de características estigmatizantes, que podem gerar um caráter de culpabilidade a população moradora de favelas como sendo esta, a principal responsável pelo modo informal de seu espaço.

Um dos maiores problemas do trabalho de Zille (2004) pode estar no que Albuquerque Junior chamou atenção de dizer aquilo que pode não ser uma prática constante e primordial e não dizer as práticas que favorecem a Pedreira Prado Lopes, como é o caso das lutas diárias dos sujeitos dessa comunidade.

Para tentar comprovar as teorias de “desorganização social” e da “eficiência coletiva”, a partir do contexto histórico da PPL e justificar os fatores que causam um alto grau de ocorrência de criminalidade nesta favela, Zille (2004) busca argumentos como:

Observa-se, portanto, que já em seus primeiros anos de existência, por volta de 1910, a comunidade da PPL era formada por uma população bastante

heterogênea que não possuía qualquer tipo de identificação com seu novo local de moradia. Desde o primeiro momento, o processo de formação de uma identidade comunitária se viu bastante prejudicado, o que fez da Pedreira uma comunidade socialmente pouco coesa. É interessante observar que tal característica de deterioração do tecido social observada na Pedreira coincide com aquilo que se afirma na teoria da *Eficácia Coletiva* de Sampson et al (1997), como sendo um dos principais fatores de fomento ao surgimento da criminalidade. (Zille, 2004 p.55)

O trabalho elaborado por Arroyo (2011), apesar de tratar de um tema distinto, e de ser mais recente, consegue contrapor esse tipo de perspectiva formulada por Zille (2004). Diferente de Zille que descreve a população que inicia a ocupação da PPL como sendo heterogênea e sem identificação com o espaço, Arroyo expõe que está na solidariedade e na troca mútua a consolidação da sociabilidade e da formação identitárias entre os moradores da PPL.

Segundo o relato dos moradores da PPL, bem como no que já foi descrito neste trabalho, a maioria das pessoas iniciaram a ocupação da PPL eram pessoas oriundas do interior de Minas Gerais, sendo essa heterogeneidade étnica considerada por Zille, não se vê tanto sentido, pois se entende que os autores referenciados por ele, que formularam a teoria da “Desorganização social”, ao se referirem a essa questão, é possível que estivessem falando de uma realidade, por exemplo, de judeus, induz e muçulmanos dividindo o mesmo espaço, ou se fosse no caso brasileiro de quilombolas e indígenas, por exemplo. Nesse sentido, não se trata a ocupação PPL um caso de ocupação de uma população composta por heterogeneidade étnica.

O que eu conheço da Pedreira é isso que eu te falei, o pessoal foi para lá, a maioria era famílias mais pobres, que vinham do interior, não tinham onde ficar e iam morando por ali, que era o lugar mais perto para ir para o centro. E aí foi se formando a vila à aos poucos foram se aglomerando ali até formar a vila. (...) No princípio havia uma relação bem forte entre as pessoas, um era o tio a outra era a avó, a outra que Morava lá na vizinhança que veio da roça, do interior, chegou aqui (Depoimento de Patrícia Regina de Souza. In: RIBEIRO, 2001, p.55).

Eram muito boas as pessoas, muito humilde, muito hospedeiro. Tinha aquelas donas de idade que ensinava a gente a viver, explicava tudo pra gente muito bacana a Pedreira, bom para ter aquelas amizadas (...) Aquelas senhoras de idade eram muito carinhosas com a gente. Eu me lembro tinha uma dona que se chamava Petrolina, inclusive as filhas dela ficou todas

minhas comadres, porque a gente fica mais próximo daqueles que dão apoio pra gente. Eu recebi um apoio muito bacana da parte deles. A Dona Petrolina e a família dela me apoiava muito (Trecho da entrevista realizada com Dona Juvenita, moradora da PPL, 2019).

O depoimento de Patrícia Regina demonstra a ação solidária de socialização entre os moradores. Na fala de Dona Juvenita observa-se a relação identitárias construída no lugar e com a comunidade, principalmente quando ela se identifica como “pedreirense” em uma outra fala e se refere aos outros moradores como “irmãos pedreirenses

Em outros trechos da dissertação de Zille podem ser encontradas argumentações empregadas por ele na tentativa de comprovar as teorias referenciais de seu trabalho com relação à estrutura social da PPL e as possíveis consequências da falta de organização da favela para a ocorrência da criminalidade.

Devido às próprias características de sua ocupação, a Pedreira sempre apresentou altas taxas de rotatividade residencial, heterogeneidade populacional, além da extrema concentração de desvantagens econômicas e estruturais, juntamente com a falência de instituições de controle formal e informal e um baixíssimo grau de coesão social ZILLE, 2004. pg. 54).

Comparando a argumentação de Zille e os de Arroyo, se nota um grande descompasso, principalmente ao que se refere às questões abordadas por Zille relacionadas à coesão social, como também à falência das instituições e da rotatividade residencial. Para Zille a falta de coesão social seria promovida pela falência da instituições formais e informais gerando assim a ocorrência da criminalidade, já Arroyo observou um maior fortalecimento dos moradores que devido à falta causada pela modernização desigual da cidade se organizam em busca de direitos e melhorias na favela.

A autora observa que os moradores passam a criar um maior sentimento de pertencimento ao lugar a partir da luta por melhorias. Pode se perceber nos depoimentos dos moradores, que as conquistas da comunidade têm sim se concretizado ao longo do tempo, porém as barreiras simbólicas e físicas que a cercam sempre foram excludentes fazendo com que esses benefícios fossem introduzidos de forma lenta e descontínua, (além de serem aplicadas de forma a desconsiderar o aspecto particular da favela, por exemplo: o programa de habitação implementado na PPL não levou em consideração o formato das famílias que em grande parte

compartilha a casa com vários familiares, nesse sentido um apartamento de dois quartos não comporta toda a família).

As teorias da “Desorganização social” e da “Eficácia coletiva” que Zille se refere para descrever as possíveis deteriorações e faltas existentes na PPL, como é cosa das instituições formais e informais acabam por serem colocadas em “xeque” ao se analisar os depoimentos dos moradores que descrevem como a presença de equipamentos, como escolas profissionalizante, hospital, centro cultural, entre outros se tornam importantes para consolidação social e para permanência dos moradores na PPL.

Outro tipo de instituição considerada nesta teoria como importante para coesão e controle social nesta comunidade, e que o autor considera falida é a religiosa, no entanto nos depoimentos dos moradores sempre é referida a presença da religião, tanto em caráter assistencial, religioso ou em manifestações culturais.

Diferente do que se percebe no discurso e na visão que Zille utiliza para discutir os problemas existentes na PPL, as memórias dos moradores trazem uma reflexão que dá respaldo a perspectiva de fortalecimento social dessa comunidade. É perceptível a formação de redes de solidariedade entre os moradores e o desejo desses de construir um lugar melhor de convivência. A suposta rotatividade residencial existente na PP colocada por Zille como uma das características da coesão sócia é da eficácia coletiva, parece não possuir tanta relevância ao ler os depoimentos dos moradores. O que se observa no contexto histórico deste lugar para a de saída maciça de moradores é uma pressão da prefeitura para desapropriação desse espaço fazendo com que houvesse uma compressão do território. (Virgínia)

Na tese defendida por Arroyo (2011), são erigidas bases de pensamento que mostram o caráter cultural e identitário construídos na PPL historicamente, a partir das vivências dos sujeitos e sua relação com o espaço, transformando-o e sendo transformados. Nessas trocas, dos sujeitos com o espaço e entre os sujeitos que compartilharam e ainda compartilham um histórico de exclusão e estigmatização, se construiu uma PPL de resistência e luta.

Relembrando o histórico de urbanização excludente e desigual da cidade de Belo Horizonte, que zoneou de forma hierárquica o espaço da cidade, é importante salientar que dentro do projeto original da cidade, assim como ocorreu no planejamento de Brasília não se pensou em construir um espaço de moradia para o grande contingente de trabalhadores que viriam compor o corpo social da cidade, devido isso, essa população se viu obrigada a ocupar

espaços que com o tempo foram se adensando e se espremendo nos arredores do grande centro.

O cenário que se via no aglomerado era de completa miséria e deterioração. Esgoto não canalizado corria a céu aberto, transformando várias ruas da vila em grandes focos de doenças. E o adensamento populacional servia apenas para agravar esta situação e tornar o ambiente cada vez mais promíscuo e insalubre. Registros da Prefeitura (URBEL, 1998) indicam que, na Pedreira Prado Lopes, a conquista sistemática de benefícios básicos, ainda assim com várias restrições, só veio a acontecer por volta das décadas de 70 e 80, época em que os moradores da vila começam a demonstrar um nível mínimo, mas ainda rudimentar, de organização popular (ZILLE, 2004. pg. 59).

Nos trechos acima, Zille, de forma tendenciosa descreve um cenário da favela que pode sim ocorrer com frequência, porém não é a única realidade presente. Nos relatos de muitas mães moradoras da PPL se percebe uma grande preocupação com relação à criação dos filhos. Quanto às reivindicações populares surgidas na PPL a partir da década de 1970 que o mesmo cita é um fato que não é exclusivo deste lugar, a emergência de movimentos sociais no Brasil se torna mais expressiva neste período.

Esse item foi construído com o intuito de demonstrar e discutir as diferentes formas utilizadas para se dizer e representar um lugar, para isso dois diferentes discursos foram colocados de forma a contraporem. Ao ler a tese de doutorado de Arroyo e a dissertação de mestrado de zille, a percepção que se tem é de ser a PPL composta por dois ou vários mundos diferentes. Em zille, se percebe uma PPL desorganizada, miserável, composta por uma comunidade desarmônica na qual os moradores não se identificam e não se sentem pertencentes ao lugar. Para este autor, seria esse tipo de característica que geraria um ambiente institucionalmente degradado levando a construção de uma comunidade propícia a ocorrência de uma elevada taxa de criminalidade. Já a tese de doutorado de Arroyo é construída a partir busca por elementos, principalmente, aqueles existentes na memória dos moradores da PPL e do pedido de reconhecimento dessa favela, como patrimônio Cultural da cidade de Belo Horizonte realizado pelos moradores para compor e comprovar que naquele local, historicamente excluído se formou uma cultura singular, porém não reconhecida e até mesmo, considerada não existente para a cidade formal.

O olhar dicotômico remetido à um mesmo lugar, o pensar e o dizer a produção do espaço social requer o entendimento de que esse se constitui em um campo marcado por disputas, no qual esses dizeres e esses olhares também passam a construí-lo, seja por meio do reforço de estereótipos ou na tentativa de desconstruí-los (AUBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

CAPÍTULO 3 Construção de um olhar sobre a Pedreira Prado Lopes a partir das narrativas das mulheres moradoras

No decorrer deste capítulo, procuramos mostrar, por meio, tanto da discussão teórica, como na experiência em campo, os meios percorridos para melhor compreensão da complexidade existente na configuração sócio espacial da Pedreira Prado Lopes. Para isso relatei sobre as experiências de campo para confecção desta dissertação e travamos um diálogo com as entrevistas realizadas para obtenção de diferentes narrativas e pontos de vista para compor um campo diversificado de entendimento, que convergiu também em alguns momentos para com os elementos coletados, para a construção de um arcabouço reflexivo que espera ter sido capaz de contribuir para a desconstrução de estigmas atribuídos à favela Pedreira Prado Lopes.

Para isso, se viu a importância da aproximação inicial dos sujeitos envolvidos diretamente no contexto desta favela, por meio do trabalho de campo que permitiu a observação e o contato direto possibilitado pelas entrevistas, que foram utilizadas como ponto de apoio argumentativo para debater e contrapor um discurso ainda não vencido, capaz de permitir a visibilidade de problemas, que existem de fato na Pedreira Prado Lopes, mas que não a representa em sua totalidade de lugar, mas a deslegitima quanto ao seu caráter histórico, social, cultural e identitário.

3.1 As entrevistas e o trabalho de campo

Pude dar início à pesquisa com uma primeira entrevista realizada no dia três, de agosto, de 2017 com a moradora Virgínia. Nascida na PPL, Virgínia tem quarenta e seis anos, é educadora e trabalha atualmente em uma escola infantil na própria PPL. Por meio de sua história de vida, foi possível fazer a discussão dos temas a partir de uma perspectiva interna, e como elucidado por Cioccarri e Della Torre (2012, p. 16) “os relatos de vida, para além do caráter de “história pessoal”, descrevem um universo social, revelando uma interação entre o eu e o mundo”. Dessa forma, os “rastros” encontrados em sua história, além de experiências individuais, revelam também elementos importantes para o entendimento das dinâmicas das relações sociais e toda uma problemática gerada no conflito e na luta, pela hegemonia da

classificação, de imposição da moral e da ética por meio de leis e regras, por reconhecimento identitário, e tantas outras representações da realidade.

O presente subcapítulo pretende expor a experiência desse primeiro trabalho de campo, dialogando com autores que discutem o fazer etnográfico, por meio da observação participante e das inter-relações e trocas geradas no contato direto com objeto e seus atores.

Este subcapítulo foi dividido em dois subitens, contendo; a primeira parte intitulada “Em busca dos rastros”, que traz a discussão sobre o tema, revelando a importância do trabalho de campo para a pesquisa etnográfica e de uma investigação que revele a realidade a partir de inferências não contrassensuais, mas que vai de acordo com a vivência cotidiana dos atores. Isso se mostra possível, conforme vamos poder observar no decorrer da discussão, por meio de uma inserção participante no meio estudado, na percepção das pistas escondidas nas narrativas, na “leitura” correta do ambiente e nas relações criadas. Na segunda parte, “A entrevista”, apresento, como foi a experiência de campo, e o ato de fazer uma entrevista não-diretiva e aprofundada, remontando todos os passos, em um relato que demonstra o valor dessa metodologia para a pesquisa. Trago ainda, para finalizar, alguns trechos da entrevista realizada com a moradora Virgínia.

3.1.1 Em busca dos rastros nos fios

No capítulo “Observar” do livro “Guia de Pesquisa de Campo” de Stephane Beaud e Florence Weber (2007), os autores fazem um paralelo entre “saber viver a deontologia” e o “saber fazer a técnica”, no qual colocam que a deontologia se daria na forma de conduzir a pesquisa, a entrevista e na negociação do lugar de observação. Ou seja, seria a forma como o pesquisador utiliza do princípio e da moral na condução da pesquisa. Já o saber fazer a técnica diz respeito aos procedimentos utilizados para conduzir a pesquisa, como a própria observação, a memorização e o relato daquilo que está sendo observado, porém os autores fazem um alerta para o perigo de observadores iniciantes não conseguirem ver algo novo ou de projetarem o que veem as experiências anteriores.

Ao optar por uma “observação pura”, o pesquisador pode não ter que lidar com os possíveis mal-entendidos, no entanto, corre o risco de fazer interpretações equivocadas, e ainda perder a oportunidade de estar mais próximo do campo de observação e dos observados.

Beaud e Weber (2007, p. 96) enfatizam que “na observação pura, você está livre de suas próprias análises”, ao passo que, esse tipo de observação possa parecer confortável ao pesquisador, na realidade, pode estar escondendo uma armadilha, pois isenta o contato direto com os observados, tornando a pesquisa uma mera transcrição de fatos que não correspondem com a realidade. Sendo assim, os autores supracitados sugerem o método da “entrevista etnográfica” ou “observação sociológica”, que consiste em um misto de observação e entrevista, eficiente para o pesquisador testar suas observações.

A opção na pesquisa pela observação participante se torna, nesse sentido, uma conduta moral, pois evita um discurso, muitas vezes legitimado pela ciência, carregado de inferências precipitadas e superficiais. No caso desta pesquisa, a observação correlata com a entrevista, mostrou eficiência neste ponto, e possibilitou a correção imediata de interpretações sobre o ambiente do campo, que não seriam perceptíveis sem a devida aproximação de atores nativos.

Ao iniciar a observação³¹, no dia três de agosto de 2017, às dezessete horas, na Pedreira Prado Lopes, percebi que alguma coisa destoava de outros dias em que havia estado ali. Normalmente as ruas são movimentadas, veem-se, moradores, comerciantes, usuários de drogas³², traficantes, trabalhadores, movimento de carros, etc., no entanto neste dia, especificamente, se percebia pouca movimentação, principalmente dos usuários de drogas. Logo, pensei que este fato pudesse estar relacionado, as baixas temperaturas do dia, ou a alguma ação da polícia ou da prefeitura (retirada dos usuários de drogas), no entanto, o que mais me enganou, naquele momento, foi achar que aquela fosse uma tranquilidade “positiva”. Porém, durante a entrevista, e em outro momento³³ a moradora entrevistada revelou o motivo da aparente “tranquilidade” do lugar.

³¹ A observação realizada nesta pesquisa foi realizada no momento das entrevistas.

³² Na entrada desta favela, se consolidou o que é conhecido de “cracolândia”, usuários de crack compram a droga, usam no local de venda e acabam, pelo vício, se estabelecendo no mesmo.

³³ Em um momento, a entrevista precisou ser interrompida, e fomos andando até a casa de outro morador. Tanto Virgínia, quanto o outro morador, fizeram um alerta, dizendo que quando a Pedreira está aparentemente tranquila, se deve a conflitos entre grupos de traficantes, com isso, a favela se torna mais perigosa, principalmente, para aqueles que não são moradores e não conhecem a dinâmica do lugar.

[...] A Pedreira tem os seus perigos. Eu acho que o perigo que tem na Pedreira, é você não saber a leitura do lugar. Que nem eu falei hoje: “hoje a Pedreira está muito quieta! Quando a Pedreira está muito quieta, é melhor não entrar.” Por que você não sabe a leitura do lugar. Quando eu passo na rua, eu sei se eu posso andar tranquilamente, “eu só quero ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci”, ou se eu tenho que tomar cuidado, se eu tenho que andar mais pelos cantos, porque tá muito estranho. Então, esse é o perigo. Agora, não é esse perigo de você vir, você pode vir aqui coberta de ouro que ninguém mexe com você, ninguém mexe! Acho que aqui é um dos lugares mais seguros que tem (Virgínia, moradora da Pedreira Prado Lopes, 2017).

No livro de Malinowski (1966) “Um diário no sentido estrito do termo”, percebemos que um dos primeiros conflitos desse autor, no início de suas observações foi com relação à distância, principalmente, aquela gerada pela questão da comunicação, pois o autor não falava a língua nativa. Malinowski como pioneiro da etnografia percebeu que só no contato direto com os nativos poderia obter informações mais precisas e relevantes.

Pensando nesse sentido, o problema encontrado na experiência de campo na Pedreira Prado Lopes, relatado acima, não foi exatamente como o de Malinowski, pois não houve necessidade de lidar com um idioma desconhecido, porém há outros códigos e signos a serem aprendidos e decifrados, tão desafiadores quanto os da linguagem, que esta pesquisa em si não dará conta de revelar por completo, pois acredito necessitar de uma extensão maior de tempo em campo, na convivência com os nativos para ter uma noção mais aprofundada do que a interlocutora Virgínia bem colocou em sua narrativa como “leitura do lugar”.

Para esta pesquisa nos atemos à busca de significados dentro do “labirinto” das realidades relatadas pelas mulheres entrevistadas. Para Ginzburg (2006, p.7) o fio que nos auxilia na condução ao caminho do esclarecimento dos fatos e da realidade é o relato. Uma metodologia que tem sido capaz de possibilitar a interpretação minuciosa de fluxos sociais é a micro-história, que é uma abordagem metodológica da narrativa histórica que busca, a partir de trajetórias individuais, investigar o contexto e o funcionamento da sociedade na qual esse indivíduo está inserido.

Diferente do materialismo histórico de Marx que busca no macro econômico explicar as relações sociais, a micro-história parte do indivíduo para conhecer como a sociedade se constitui. Por meio dessa metodologia, atualmente têm sido abordados temas na história que até então não remetia maior importância, como é o caso de minorias, grupos sociais pequenos,

marginalizadas e excluídas do contexto social. Essa foi uma importante ferramenta na busca do entendimento da construção social da Pedreira Prado Lopes em sua dinâmica de inter-relações.

Ginzburg nos lembra que o fio que nos orienta é de suma importância, no entanto são nos rastros deixados que encontramos as sutilezas dos fatos e a realidade implícita, por vezes subjetivas ou não analisadas/esquecidas no processo de pesquisa. Se o fio é o relato, os rastros seriam essas sutilezas não explícitas, tanto no que é visto como no que é encontrado nos discursos, narrativas, documentos e no próprio contexto social, que pode esconder por trás de aparentes “normalidades”, subjetividades das relações. Nesse sentido, para esta pesquisa foi necessário perceber e captar os rastros para decifrar as várias camadas existentes na conjuntura complexa do objeto pesquisado.

O estudo dos relatos das moradoras da PPL, que é o caso desta dissertação, teve esse objetivo de buscar nas histórias de vida de mulheres moradoras do lugar, o esclarecimento de como são formadas as estruturas que formulam a PPL como favela e como espaço estigmatizado.

3.1.2 A entrevista

A entrevista, assim como a observação é para o tipo de pesquisa desenvolvida para esta dissertação o que a permite desenvolver de forma dinâmica, bem apoiada pelas anotações no diário de campo e pelas ferramentas facilitadoras, como é o caso do gravador e da máquina fotográfica, por exemplo.

A entrevista etnográfica está diretamente relacionada ao ambiente pesquisado, por isso a importância da percepção dos detalhes e sutilezas para o sucesso do trabalho. Segundo o “Guia para pesquisa de campo” de Florence Weber e Stephane Beaud (2007), mais que uma via única, a entrevista etnográfica é uma troca entre o pesquisador e o interlocutor, os fatos sociais aparecem nessa inter-relação. Os autores enfatizam que as entrevistas que irá realizar no campo são longas e gravadas em gravador; os entrevistados falam na primeira pessoa, e se dirigem a você pessoalmente. Chamam-se entrevistas etnográficas porque não são “isoladas”, nem independentes da situação de pesquisa. Os entrevistados são (re)situados em seus meios de interconhecimento (que são também seus meios de pesquisa). Tomam lugar e

sentido num contexto cuja dimensão histórica e local (história longa da região, história dos lugares e das pessoas) você não negligenciará. Apoiam-se em observações prévias, as quais, por sua vez, guiam as observações por vir (2007, p. 118).

Nesse sentido, o início do trabalho etnográfico, conota a importância de trazer a reflexão básica para a condução da pesquisa desse ponto em diante, os primeiros passos são fundamentais para o estabelecimento do pesquisador no campo. Sendo assim, falarei nas próximas páginas, sobre minha experiência no campo.

3.1.3 Ações preliminares

Antecedendo a ida ao campo, é necessária uma preparação básica; escolher a pessoa que será entrevistada, entrar em contato com a mesma, negociar a data, horário e local da entrevista, prever o tempo de duração da entrevista, preparar o roteiro e verificar se os instrumentos de apoio estão adequados. Esses detalhes são de fundamental importância para condução e sucesso do campo.

Nesse sentido, minha ação inicial foi definir a primeira pessoa entrevistada, seguindo as observações de Beaud e Weber (2007, p. 98) "fazem-se escolhas. Você está submetido a um limite de tempo. Não procure entrevistar todo mundo, aprenda a escolher pessoas que lhe pareçam interessantes para sua pesquisa e a fazer entrevistas no tempo adequado", optei assim, para a primeira entrevista ser com a moradora Virgínia, pois já havíamos estabelecido uma proximidade, devido à participação no grupo de estudos, fomentado pelo Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), que atua diretamente na PPL e por perceber que ela seria uma pessoa interessante a ser entrevistada, que poderia trazer boas informações e reflexões relacionados ao meu tema.

Enviei-lhe uma mensagem perguntando se poderia entrevistá-la. Convite aceito, combinamos a data, o horário e o local. Virgínia sugeriu sua casa, o que foi um ponto positivo, devido à maior possibilidade de observação do ambiente pesquisado.

As segunda e terceira entrevistas ocorreram bem mais tarde, em 2019, nos dias quatro e cinco de maio, no primeiro dia com a moradora Maria e no segundo com a Dona Juvenita. Iniciei o contato com Maria pelo *Facebook*, com o intuito de lhe convidar para a entrevista. Pensei que pudesse ser interessante entrevistar alguém mais jovem que pudesse mostrar

outras perspectivas sobre a PPL. Durante alguns dias negociamos a data, horário e local. Maria sugeriu que a entrevista fosse realizada no galpão da Ocupação Pátria Livre, às 16 horas, eu preferia que fosse em sua casa, mas não questioneei a sugestão feita por ela, para não gerar um possível constrangimento³⁴, mas por fim, só nos encontramos na ocupação e a entrevista aconteceu em sua casa, pois havia ocorrido um fato com seu filho e ela não queria deixá-lo sozinho.

A entrevista com a Dona Juvenita foi negociada por intermédio de seu filho Roberto que foi quem contatei inicialmente. Acordamos de nos encontrar no dia cinco de maio, na tradicional Feira de Artesanato que ocorre aos domingos na Avenida Afonso Pena, também conhecida como “Feira Hippie”, onde trabalham como feirantes ela, seu esposo e Roberto em uma barraca de churrasco.

Estar no ambiente pessoal das mulheres entrevistadas foi ímpar pelas possibilidades em trabalhar o olhar que foram geradas pois, “as observações dos lugares e das pessoas feitas em situação de entrevista propõem elementos preciosos de análise” (BEAUD e WEBER , 2007, p. 122). O que nos revela Beaud e Weber pode ser exemplificado em uma das falas de uma de minhas interlocutoras, Virgínia, quando fala de sua experiência com o Programa de urbanização realizado na PPL

³⁴ Não sabia se havia um motivo para Maria sugerir outro lugar que não fosse sua casa, algumas pessoas que moram em favelas se sentem envergonhadas pela simplicidade de suas casas, tive essa impressão e achei de bom tom não insistir para que fosse em sua casa. Das vezes que pude acompanhar os moradores da PPL até suas casas, a maioria pediu para que não reparasse a bagunça ou a simplicidade, apenas Virgínia não fez comentários nesse sentido.

A minha casa eles tiraram, já vai fazer uns nove anos, e o buraco tá lá do mesmo jeito, e não fazem nada, nada. E me tirou porque na verdade, eles vieram primeiro e tiraram todas as lideranças, e eu fiquei resistindo, resistindo, tanto que no dia que eu fui negociar lá, eles falaram, “vamos te dar um apartamento aqui, você pode procurar um lugar pra você morar” e depois que eu assinei a demolição da minha casa eles falaram “você não é líder comunitária? Você não mexe com defensoria pública? Vai procurar eles, porque a gente não quer você aqui não!” E todas as casas que eu fui eles tiraram. Eu fui pra casa da minha irmã, eles tiraram a casa da minha irmã. Eu fui pra casa do meu irmão, eles tiraram a casa do meu irmão. E acabou que a minha família ainda ficou com raiva de mim, porque eles acham que eles foram perseguidos pela prefeitura por minha causa, assim, com raiva assim, eles me culpam por eles terem perdido a casa deles, mas eu não me culpo de ter perdido a minha não, **eu estou de aluguel hoje**, mas não estou nem aí. E eles já falaram, eles não me querem aqui não!

E o que veio de ruim com a urbanização da Pedreira?

Tudo de ruim, a gente não tem supermercado mais, tinha posto de gasolina, tinha tudo. Com a urbanização da Antônio Carlos e da Favela, a gente ficou aqui, sem nada, sabe o que é nada? A gente tem um supermercado, a gente tem uma padaria que serve de supermercado que vende três vezes mais caro, porque sabe que ele é o único. A escola profissionalizante, que era uma escola nossa virou escola da cidade, **o Centro cultural eles tiraram**, as escolas que tinha aqui de primeira à quarta eles tiraram, segundo grau não tem mais aqui. Então, tudo que eles puderam fazer para desestimular o povo de ficar aqui eles fizeram (Trecho da entrevista de Virgínia, moradora da Pedreira Prado Lopes, 2007. Grifos meus).

Estando em sua casa pude ter a oportunidade de maior percepção do que estava sendo relatado, principalmente por ter sido possível, no final da entrevista, ver as fotos e os vídeos que a moradora guardava de sua casa que havia sido demolida, uma casa grande e bem construída, e de como ficou o lugar após a demolição. A casa onde ela mora hoje, apesar de confortável é bem pequena comparada a anterior e o problema maior foi que ao perder sua casa, passou a pagar aluguel.

Ao ir até a PPL para entrevistá-la pude passar pelo local para onde foi transferido o Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira, agora bem mais distante dos moradores e menos acessível simbolicamente e por isso retratado na fala de Virgínia como um bem que

foi lhes tirado, pois a função, o sentimento de pertença e o significado do Centro Cultural passaram a ser outro.

Além do exemplo de Virgínia estar na casa de Maria também me aproximou mais de sua realidade, pude conhecer seu local de moradia, o ambiente em si e sua relação com o filho. Com relação ao local da entrevista com a Dona Juvenita, apesar de não estar em sua casa, poder conversar em sua barraca na feira proporcionou observar suas relações familiares que perpassa muito pelo campo do trabalho.

Pude notar, por meio do “clima” dos diferentes ambientes de entrevista, diversos elementos que permeiam a vida dessas mulheres. O que a moradora Virgínia aborda, sobre resistir no lugar. E essa importância do lugar de moradia e da resistência resume a atmosfera geral que permeou a entrevista realizada com ela. Já na entrevista com Maria essa atmosfera pairou mais em sua relação a sua mãe e a criação do filho, que em certo momento teve que ser interrompida, enquanto que na entrevista com a Dona Juvenita, uma mulher idosa e ainda muito forte, percebi a altivez de uma avó, mãe e esposa que mesmo sendo uma mulher que criou seus filhos em uma favela, tem o orgulho de “ter feito um bom trabalho”, suas conquistas neste campo são bem destacadas em sua narrativa. Talvez, essa visão não teria sido possibilitada de tal forma, se as entrevistas fossem realizadas em locais diferentes.

3.1.4 Roteiro das entrevistas

Ao situar as pessoas que seriam entrevistadas, o próximo passo foi estabelecer o roteiro das entrevistas, não trabalhei com questões especificamente formuladas, uma vez que, poderiam limitar o desenvolvimento das entrevistas, gerar possíveis desconfortos e respostas engessadas, apenas anotei alguns temas que conduziram o que pretendeu ser, na verdade, uma conversa. Conforme aconselham Beaud e Weber, em entrevistas com questões muito fechadas,

Você se julga obrigado a seguir e respeitar (mesmo de forma frouxa) uma ordem de questões. Não está inteiramente atento aos propósitos do pesquisado, não pode seguir de perto seu olhar, sua atitude, seus gestos. Ao invés de estar de verdade à escuta de seu interlocutor, está sempre preocupado com seu roteiro, inquieto por ver a ordem das questões perturbada pelas digressões do entrevistado que infringem o protocolo a seguir. Prisioneiro do seu roteiro, a todo o instante tenta enquadrar de novo sua entrevista para ajustá-la a seu questionamento pré-construído. Nessas

condições, nenhuma hipótese nova sairá de suas entrevistas. Terá esterilizado por antecipação a fecundidade do instrumento de pesquisa (BEAUD e WEBER, 2007, p. 135).

Nesse sentido, como metodologia, optei pela entrevista aprofundada e semiestruturada. A entrevista aprofundada se caracteriza, por ser de longa duração, por isso, é aconselhado o uso do gravador. Esse tipo de entrevista permite ao pesquisador obter informações detalhadas sobre o contexto social dos entrevistados e o uso do gravador possibilita captar detalhes que facilitam a interpretação posterior, já que podem revelar os rastros, na entonação da voz, ao tratar de determinado assunto, nas risadas, nos silêncios, pausas e hesitações (Beaud e Weber 2007).

Atualmente temos diferentes tipos de aparelhos compactados no Smartphone, como é o caso da câmera fotográfica, filmadora e do gravador de áudio, o que promove maior conforto para o pesquisador, além de garantir a qualidade na coleta dos dados, deste modo, foi o equipamento que optei como ferramenta de apoio para o registro das entrevistas. Como a primeira experiência de entrevista com a moradora da PPL Virgínia foi bem-sucedida, optei por manter o formato e a metodologia para as entrevistas com as outras moradoras.

O roteiro das entrevistas foi dividido por temas, iniciei pelo marco histórico de suas trajetórias familiar (dados de trajetória), passando pela infância e as questões que a permeiam, como a educação e sua criação na favela, a seguir passei para os temas mais diretamente relacionados aos temas da pesquisa, que foram; ser mulher na Pedreira Prado Lopes; estigma – o lugar favela e as questões relacionadas ao mundo do trabalho. No entanto esses temas não seguiram exatamente de forma linear, ao longo dos relatos as questões foram surgindo e se configurando em diálogo, conforme descrevem Beaud e Weber,

O essencial é ganhar a confiança do pesquisado, conseguir rapidamente compreender o que está sendo dito (a meia-palavra) e entrar (temporariamente) em seu universo (mental). Estes são os ingredientes que alimentarão mais seguramente a entrevista e que, idealmente, poderão então transformar-se em uma "discussão" instrutiva para ambas as partes (BEAUD e WEBER, 2007, p. 134).

Com o intuito de conhecer o ponto de vista das entrevistadas sobre as questões que permeiam o modo de vida das pessoas moradoras da Pedreira Prado Lopes, conduzi a

entrevista de modo que minhas interlocutoras descrevessem suas atividades e seu cotidiano, e em alguns momentos solicitei suas opiniões sobre determinados assuntos, buscando assim narrativas pertinentes para a reflexão do tema principal.

3.2 Apresentação das moradoras entrevistadas

3.2.1 Dona Juvenita

A entrevista com Dona Juvenita ocorreu na Feira de Artesanato da Avenida Afonso Pena a “Feira Hippie”³⁵, onde ela, o filho Roberto e seu esposo Avelino trabalham todos os domingos, eles saem às cinco horas da manhã de casa e a feira funciona das oito da manhã às quatorze horas. Ao chegar, a barraca em que vendem churrasco já estava montada e entre cheiros diversos que vinham dos alimentos comercializados, pessoas se movimentando e sons de músicas, conversas e da chapa em que o churrasco era preparado, iniciamos a nossa entrevista.

Dona Juvenita é uma senhora de setenta e seis anos, nasceu na cidade de Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, em 1943. Seu pai já idoso se mudou para Belo Horizonte em busca de trabalho, em Teófilo Otoni trabalhava e morava em uma fazenda. Em Belo Horizonte, fazia entrega de barras de gelo e o transporte era realizado por meio do antigo bonde de madeira que atravessava a cidade e passava pela PPL.

Dona Juvenita se mudou para a PPL com a mãe, Dona Rosa e alguns de seus irmãos em 1958, quando estava para completar quinze anos de idade. Nessa época as casas na PPL

³⁵ “Idealizada por um grupo de artistas mineiros e críticos de arte, esta feira surgiu na Praça da Liberdade em 1969. Artistas plás-ti-cos e arte-sãos de diver-sas espe-ci-a-li-da-des ali se reu-niam, expu-nham e ven-diam os seus tra-ba-lhos. Em 1973, foi reco-nhe-cida e ofi-ci-a-li-zada pela Prefeitura de Belo Horizonte. Em 1991, a Feira Hippie - nome cari-nho-sa-mente dado pela popu-la-ção e pelos visi-tan-tes àquela feira de arte-sa-nato que acon-te-cia na Praça da Liberdade - e outras fei-ras de arte-sa-nato espa-lha-das pela cidade foram reu-ni-das e trans-fe-ri-das para a Avenida Afonso Pena, no cen-tro de Belo Horizonte, dando ori-gem à maior feira de arte-sa-nato a céu aberto da América Latina” (Disponível em:

eram todas barracos mal construídos com compensado e lata, durante o inverno passavam muito frio devido a essa má condição de moradia. A casa que Dona Juvenita morava com os pais e irmãos possuía apenas um cômodo, a iluminação era feita por meio de lamparina de querosene e velas, cozinhavam em fogão à lenha que cobria o pequeno espaço por fumaça. As ruas não eram asfaltadas e não havia energia elétrica nem abastecimento de água, apenas um chafariz instalado pela prefeitura em que os moradores faziam fila para coletar a água que era estocada em tambores para uso doméstico “carregava água na cabeça, enchia os tambores para trabalhar durante o dia”.

O transporte público mais utilizado eram os bondes, por ter um valor acessível, o que passava próximo à casa de Dona Juvenita na PPL era o bonde Senhor Bom Jesus “a gente ia e voltava de bonde que era uma condução barata e todo mundo podia tomar essa condução e ir para o seu serviço, dirigir sua vida normal”.

3.2.2 Trabalho e cuidado dos filhos

Dona Juvenita começou a trabalhar como empregada doméstica na casa de um senhor, dono do *Café Brasil* aos dezessete anos, no entanto ao engravidar de sua primeira filha, aos dezoito anos, não conseguiu mais trabalhar, pois o serviço era extremamente desgastante e exaustivo “porque não era serviço doméstico, era escravidão”, ela precisava carregar peso, lavar grandes quantidades de roupas à mão, subir muito degraus e encerar a casa com escovão “tinha que passar até o brilho aparecer”. Mesmo assim, se considera bem sucedida como trabalhadora doméstica. Dona Juvenita também precisou parar os estudos quando ficou grávida “eu precisei sair para cuidar da minha filha”, na época ela estudava pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Então pra eu continuar a minha vida, para eu continuar meus filhos, com a criação dos meus filhos numa boa, então me expandi muito, aprendi muita coisa pra sobreviver. Eu era salgadeira num restaurante. Nas horas vagas eu era manicure em casa, pra ajudar na alimentação, que o salário era pouco. O meu filho Roberto, que hoje está com trinta e seis anos, ele começou a me ajudar aos doze anos de idade, ele vendia salgado e vendia peixe pra me ajudar, porque eu tinha uma filha estudando no Colégio Brasileiro e eu queria formar essa filha com o canudo. Então para isso eu trabalhava sem parar. A nossa roupa era lavada à noite, porque não sobrava tempo pra lavar durante o dia. No domingo, enquanto as outras pessoas estavam todas

perfumadas, passeando, o Roberto estava vendendo salgado e eu fazendo manicure pra nossa sobrevivência (Depoimento de Juvenita. *In*: SOARES e ANTUNES, 2001, p.103).

Mais tarde trabalhou em uma lanchonete, como realizava as tarefas de forma ágil o dono da lanchonete acabava por demitir algumas das empregadas e o trabalho de Dona Juvenita era acumulado. Trabalhou muitos anos como cozinheira e salgadeira até que em 1989, uma amiga lhe falou que haveria inscrição para vaga de feirante na Feira Hippie , ela se inscreveu e conseguiu a vaga, trabalha então há trinta anos nesta feira.

3.2.3 Virgínia

O campo feito na Pedreira Prado Lopes para realização da entrevista com a moradora Virgínia, ocorreu no dia três de agosto, de 2017, o horário marcado foi às 17 horas. Ao descer do ônibus, comecei a subir a primeira rua, precisei parar, respirar e pensar “estou em campo”. Essa ação me situou, daquela vez, eu não estava indo para uma visita corriqueira, seria a minha primeira experiência em campo para esta pesquisa. Fui caminhando até a casa da moradora Virgínia, passei por três ruas íngremes, uma delas era onde ficavam usuários de crack, em seguida passei pela rua em que traficantes vendiam drogas.

Virgínia foi até o portão de sua casa para me receber, pediu-me que fosse à padaria, que ficava na esquina de sua casa, para comprar um litro de óleo e um pote pequeno de manteiga, enquanto isso, conversava com sua irmã que havia chegado naquele momento do trabalho³⁶. Despediram-se e fomos para sua casa. Virgínia estava preparando torradas e um bolo de milho. O cheiro gostoso que vinha da cozinha cobriu todo o ambiente. Conversamos um pouco, informalmente, enquanto ela preparava o bolo. Bolo no forno, começamos a entrevista. Virgínia achou melhor que a entrevista fosse realizada em seu quarto, ela se sentou em sua cama, pois sentia dores na coluna, eu preferi me sentar no chão, em um tapete cinza que ficava em frente à sua cama.

³⁶ Conversavam no portão da casa da irmã, que ficava bem próxima a sua. No ano em que a conheci em 2016, Virgínia morava com a irmã nessa mesma casa onde conversavam. A casa pertencia ao senhor Liberalino Alves de Oliveira e foi comprada com o dinheiro recebido pela indenização da demolição de sua casa anterior ocorrida no processo de urbanização da favela.

Estar no ambiente doméstico da entrevistada, como descrito no trecho anterior permitiu um exercício de observação direta de seu comportamento, seu modo de vida, além de proporcionar ao pesquisador um contato direto, mais próximo do “mundo” da moradora e realizar trocas nessa inter-relação de campo. Diante desse contexto favorável, a entrevista pode ser iniciada. A moradora estava à vontade diante da situação de entrevista, e se manifestou positivamente, não se intimidando com relação ao uso do gravador.

3.2.3.1 Trajetória familiar

Virgínia é da terceira geração de mulheres de sua família a se estabelecer na PPL, sua avó materna, Dona Margarida foi a pioneira, e sua história com a PPL se inicia quando após se envolver com um dos empregados da fazenda de seu esposo decide fugir para São Paulo com ele deixando as três filhas, no entanto o relacionamento não foi bem sucedido e ela voltou para a fazenda. Como o avô de Virgínia não aceitou a volta da esposa, ela se mudou para a PPL em busca de moradia e trabalho, pois nessa época, por volta de 1949 ainda se extraía pedras da pedreira e já havia um número considerável de moradores na favela, que ocupava toda a área onde hoje está edificado o conjunto habitacional IAPI.

Quando a mãe de Virgínia, Dona Aparecida descobriu que sua avó havia voltado para Belo Horizonte e estava morando na PPL, fugiu da fazenda e foi morar com Dona Margarida. O avô de Virgínia tentou por diversas vezes levar sua mãe de volta para a fazenda, mas ela acabou por conhecer Divino, seu pai, que vinha de Lagoa Santa para morar na PPL. Começaram então a namorar e ela decidiu permanecer na PPL. Virgínia e seus irmãos nasceram nesta favela e ela morou na casa que foi de sua avó, na rua Carmo do Rio Claro até o momento da remoção, durante a implementação do Programa Vila Viva.

Os pais de Virgínia tiveram oito filhos, porém no terceiro filho seu pai começou a beber de forma acentuada. Ele trabalhava como enfermeiro no Hospital Odilon Behrens e como professor de autoescola, mas devido a problemas de saúde causados pelo alcoolismo acabou falecendo jovem, aos trinta e nove anos, Virgínia estava com nove anos na época. Dona Margarida era quem ajudava sua mãe na criação dos filhos, no entanto também faleceu.

Sua mãe trabalhava o dia todo como empregada doméstica e lavadeira para manter o sustento da casa, dessa forma, Virgínia e seu irmão precisavam ficar por muito tempo sozinhos, “por conta da comunidade, e a comunidade para quem não tem um pai e uma mãe por perto é dura”, contou Virgínia.

3.2.3.2 Infância e juventude

Quando era criança, Virgínia gosta muito das brincadeiras regionais de rua, além dos bailes e diferentes festas que aconteciam na PPL como, a festa Junina, por exemplo. Também gostava de participar das reuniões da UTP e sempre tentava se inscrever para falar nas plenárias, mas nunca a deixavam alegando que ela era muito pequena. Virgínia retrucava dizendo que pequena era a filha dessas pessoas, pois elas tinham o que comer em casa. Quando partiam para o encerramento das reuniões Virgínia dava um jeito de tomar o microfone e pedir para esperarem ela falar, sempre foi muito questionadora, relatou.

Mesmo se considerando negra, Virgínia era vista como branca pelas outras crianças na PPL devido a isso, algumas a batiam e tentavam cortar seus cabelos. Em sua préadolescência vivenciou alguns momentos de opressão, coerção e violência, no entanto precisou ter perspicácia e criatividade para escapar da chamada “ronda”³⁷ dos traficantes locais e aqueles vindos do Rio de Janeiro, ela utilizava algumas estratégias como: tomar banho e vestir a mesma roupa que já estava suja; não pentear os cabelos e vestir-se com roupas cobertas mesmo em dias muito quentes, tudo isso para não ser percebida e esconder as transformações de seu corpo, naturais de sua idade na época.

E aí, eu, pra sobreviver a isso, eu me fingia de doida. Eu não penteava o cabelo, eu tomava banho e vestia a mesma roupa, bem suja pra eles não me verem.

Tinha que viver escondida. Às vezes estava muito calor, sabe esse calor de rachar? E eu vestia roupa assim, toda coberta, como se fosse, como se estivesse fazendo zero grau de frio, pra eles não verem que meu corpo já estava desenvolvendo, que estava crescendo. E eles falavam “Tá crescendo hem” sabe? (Trecho da entrevista de Virgínia, moradora da Pedreira Prado Lopes, 2017).

³⁷ Segundo Virgínia a “ronda” eram estupros coletivos praticados por homens do tráfico. Eles faziam uma lista ordenando que iriam “pegar”.

Além da violência sofrida por ser do sexo feminino, quando era adolescente haviam cobranças para que Virgínia fizesse parte de algum grupo. Ser de algum grupo, ou ser alguma coisa significava basicamente roubar, se prostituir ou trabalhar como empregada doméstica, Virgínia tentou as três opções começando pelo roubo. Algumas amigas mais experientes iam até sua casa para ensiná-la a roubar, porém, a primeira tentativa que seria apenas o treinamento não foi bem sucedida. Tentou furtar um *caldo Knorr* em um mercado próximo de sua casa, mas o dono do lugar a pegou, estava acompanhada pela menina mais experiente que conseguiu fugir e por outras duas meninas que também estavam em treinamento. O dono do mercado puxou suas orelhas e cabelos e “pôs o terror” segundo Virgínia. Ao chegar em casa apanhou muito de sua mãe e dos irmãos, concluiu: “é não vai dá pra roubar então, não”. Como a primeira opção não deu certo, Virgínia decidiu partir para a segunda opção: “então vou ser prostituta!”. Alguém havia lhe falado que se todos os dias, às seis horas da tarde ela falasse que desejava alguma coisa e mentalizasse, ela conseguiria. Nesse sentido, mesmo sem saber direito o que era ser prostituta, Virgínia todos os dias esperava o sino da igreja tocar anunciando que eram seis horas da tarde e falava: “quero ser prostituta, quero ser prostituta!”

(...) quando eu ouvia o relógio da igreja batendo seis horas, eu contava um, dois, três e tal. Aí contava, quando dava seis horas, tá na hora! E aí eu falava: “eu quero ser prostituta, eu quero ser prostituta!” (Trecho da entrevista realizada com Virgínia, moradora da Pedreira Prado Lopes, 2017).

Virgínia tinha por volta de onze ou doze anos neste período. Certo dia, algumas amigas a levaram para conhecer a “zona” em um lugar chamado Pakenker que ficava no Centro de Belo Horizonte. Ela nunca havia saído da PPL antes e quando chegou na Pakenker achou muito bonito, era diferente de tudo que havia visto em sua vida, “muita cor, muita música, aquele tanto de mulher de sainha, dançando”, disse. Porém, quando estava observando e admirando o lugar um policial a viu e a levou puxada pelas orelhas até a saída e lhe disse que se voltasse a prenderia no internato.

No dia que estive na Pakenker, Virgínia observou que uma de suas vizinhas trabalhava no local como prostituta, sendo assim, foi procurá-la para saber o que as mulheres faziam na

“zona”, sua vizinha respondeu que elas permaneciam no quarto e a todo momento entravam e saiam homens, “ela me contou tudo. E eu falei: ah, não! Não quero ser prostituta não!”

Sem muitas opções, aos quinze anos Virgínia foi trabalhar como empregada doméstica em uma república de moças no bairro Guajajaras. Porém, mesmo trabalhando decidiu continuar praticando pequenos furtos, já que havia sido treinada, poderia servir como segunda opção. Todos os dias ela pega um chiclete na padaria perto do trabalho, mas um dia voltou e colocou de volta no lugar dizendo para si: “ah, eu não quero roubar não, vou trabalhar mesmo.” Virgínia trabalhou durante anos como empregada doméstica, porém considerava este, um trabalho muito duro, pois sofria muito assédio, até mesmo dos patrões.

3.2.3.3 Estudo e Trabalho

Virgínia e seus irmãos foram matriculados por sua mãe na escola, no entanto nenhum deles permaneceu e Virgínia foi expulsa por três vezes por ser considerada uma criança com mau comportamento. Ela não gostava da escola por alguns motivos: primeiro porque ia para aula com muita fome; segundo não achava interessante ter que ficar por muito tempo sentada e calada ouvindo uma pessoa na frente da turma falando e terceiro por se sentir indignada com a didática dos professores que não relacionavam o ensino ao cotidiano e realidade do público estudantil em contexto permeado por desigualdades, o que tornava as aulas maçantes e abstratas.

Então quando eu estudava, uma das coisas que me indignava muito na escola era exatamente isso. A professora falava assim, elas ensinavam assim: “A menina viu a jaca”, eu nunca tinha visto uma jaca na minha vida, eu nunca podia nem imaginar o que era uma jaca. “A menina comeu a maçã”, eu, as únicas maçãs que eu via era na casa da patroa da minha mãe, e eu não podia comer, porque era para o filho dela, entendeu? Então dava uma revolta. (Trecho da entrevista realizada com Virgínia, moradora da Pedreira Prado Lopes, 2017).

Quando foi expulsa da escola, a professora falou para a mãe de Virgínia que não teria outra opção para ela, que seria “prostitutolada” é que ela era terrível, “eu era um amor na comunidade e em casa, mas eu chegava na escola e revoltava”. No período em que Virgínia estudou, as pessoas na PPL geralmente frequentavam a escola até a antiga quarta série, por

não ter escolas nas proximidades que ofereciam ensino além do ensino fundamental I e pela necessidade de começarem a trabalhar para auxiliar no sustento da família, “(...) eu não consegui, mas quem conseguia, encerrava na quarta série. Quem tinha muita estrela na testa, conseguia uma vaga no Municipal.” Virgínia não conseguiu cumprir os estudos no tempo normal, ao ser expulsa só voltou a estudar aos vinte anos.

Ao sair da escola, Virgínia passou a frequentar todos os dias, por conta própria um internato que havia na PPL a Fundação Estadual de Bem-estar do Menor – FEBEM, a Fundação oferecia cursos aos internos e Virgínia queria muito participar de algum deles, porém não havia vaga para sua idade, como ela queria muito estudar na FEBEM, propôs aos professores que abrissem uma turma à noite, caso conseguisse mais cinco meninas de sua idade. Falaram para ela que já haviam tentado, porém não houve demanda, mas se ela conseguisse reunir um número considerável de meninas eles abririam a turma. Virgínia conseguiu que outras dez meninas se interessassem em fazer o curso, então foi aberta uma turma em que se ofereceu o curso de tapeçaria.

Virgínia admirava muito os professores que ofereciam os cursos na Fundação por serem politizados e proporcionarem aulas boas e de qualidade. Gostava tanto que ficava o dia todo na Fundação e quando chamaram sua atenção dizendo que seu horário era à noite, pediu para ficar ajudando durante o dia com as crianças menores e assim permaneceu por um tempo. Uma das professoras a levou para trabalhar em sua casa como doméstica quando estava com dezesseis anos e ela ficou revezando entre a FEBEM e o trabalho de doméstica, até que a direção da FEBEM começou a pressioná-la para que voltasse a frequentar a escola, pois não poderia continuar fazendo o curso se não estivesse estudando “(...) nessa época eu já estava ajudando muito nas salinhas e eles viram potencial em mim, e eles ficavam encantados com a minha liderança, lá era uma escola muito Paulo Freire”. Com receio de ter que deixar o curso e o trabalho voluntário que realizava na FEBEM, Virgínia voltou a estudar.

Fez da primeira à quarta série em dois anos.

O Colégio Municipal era a única escola que oferecia o ensino fundamental II e o ensino médio, mas, em regra não era frequentado por moradores da favela, havia apenas uma turma reservada para eles que precisavam passar por uma seleção para frequentar este Colégio

(...) só estudavam filhos de rico lá. Tinha uma sala, e eram só os favelados naquela sala. Então era bem separado, não podia misturar. E tudo era, assim, pra entrar lá, a diretora da escola tinha que falar que era bom aluno, que era

bonzinho, que era estudioso, que não dava problema, então não era qualquer pessoa, e assim mesmo tinha um sorteio (Trecho da entrevista realizada com Virgínia, moradora da Pedreira Prado Lopes, 2017).

Como desejava terminar os estudos de forma rápida “para ficar livre logo” ela aprendia as matérias à noite e durante o dia “ficava louca estudando” e pedia para que as professoras da Fundação a ajudassem. Após concluir a quarta série, os professores da Fundação conseguiram uma vaga para que ela pudesse continuar os estudos no Colégio Municipal em que fez a quinta e sexta séries e não conseguiu concluir a sétima série “nada me fazia passar em matemática, eu não conseguia”. Virgínia havia sido eleita líder de classe pelos outros alunos e o professor de matemática ficou bravo com a escolha “eu colocava ele pra trabalhar mesmo e ele me falava: “Vamos ver se você passa de ano?” É que naquela época, era assim mesmo, né?”.

Virgínia foi convidada para trabalhar na escola da FEBEM acompanhando uma das professoras e mais tarde a confiaram uma turma, nesse período estava fazendo a sétima série, porém o Colégio havia sido fechado pela prefeitura “eu lembro que a minha tia veio aqui me buscar, quando eu voltei a escola já não estava mais funcionando. Foi de um dia para o outro, eles acabaram com tudo”, dessa forma precisou parar novamente os estudos. O trabalho na escola foi o primeiro emprego de Virgínia, até aquele momento fora da área doméstica, porém sem registro na carteira profissional, trabalhava por meio de contrato.

Uma das experiências para o trabalho de professora, Virgínia adquiriu realizando brincadeiras com as crianças da PPL. Ao sair da escola da FEBEM, Virgínia trabalhou em um Projeto da Prefeitura que se chamava “Recriança”, ela oferecia aulas de reforço escolar e mais tarde aprendeu capoeira para ensinar aos alunos do Projeto “só em projetos assim que eu trabalhava”. Quando foi trabalhar em uma creche a diretora exigiu que ela voltasse a estudar para que seu trabalho fosse mantido, dessa forma foi estudar em uma escola experimental da prefeitura, no bairro Santo Antônio em que precisou começar os estudos a partir da quinta série. Nessa escola eram realizadas duas séries a cada semestre, no ensino fundamental e o ensino médio se fazia cada série em um ano. Virgínia terminou o ensino médio e fez magistério no Instituto de Educação e logo após cursou psicologia, no entanto não gostou e fez apenas três semestres e meio, ao sair da faculdade não voltou a estudar novamente.

3.2.4 Maria

Na tarde de sábado em que estive na PPL para entrevistar Maria, o lugar me pareceu diferente do dia da primeira entrevista com Virgínia, o clima era outro, menos tenso³⁸. Podem existir diferentes motivos para este “outro clima” percebido: primeiro que, nesse dia eu havia entrado pela Rua Pedro Lessa, desse modo, não passei pelos usuários de crack nem pela “boca de fumo”, o que me deu a impressão de não estar em uma favela, mas em um bairro periférico “comum”. Nesse sentido, o “estar na favela”, em minha percepção: primeiro, estaria intrinsecamente ligado à questão da criminalidade relacionada ao tráfico e uso explícito de drogas, segundo, no dia da primeira entrevista, estava ocorrendo uma “guerra” na PPL, como informou Virgínia e o lugar realmente estava menos seguro. A sensação de insegurança e medo foi ainda maior por ter estado com Virgínia em um beco onde alguns traficantes atuavam naquele dia, e, terceiro, pode ser que não tenha havido mudança no “clima” na PPL, mas sim no meu modo de entrar e perceber o lugar, que após esses anos de contato proporcionou que a minha ambientação tenha sido maior nessa última visita que fiz.

Esperei Maria por alguns minutos no galpão da ocupação Pátria Livre, local em que ocorreria a entrevista, enquanto ela não chegava, pude acompanhar o ensaio de um grupo de maracatu que acontecia naquela tarde no galpão. Quando chegou disse-me que seu filho estava só em casa e muito chateado por não ter conseguido ir em um passeio com seu tio, sendo assim, Maria preferiu que fossemos para sua casa.

Maria nasceu na PPL e estava para completar trinta e três anos na semana seguinte à entrevista. Sua avó materna era da cidade de Itabirito e foi para Belo Horizonte em busca de trabalho, morou em alguns bairros da cidade, porém permaneceu por mais tempo na PPL, sua mãe morou nesta favela desde a infância foi para lá por volta dos sete anos, a mesma estudou na Escola Maria da Glória Lommez e teve Maria, sua única filha aos dezessete anos. A avó de Maria foi quem auxiliou sua mãe em sua criação, era uma avó rigorosa e não a deixava brincar com as outras crianças na rua “vó era daquelas pessoas que trancava a gente em casa”.

Seus pais tiveram um relacionamento, mas nunca se casaram, o pai de Maria também é morador da PPL e teve mais um filho com outra mulher, Maria tem uma boa relação tanto com o pai quanto com seu irmão. Seu pai é umbandista e Maria já participou em diversas

³⁸ Trecho retirado do meu diário de campo (04/05/2019).

cerimônias com ele, no entanto não segue a religião. Participou também de eventos da igreja católica e tem frequentado ultimamente alguns cultos da igreja pentecostal.

Quando era criança Maria costumava ir com a mãe e a avó para o Parque Municipal, era um dos passeios que mais gostava de fazer na cidade. Elas também iam constantemente para a cidade de Raposos, lugar onde moravam seus familiares mais próximos, em sua memória de infância essa cidade do interior se destaca por proporcionar maior liberdade e contato com a natureza que lhe proporcionava, andar a cavalo, tomar banho de cachoeira e as brincadeiras com os primos.

Durante sua infância na PPL Maria nunca havia tido contato com drogas, nem mesmo sabia o que eram, durante a adolescência, por volta dos doze, treze anos, observava que os usuários e traficantes eram discretos e não faziam esta prática de forma explícita. Foi por volta dos dezesseis anos que Maria obteve a percepção do que seria o tráfico e o uso de drogas “até então, as pessoas que mexiam, que se envolviam e que eram “os patrões da comunidade”, até então, todo mundo com maior respeito aos moradores”.

O primeiro emprego de Maria foi aos dezoito anos, em uma fábrica de bolsas que ficava na rua Serra Negra, na PLL. Logo após ela trabalhou em uma distribuidora de couros que também ficava na PPL, este foi seu primeiro emprego com registro em carteira, trabalhou também em uma lanchonete no Centro de Belo Horizonte e em uma loja de informática, “antigamente muitos reclamavam, falavam assim: “ah que você mora na Pedreira dentro de uma favela, que muitos discriminam”, até que eu, por ter ido por indicação, não sofri discriminação nesse ponto”.

Aos dezoito anos Maria começou a se relacionar com o pai de seu filho que aos dezenove anos se envolveu com o tráfico de drogas. Ele fazia parte de uma gangue que comandava a área da Maloquinha, na “Pedreira de cima” que era rival àquela que atuava na Carmo do Rio Claro “Pedreira de baixo” essas duas gangues viviam em conflito, quando o companheiro de Maria foi preso, os integrantes da gangue da Carmo do Rio Claro passaram a ameaçá-la devido seu envolvimento com ele, obrigaram-na então a guardar drogas, houve uma denúncia de alguém que teria testemunhado Maria com as drogas, devido a isto ela foi presa, sendo condenada a sete anos e sete meses de prisão, após recurso a sentença passou para seis anos e seis meses e ela cumpriu a metade da pena, três anos e três meses. Nesta época, o filho de Maria estava para completar dois anos e sua mãe o criou até que ela

retornasse. O pai de seu filho continua preso e Maria conseguiu um emprego de auxiliar de serviços gerais na EMEI Maria da Glória Lommez.

3.3 Ser mulher na PPL: trabalho, educação e protagonismo materno

O caminho percorrido até aqui foi importante para entendermos como a PPL foi construída enquanto favela e o lugar social que os moradores ocupam. Agora, para entendermos a vivência do feminino na PPL e suas particularidades é interessante partirmos da representação que as próprias mulheres moradoras da favela fazem de si mesmas. Partiremos então, a partir daqui desse ponto de vista para refletirmos sobre a experiência local dessas mulheres para distingui-la, gerando assim o conhecimento específico sobre como processos socialmente construídos contribuem para formação de sujeitos, identidades e subjetividades.

Em algum momento das entrevistas realizadas com as três representantes da PPL foi perguntado sobre como é ser mulher moradora de um lugar tido como favela, Virgínia respondeu da seguinte forma:

Muito difícil. Eu acho que ser mulher, hoje é difícil em qualquer classe social e em qualquer lugar. **Mas, naquela época, para a mulher da favela era muito difícil,** porque a gente, **a gente era vista só como empregada doméstica e como objeto sexual** (Trecho da entrevista realizada com Virgínia, moradora da PPL, 2017).

Na representação de Virgínia do que é ser mulher podemos perceber na primeira resposta um destaque para a palavra “difícil” para o ser mulher de maneira geral e a particularização de ser mulher de favela, que a seu ver carrega um peso ainda maior do ser mulher, sobretudo devido a estereótipos atribuídos a essa categoria de mulheres em particular.

Em sua resposta existe um porém, o “ser muito difícil” é colocado no tempo passado “mas, naquela época, para mulher da favela era muito difícil”, o que pode nos levar a pensar em duas significações, conforme seu relato; primeiro, a fala de Virgínia pode significar que a representação social e o local social imposto e vivenciado pelas mulheres moradoras de favela no passado sofreu mudanças positivas “a gente era vista”, (será que não são mais? O que ocasionou essas mudanças?); segundo, o termo no passado pode significar a mudança de

percepção sobre si, na medida em que ia se tornando mulher e as implicações relacionadas a isso, e de forma mais incisiva enquanto mulher moradora de favela.

No decorrer da entrevista insisti um pouco mais na pergunta e surgiu uma segunda resposta em que se destacaram duas palavras “desafio” e “medo”:

Ser mulher na Pedreira pra mim sempre foi tipo **um desafio**, né? Foi um desafio ser mulher aqui. Ser mulher, **querer ser mulher e me esconder de ser mulher, porque era muito medo**, era muito medo! E aí , eu sempre tive medo de ser mulher mesmo, assim. **Até que eu comecei a enfrentar e ser a mulher que eu quero ser**, né? E **corajosa** até que eu sempre fui, **até mesmo de ter passado por uma favela e não ter [...]** E eu lembro que quando eu comecei a ficar adolescente era muita cobrança, e aí , **eu tentei ser várias coisas**. Eu tentei roubar, não consegui. Porque assim, **todo mundo tinha que ser alguma coisa**. Você vai ser o que? (Trecho da entrevista realizada com Virgínia, moradora da PPL, 2017).

Virgínia começava a se descobrir enquanto mulher, mas evitava que o percebessem pois, tinha ciência das violências que poderia sofrer apenas pelo fato de sê-lo. Mas, demonstrou em sua fala que na medida em que o “ser muito difícil” se tornou um “desafio” a ser enfrentado passou a buscar “a mulher que quero ser” e conclui que independente das circunstâncias e do lugar social imposto ela poderia se tornar protagonista de sua história fugindo dessa imposição de “ter que ser alguma coisa” e ela se orgulha de ter superado as expectativas que se atribui às mulheres moradoras de favela, de se tornar prostituta, ladra ou empregada doméstica.

A representação de si enquanto mulher moradora de favela trazida por Virgínia, descreve um sujeito que em regra, nem todas as mulheres moradoras de favela se enquadram, pois existem percepções e categorias diferentes do ser mulher e do ser mulher moradora de favela. Virgínia se representa em sua trajetória a partir das lutas sociais e por melhorias na PPL, o que lhe traz uma percepção das violências, opressões e desigualdades que sofre a partir de um olhar crítico da formação militante, para outras mulheres que também são moradoras da favela, talvez não seja tão perceptível o conjunto de restrições e opressões que as permeiam e apenas as vejam com naturalidade, porém isso não significa que essas mulheres não recebem os efeitos das diferenciações geradas pelo fato de serem mulheres moradora de favela.

Maria por exemplo, em suas primeiras palavras ao responder sobre como foi crescer e ser mulher na PPL diz: “para mim foi tranquilo, mesmo tendo me envolvido com o tráfico de drogas (...)”, e logo em seguida, continuou sua resposta revelando que foi presa, ao ser obrigada a guardar drogas em represália a seu relacionamento com um traficante de uma gangue rival àquela que comandava o local onde mora. Apesar de não reconhecer ou compreender é perceptível que sua condição de mulher a levou a esse fim, até mesmo por sua resposta se encaminhar para esta memória quando perguntada sobre sua condição de mulher moradora de favela.

As mulheres moradoras de favela em seu histórico se diferenciam das mulheres brancas de classe média na luta contra a opressão, e/ou na recepção da mesma, em diferentes aspectos: primeiro, por serem em regra mulheres negras, herdeiras das desigualdades raciais que existem muito fortemente no Brasil. No caso das mulheres entrevistadas nesta pesquisa as três se enquadram nesta categoria racial³⁹; segundo, enquanto as mulheres brancas de classe média buscavam/buscam emancipação, direito de trabalhar fora e equiparação de salários ao dos homens brancos, mulheres negras e pobres, geralmente moradoras de favelas sempre tiveram a necessidade de trabalhar para suprir suas necessidades básicas, bem como de suas famílias. Historicamente recebem salários menores que dos homens e mulheres brancas, há ainda dificuldades de se engajarem em empregos que lhes garantam direitos, uma boa colocação e que sejam formais. Quando se fala no ingresso ao ensino superior, parece uma realidade ainda mais distante para essas mulheres; e terceiro, enquanto mulheres brancas avançam na luta contra o machismo, na divisão das tarefas domésticas e no cuidado com os filhos, a realidade de mulheres negras e pobres da periferia ainda se manifesta no abandono parental masculino e na posição servil ante mulheres brancas que vão para o mercado de trabalho formal enquanto as mulheres negras periféricas cuidam de seus filhos e casas, gerando com isso jornadas exaustivas de trabalho.

Dona Juvenita, assim como Maria, também demonstra em sua resposta uma visão aparentemente positiva quanto a sua trajetória de mulher moradora de favela que segundo ela,

³⁹ Entende-se que não há diferenciação biológica relacionada a cor entre os seres humanos, no entanto essa diferenciação se manifesta no contexto social gerando o racismo.

Foi muito fácil **porque eu fiz amizade**. Eu engravidei aos 18 anos, eu fiz minha primeira filha e **por causa disso eu sai da escola né**. Na escola era Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) **eu precisei sair para cuidar da minha filha** (Trecho da entrevista realizada com Dona Juvenita, moradora da PPL, 2019. Grifos meus).

Mesmo que de forma imperceptível ao olhar de Dona Juvenita, a impossibilidade de continuar os estudos para cuidar da filha demonstra um traço subjetivo em sua fala que explicita a opressão sofrida e que representa muitas histórias de mulheres pobres que engravidam no período escolar.

Como o cuidado dos filhos nesse contexto recai de forma quase que integral para as mulheres, elas passam a ter menos chances de formação educacional gerando um ciclo alargado e crescente de exploração laboral. Vimos isso refletido nas histórias das três mulheres que abrange também a história de suas mães e avós. Dona Juvenita relata suas múltiplas jornadas de trabalho para conseguir criar os filhos.

Essa mulheres, devido às condições de vulnerabilidade social, muitas vezes tiveram e ainda tem que se reinventar, ser várias ao mesmo tempo, disso depende um esforço múltiplo, mas que é visto com orgulho da superação e como naturalidade feminina que apesar das circunstâncias conseguem pequenas vitórias na vida “então me expandi muito, aprendi muita coisa pra sobreviver”, disse Dona Juvenita com relação ao trabalho realizado ao longo da vida.

Djamila Ribeiro (2019, pg. 69) atenta para o fato de que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”. Nesse sentido, é importante observar as especificidades do modo de vida dessas mulheres que, a partir da matriz de dominação as projeta para o lugar social da servidão doméstica e/ou sexual conforme aparece na fala de Virgínia “a gente, a gente era vista só como empregada doméstica e como objeto sexual” e demonstra uma perspectiva de melhora parca ao longo do tempo,

(...) era só empregada doméstica, era só isso. Mudou agora que a gente começou a estudar mais, mas até pouco tempo atrás era praticamente casa de família pra gente trabalhar. Depois começou loja, fábrica, mas sempre assim, lanchonete, bastante lanchonete também, mas a maioria era empregada doméstica (Trecho da entrevista realizada com Virgínia, moradora da PPL, 2017).

Entre as três mulheres entrevistadas apenas Maria que é de uma geração mais nova conseguiu concluir o ensino médio no tempo normal. Acordado com o relato de Virgínia, Maria conseguiu inicialmente sair do ciclo laboral atribuído às mulheres pobres de periferia, Virgínia também, não de forma fácil conseguiu uma ocupação fora da regra da realidade das mulheres de favela, ela viu nos estudos, mesmo resistindo, a oportunidade de trabalhar com o que realmente escolheu. Se constituir como uma mulher forte para Virgínia foi ter sido criada em uma favela e conseguir romper o desafio das três únicas opções de “ser” na favela explicitada em sua resposta quanto às opções de trabalho “prostituição, roubar e casa de família. Eram essas coisas que eu tinha”.

Então eu fiquei muito sem opção e fui ser empregada doméstica. Eu fiquei trabalhando muito tempo assim. Mas era muito duro ser empregada doméstica, porque até os patrões assediavam, muito. E aí, eu fui estudar, comecei a prestar concurso pra essa escola da FEBEM, e lá eu comecei a ter consciência, as professoras lá eram muito politizadas (Trecho da entrevista realizada com Virgínia, moradora da PPL, 2017).

Porém, é importante refletir a partir dessa realidade, não para comprovar estatisticamente ou a partir dos relatos que essas mulheres estão no trabalho doméstico, mas entender por qual motivo seu percurso profissional tem sido historicamente constrangido e por que elas não estão ocupando outros campos profissionais, não que seja indigno o trabalho doméstico, no entanto quando ele reflete desigualdades se constitui enquanto problema.

Mesmo aquelas mulheres que não estão engajadas politicamente nas lutas sociais, sendo elas moradoras de um local em que as desigualdades são aparentes, sua luta se manifesta diariamente contra as opressões cotidianas, essas são lutas invisíveis e sutis, mas muito presente.

3.4 A representação de um território avesso à normalidade

Segundo Goffman (1975) o estigma foi um termo criado pelos gregos para distinguir criminosos, escravos e traidores. Estes eram marcados com cortes ou queimaduras na pele

para serem facilmente identificados como infratores. A punição implicava em mantê-los longe do convívio social. Na sociedade atual a hegemonia que legitima a classificação e define aquilo que é normal ou defeituoso, delega o poder àqueles que são considerados normais a apontarem no outro o que considera destoante, estabelecendo ainda, aquilo que o outro deveria ser (Goffman, 1975).

Esse processo de estereotipação negativa constituído na interrelação de indivíduos, Goffman classificou de estigma. Para este autor, “um indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que se pode impor atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (GOFFMAN, 1975, p.14). Para Becker (2008) o estigma está intrinsecamente conectado às relações sociais, são atributos negativos gerados por um grupo social que confirma sua normalidade a partir da estigmatização dos outros.

Seguindo o pensamento desses autores podemos pensar: como se forja o sujeito social? O atributo que caracteriza o sujeito é o sujeito? Essas questões são interessantes para que possamos pensar sobre a realidade e a representação do real. Nas relações sociais, quando os sujeitos se apresentam como são de fato estão evidenciando sua identidade social real, no entanto, existe a identidade social virtual que é daquela que se espera que o sujeito apresente para ser considerado normal e para ser aceito. Essa diferença entre os sujeitos que vai resultar em atributo depreciativo O grau de percepção que se faz das características que distingue o sujeito vai determinar a condição do indivíduo perante a sociedade, sendo assim quanto mais elas se evidenciam mais desacreditado pela sociedade ele se torna (Goffman, 2008).

Como o estigma é algo atribuído, o sujeito estigmatizado, muitas vezes não sabe que tem essa distinção ela é revelada no contato social, onde os “normais” o anunciam como tal. Esse encontro entre os sujeitos “normais” e estigmatizados geralmente é revestido de tensões de ambas as partes.

Sobre essa ótica do estigma podemos refletir como se formou a construção do estigma de favela da PPL. Uma das perguntas feitas às moradoras deste local está relacionada a este tema e as respostas trazem uma reflexão sobre como o estigma de favela e de favelado interferem na autoimagem dos moradores.

Dona juvenita, ao ser perguntada por que a PPL era considerada favela respondeu: “Porque é um setor de pessoas pobres, mal vestido, humilde, analfabeto, não é só a Pedreira, a Serra, o Morro do Papagaio e outros, muitos e muitos outros”. Interpretei inicialmente que esta seria a sua visão de favela, porém mais adiante em sua resposta, quando ela fala que morar na PPL influenciava em sua busca por trabalho revelou como lhe vinha essa imagem de favela, e na realidade esse é um olhar de fora,

E a coisa que eu sentia muito, doía muito é **eles rejeitarem a gente**, por exemplo, lugar que aceitava a gente era restaurante porque o serviço era pesado mas, casa de família não aceitavam não porque **eles pensavam que a gente era ladrão, vai trabalhar lá só para roubar**. Eu senti muita dor por isso.

Favela significa pobreza, miséria, gente que não pode ter confiança, que nem eu que era empregada doméstica eles não me empregavam. **Só as pessoas que não eram ricas de verdade**, os que eram ricos mesmo a gente nem entrava, eles não deixava entrar nem no portão (Trecho da entrevista realizada com Dona Juvenita, moradora da PPL, 2019. Grifos meus).

O estigma é gerado por meio da relação entre atributos negativos e estereótipos, na fala de Dona Juvenita os atributos que constituem a PPL como favela são: pobreza, miséria e gente que não pode confiar, como esses atributos são diversas vezes repetidos gera o estereótipo que homogeniza e rotula os moradores os afixando nesta imagem depreciativa. O rótulo atribuído aos moradores legitima sua exploração, pois como desacreditados se veem vulneráveis e muitas vezes passam eles mesmos a acreditar que esses atributos são verdadeiros e que fazem parte de sua natureza e não se sentem no direito de ocupar certos lugares.

As pessoas se organizam socialmente em grupos e todos os grupos realizam ações sociais coletivas, mas para ordenamento e identificação deste grupo definem-se regras, aquele dentro do grupo que infringe a regra imposta se torna um desviante ou outsider, conforme Becker (2008). Não apenas nas favelas, mas em toda sociedade ocorrem crimes, alguns mais tolerados que outros, porém as favelas em geral são rotuladas como lócus da criminalidade violenta, o lugar natural do desvio, esse olhar homogêneo, em regra não distingue os moradores, os chamados favelados e como já incorporado no pensamento social deixa de ser questionado, eles já estão rotulados.

Virgínia conta em seu relato uma experiência que teve com jovens moradores da PPL ao saírem da favela para um passeio em um local que comumente não lhes é comum e por isso gerou constrangimento e o sentimento de não pertencimento.

Eu tinha um grupo que chamava “Mobilização da juventude”, e eu tinha oitenta jovens que eu trabalhava com eles, de quatorze a vinte e um anos. E eu lembro assim, eu tenho até um CD que a gente fez uns documentários, eles falando do sonho deles, de poder estudar, de **poder sair desses muros, favela**, sabe? Eu lembro que quando eu levava eles para fazer passeio fora, uma vez eu levei eles no boliche, lá da Prudente. **E lá é só “filhinho de papai”**, e quando eles chegaram lá eles não quiseram entrar, eles falaram: **“Não tia Virgínia a gente não pode entrar aqui não!”** E tudo menino de dezesseis, dezessete e dezoito anos. **“Não, isso aqui não é pra nós não!”** Eu falei: “É pra vocês sim! **A gente vai pagar igual a todo mundo**, então é pra vocês sim!”

Então aí foi muito legal, porque **eu encontrei lá uma professora** que era uma pessoa que me ajudou muito, e que conhecia os meninos, **ai ela estava lá com a turma dela daquele colégio Santo Agostinho**. Ela é muito boa, Ana Claudia, e **ela é professora universitária**. Quando ela me viu lá fora, os meninos não queriam entrar e **ela foi lá falou: “Que isso gente, vamos entrar!”** E chamou os alunos dela, e eles vieram e **eles entraram**, mas sabe quando, e **eu sentia isso na pele, agora que tá mais light pra mim, mas até hoje em alguns lugares que eu vou, “não isso aqui não é pra mim não”, você fica tensa!** Você já ouviu tanto isso, igual aquilo “compre batom, compre batom”, **ouviu tanto isso que ali não é lugar de pobre, de favelado que você acredita que não é mesmo pra você** (Trecho da entrevista realizada com Virgínia, moradora da PPL, 2017. Grifos meus).

Legalmente todos podem ter acesso aos lugares públicos, desde que sigam as regras estabelecidas pelo local, como “pagar como todo mundo”, porém existem barreiras que não são apenas econômicas, mas simbólicas e, portanto, subjetivas e que estão incorporadas nas relações. Becker (2008) quando trata o conceito de desvio nos ensina que existem diferenciados em todo o âmbito social, esses grupos estabelecem regras de convívio que podem ter escala micro que visa ordenar o próprio grupo ou regras que podem abranger leis de uma sociedade em geral. Essas leis podem ser punitivas e ter uma variação de grau de aceitabilidade. Dentro dos grupos pode ser apenas no nível de etiqueta, que sendo transgredidas podem gerar desconfortos e constrangimento (sentar à mesa sem camisa, arrotar em público, falar palavrões, por exemplo).

Alguns grupos podem criar suas próprias punições para aqueles que infringirem a regra, como no caso de algumas favelas, existe a lei do tráfico, que pode emitir sanções aqueles que não a seguirem. Podemos ver o exemplo da moradora da PPL, Maria que ao se relacionar amorosamente com um membro de uma gangue rival àquela de “sua área”, por algum motivo foi punida por meio de uma vingança que a levou à prisão. Ela foi vista pelo grupo como outsider, ela, no entanto não concordava com as regras, pois não via problema em seu relacionamento, nesse sentido, para Maria os membros da gangue que a rotularam de desviante seriam os outsiders. Antes de contar sobre seu envolvimento com o tráfico enfatizou em sua entrevista que quando criança e adolescente não teve contato com nenhum tipo de drogas, nem sabia muito bem o que era. Sua fala demonstra também o que é chamado “lei da favela” que é o respeito estabelecido entre os membros das gangues e os moradores.

Na minha época de criança eu não conheci o que era droga, não tinha contato, não tinha visualização nenhuma. Depois quando eu fui pegar maldade, com meus dez doze anos, aí eu comecei a ver o movimento, mas mesmo assim eu não sabia o que era direito, porque não se demonstrava, era uma coisa muito oculta, por debaixo dos panos, **eles não faziam nada na frente dos outros, não faziam na frente do morador.** Depois quando eu já estava com os meus dezesseis, dezessete anos já, que eu fui ver o que era tráfico de drogas, venda, vi os outros usando, mas tipo assim, **até então, até as pessoas que mexiam, envolviam que eram como se dizia “os patrões da comunidade”, tratava todo mundo com o maior respeito, os moradores e tudo** (Trecho da entrevista realizada com Maria, moradora da PPL, 2019. Grifos meus).

No caso dos jovens que foram ao boliche com Virgínia, seu rótulo estava implícito ele já havia sido anunciado por meio do estigma. Existem certos lugares que são formulados pensando em um público alvo, um grupo, no sentido de Becker, pessoas fora deste grupo esperado passam a frequentar esses lugares, gera um estranhamento que é mútuo. Podemos exemplificar com o caso dos “grupos de rolezinho” que eram jovens moradores de periferia que marcavam para se encontrar em shopping de classe média e classe média alta. O impacto foi tamanho que gerou um estranhamento que confundiu a normalidade do local. Inicialmente aquela situação se configurou como transgressão, pois aquele grupo não pertencia àquele local, eles eram marcados pelo estereótipo pelo qual se identifica bandidos, nesse sentido a reação e o imaginário inicial seria daquela ação se tratar de um arrastão. Esse é um imaginário parecido com o que foi relatado por Dona Juvenita “eles pensavam que a gente era ladrão”.

Quando há alguém pertencente ao grupo hegemônico a realidade onde a ação acontece, disposto a fazer uma mediação entre os grupos há uma possibilidade maior de intercâmbio, como no caso dos jovens do boliche em que Virgínia relata sua satisfação ao encontrar a professora com seus alunos de uma escola particular e enfatiza o fato dela ser professora universitária, o que legitimaria ainda mais a presença do grupo estranho ao local.

E eu fico muito triste com isso, porque eu acho que a Pedreira, isso é bom de poder ir, sair, ver e tudo, mas também é ruim porque **eles se sentem menos**. Eles não, a gente! **Eu rompi mais com isso, mas assim, não é fácil não**. Você sai e as pessoas que eu conheço, que são meus amigos **lá de baixo, lá de fora**, eles sempre falam: “ah, a Valéria é da Pedreira!” **E eu falo também “Eu sou da Pedreira!”** Eu não falo “Eu sou do São Cristóvão, Santo André, não!” eu moro na Pedreira. Eu fui numa casa um dia desses lá na Serra, do lado dos ricos, não do lado dos pobres, aí a mulher pegou e falou comigo assim. Eu fui em uma festa lá. Ai a dona da casa veio, me cumprimentou e tudo, ai “conversa vai, conversa vem”, ela falou: “E você, mora onde? Eu falei: “Lá na Pedreira Prado Lopes!” **A mulher, a mulher quase caiu, a dona da casa: “Você mora na pedreira?”** Eu falei: “É, moro na Pedreira!” **E ela ficou assim, indignada**, assim: “**Eu morro de medo daquele lugar!**” Ainda falou assim. Eu falei: “não, mas lá não tem bicho não! Lá tem gente igual à senhora mesmo! Me belisca aqui pra senhora ver, eu sou gente!” Ela, “não! Não é isso não! **É que a gente escuta tanta coisa!**” E eu falei: Então, você escuta tanta coisa, mas **você já foi lá ver? Você sabe o que é morar, viver lá?** Até a senhora não saber que eu era da favela, a senhora estava conversando comigo” assim, ela:

“Mas você não parece favelada não!” Eu falei: “Mas eu sou favelada!”
(Trecho da entrevista realizada com Virgínia, moradora da PPL, 2017.
Grifos meus).

O sujeito estigmatizado pode acabar incorporando a crença de que realmente é portador dos atributos negativos dos quais o rotulam, o morador de favela se torna o favelado, se a favela é lugar da violência, do crime e da miséria, o favelado é o violento, criminoso e miserável. Quando este sujeito está em contato com os não favelados pode ocorrer o conflito do lugar social, como ocorrido na história relatada por Virgínia. A sua marca ao ser descoberta pelo outro revela o estigma e as relações são modificadas e o que é a representação da favela e do favelado passa a ser a identidade daquela pessoa.

No entanto, a identidade negativa atribuídas a esses sujeitos pode ser incorporada por eles se afirmarem como tal e “aproveitam” desse estigma para reivindicar direitos. A autoafirmação pode servir também para ressignificação do estigma se tornando uma marca identitária positiva, Virgínia ao se afirmar como favelada, mostra a sua interlocutora que não há problema nenhum em sê-lo e que ela pode naturalmente ocupar lugares que historicamente lhe foram negados.

3.5 Pertencimento

Nesses vários anos de existência e de resistência a PPL continua sendo favela, algumas mudanças na estrutura por meio da urbanização fez com que a mesma fosse modificando seu aspecto, no entanto ainda se convive com a falta de políticas públicas que de fato atendam às necessidades dos moradores e, ao contrário do que pensam “os outros”, os moradores da PPL são os que mais sofrem e são atingidos direta e indiretamente pela violência, por estarem mais próximos de confrontos violentos.

Mesmo neste contexto existe uma identidade com o lugar e um forte sentimento de pertencimento, foi o que nos contou as moradoras entrevistadas.

Eu não consigo largar a pedreira. É muito louco, porque minha mãe trabalhava de lavadeira ela me levava pro trabalho, e ela uma vez estava enterrando um monte de coisa lá no jardim da patroa lá e ela abriu e começou a enterrar um monte de coisinha lá, eu falei: “mãe o que é isso?” aí ela começou a me mostrar os umbigos, era o meu e dos meus irmãos mais

novos que a casa não tinha caído em cima, ai ela estava enterrando lá, porque **ela falou que não queria que a gente acabasse nossa vida dentro da Pedreira. Mas não valeu de nada, porque eu não consigo sair da Pedreira**

Nossa! Eu amo a Pedreira! Eu amo a Pedreira, sabe? Eu tenho muito prazer em morar aqui! **Eu tenho oportunidade de sair se eu quiser, mas eu, não é escolha minha sair daqui não, escolha minha é ficar aqui. Eu sonho da Pedreira melhorar mais.**

Acho que é isso! É pertencimento! Primeiro a gente nasceu aqui, e segundo que assim, é essa coisa mesmo. Que nem eu, eu conheço a Pedreira inteira. Eu conheço todos os bandidos, eu conheço todos os trabalhadores, eu convivo bem com todo mundo, e assim, é uma coisa que eu não sei explicar não, mas **é um lugar que eu me sinto pertencente**. Por mais que eu tente ver minha vida fora daqui, eu não consigo (Trecho da entrevista realizada com Virgínia, moradora da PPL, 2017. Grifos meus).

Diferente, talvez de outras realidades, os moradores da PPL vivenciam seu cotidiano e o seu lugar mesmo com as dificuldades aparentes mantém o desejo de permanecer e lutar por melhorias internas. As fronteiras físicas e simbólicas, as desigualdades e as injustiças fizeram fortalecer os laços entre os moradores e o sentimento de pertencimento. Assim como Virgínia, Dona Juvenita, relatou que só saiu da PPL devido a sua idade e por ter adoecido, mas enfatiza seu amor pela PPL. Ao perguntá-la se ela já negou que morava na PPL para conseguir ser aceita no emprego, ela me revelou

Eu nunca quis falar que morava em outro lugar. Eu vou explicar pra você, você vai entender. Porque na verdade **eu me considerava uma filha da Pedreira, com amor, então se eu tinha amor pelo lugar que eu morava, eu não podia falar que não morava lá**. Eu deixava de empregar várias vezes, várias vezes eu deixei (Trecho da entrevista realizada com Dona Juvenita, moradora da PPL, 2019. Grifos meus).

Em sua representação da PPL, Dona Juvenita traz uma memória histórica das transformações ocorridas no local, das festas e demonstra o desejo de que se há desarmonia que possam voltar novamente a darem as mãos em festa como ocorria nos festejos juninos de sua juventude.

Eu vi muita coisa boa aqui, eu vi muita coisa boa acontecer aqui na Pedreira Prado Lopes. Desde o enterro que era péssimo até a formação profissional. O enterro por que nós éramos muito pobres, então era muito ruim, era muito

ruim. A gente não podia nem morrer naquela época, não podia nem morrer que a gente não tinha condições de enterrar. Mas como as coisas foram melhorando, né? Inclusive aqui para nós, né? Que é a comunidade. Então hoje, hoje nós já temos a honra de por um “predeirense” numa urna, isso para nós é muito bom, isso é muito bom. Nós temos gente que faleceu aqui e nós tivemos condições de botar uma urna para enterrar, entendeu? Isso é muito importante para nós. Nós voltamos do enterro muito alegres, muito contentes, tudo isso foi muito bom. (Depoimento de Jovina da Costa Meira. In: SOARES e ANTUNES, 2001, p. 54).

Então na Pedreira Prado Lopes tá aparecendo muita coisa boa, muita coisa boa. De 56 até o ano 2000 eu só vi melhoramento na Pedreira Prado Lopes. Inclusive nas casas. Nas casas, você pode ver, toda casinha que você for está bonitinha, não é mais aquela casinha de caixote que era em 56. Aquela rua que não tinha calçamento, aquela casinha de fogão de lenha, não tem mais isso na Pedreira Prado Lopes. Agora a casinha é bonitinha, de azulejo, tem pia, tem água encanada, tudo bonitinha, tudo bem feitinha, num é? Tudo bonitinha, televisão a cores, todo mundo tem sua casinha toda bonitinha, então a Pedreira Prado Lopes cresceu muito nesses 40 anos. Eu vi muito melhoramento e vi também muito jovem estudar, eu vi muito jovem sair daqui professor. (Depoimento de Jovina da Costa Meira. In: SOARES e ANTUNES, 2001, p. 52).

Dona Juvenita revela também o sentimento de seu filho Roberto pela PPL, que assim como Virgínia deseja ao invés de querer sair da PPL, que é o que poderia acontecer com alguém que consegue condições econômicas melhores de ir para lugares que lhe ofereça acesso a uma condição melhor de vida, preferem continuar no lugar e lutar para melhorá-lo.

A sobrevivência melhorou muito, nós temos supermercado, nós temos farmácia, nós temos posto de saúde, nós temos escola profissionalizante, nós temos muita coisa boa aqui, certo? Por isso tem muita gente que não quer mudar da Pedreira Prado Lopes, **igual o senhor Robson da Costa Meira. Se falar com ele em mudar da Pedreira Prado Lopes, ele briga com meio mundo e metade do outro.** Um dia eu fui convidar ele para mudar daqui, ai que briga que nós arrumamos! – Não, eu não vou mudar da Pedreira Prado Lopes, não. **Eu vou consertar a Pedreira Prado Lopes.** O meu filho Robson. Não quer mudar da Pedreira Prado Lopes por nada, não quer trocar. Ele nasceu aqui. Meus três filhos nasceram aqui. (Depoimento de Jovina da Costa Meira. In: SOARES e ANTUNES, 2001, p. 130-131).

Maria se refere ao lugar que mora com aqui em baixo, que é “sua área” como um lugar tranquilo e vê na relação com os vizinhos laços familiares de proximidade. Aquelas pessoas

com as quais se pode contar em momentos difíceis, “aqui em baixo sempre foi tranquilo, a gente nunca teve problema. Na verdade os vizinhos, como se diz, são os parentes mais próximos, pois é com os vizinhos que a gente conta quando a gente não tem parentes que moram perto” um sentimento semelhante ao de Dona Juvenita que considera os moradores da PPL como seus irmãos pedreirenses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PPL enquanto favela é construída na interconexão de diferentes representações. Historicamente, ela se formou a partir das desigualdades fundantes da cidade de Belo Horizonte. No imaginário coletivo, principalmente daquele formado e difundido por sujeitos externos a ela, se consolidou a representação homogenia da PPL enquanto lugar do perigo, da marginalidade e da pobreza. As mulheres entrevistadas para esta pesquisa comprovam isso em algumas de suas falas: “eles pensavam que a gente era ladrão, vai trabalhar lá só para roubar”, contou Dona Juvenita; “Eu morro de medo daquele lugar!” “É que a gente escuta tanta coisa!”, ouviu Virgínia da dona da casa onde estive em uma festa no bairro Serra.

No processo de construção desta pesquisa, ao consultar sites de busca na internet percebi que os caracteres “Pedreira Prado Lopes” estão diretamente relacionados à essa representação de lugar violento, mesmo quando palavras como, cultura, mulheres e religiosidade, por exemplo, eram vinculados ao nome da favela, em regra os resultados traziam abordagens relacionando a PPL à criminalidade. Pensando nisso, ao sentarmos por alguns minutos em frente ao computador podemos encontrar material discursivo suficiente como, matérias de jornais, programas sensacionalistas de TV, sites, imagens e vídeos para se compor de forma superficial juízos de valor a respeito da PPL. A construção dessa imagem foi sendo definida e consolidada ao longo de sua história sendo a denominação favela já carregada de estereótipos.

Ao fazer essa reflexão podemos pensar ainda, como se forja o sujeito social? O discurso que caracteriza o sujeito é o sujeito? Essas questões são interessantes para que possamos discutir sobre a realidade e a representação do real, que segundo Foucault (2008) são apresentadas a partir da linguagem.

A linguagem forma a imagem da verdade, mas não a verdade em si, sendo assim o objeto existe, ele está no mundo sem necessidade de conteúdo, quando percebido pelos sujeitos, a subjetividade desses repete aquela forma dotando-a de significados e lhe atribui um signo. O conjunto de outras representações, como um contexto histórico, por exemplo, influenciam na forma como a representação de um objeto é construído. A hegemonia de um signo, favela, por exemplo, e de sua significação, ou representação, é alcançada por meio de sua circulação no cotidiano, possibilitada pelo discurso, e o poder hegemônico têm a liberdade e a possibilidade de representação de si e do outro.

Nesse sentido, pensar a formação discursiva e o que ela pode compor, também é pensar em relações de poder, pois o discurso influencia o comportamento dos sujeitos. Seguindo o raciocínio anterior, guiado pelas reflexões de Foucault pode ser notado um importante paradoxo; a representação nega a realidade e nesse momento que ela se afirma como não real, algo novo se cria, ou seja, o novo é aquilo que é representado. Nesse sentido, apenas existem favela e cidade formal, porque são representações geradas a partir de um contexto permeado pela disputa do poder pela hegemonia do discurso.

Quando o sujeito subalterno é criado, desigualdades e opressões são legitimadas, pois o “nos” retira dos “outros” traços de humanidade, gerando o conflito e o ódio (contra a

mulher, contra o pobre e contra o negro, por exemplo), delimita fronteiras, possibilita a morte desses corpos coisificados e gera o sentimento de inferioridade, que no caso dos moradores de favela faz com que acreditem que podem ser explorados.

As diferenças existem e são importantes, no entanto o que quero enfatizar nesse raciocínio é que o ver e o dizer o outro a partir de estereótipos geram profundos problemas na sociedade, no entanto quando se lança um olhar no diferente, no outro e se vê o eu, se reconhece concomitantemente a humanidade no outro.

O olhar que se buscou nesta pesquisa foi o dos próprio moradores e moradoras a partir de seus relatos e das entrevistas realizadas com três mulheres. Essas narrativa trouxeram a luz, por meio de suas histórias pessoais, vários elementos, fatos e conflitos importantes para entender, a partir de uma perspectiva interna as relações sociais que permeiam a vida feminina, principalmente, dentro de um contexto envolto por estereótipos negativos e estigmas que exclui e marginaliza. Suas trajetórias familiar, estudantil e de trabalho exemplificam a luta diária de várias outras mulheres em situação semelhantes.

Nessa busca mnemônica foram erigidas bases de pensamento que mostram o caráter cultural e identitário construídos na Pedreira historicamente, a partir das vivências dos sujeitos e sua relação com o espaço transformando-o e sendo transformados. Nessas trocas, dos sujeitos com o espaço e entre os sujeitos, que compartilharam e ainda compartilham um histórico de exclusão e estigmatização, presentes na fala dos moradores se construiu uma Pedreira Prado Lopes de resistência e luta pela permanência no lugar.

Em diferentes contextos, trabalhos acadêmicos, reportagens de jornal e sites, em documentos governamentais e na fala dos moradores e moradoras, o termo utilizado para definir a PPL variou entre, favela, vila, comunidade, aglomerado e morro. Optei, em diversos trechos por utilizar o termo favela para marcar as diferenças existentes na PPL, para contribuir na desconstrução do olhar homogêneo do termo e para dar visibilidade à questões ainda não superadas como após tantos anos a PPL continuar sendo favela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação impressa

BELO HORIZONTE. **Líderes - Curso Internacional sobre Saúde, Desastres e Desenvolvimento Redução de riscos de desastres - a experiência da URBEL.** S/a., S/p.
Disponível em:
http://www.disasterinfo.net/lideres/portugues/brasil_07/apresentacoes/URBEL.pdf.

Diretoria de Patrimônio Cultural/Fundação Municipal de Cultura. **Documento apresentado ao CDPCM-BH pelo Representante da Associação Recreativa Escola de Samba Unidos do Guarani, Mário César de Almeida.** In.: Processo de Registro como patrimônio Imaterial da Pedreira Prado Lopes. Prefeitura de Belo Horizonte: nov. 2007

Documentação em meio eletrônico

<http://g1.globo.com/minas-gerais/parceiro-mg/noticia/2013/05/parceiros-da-pedreira-pradolopes-mostram-projeto-social-no-aglomerado.html>

Vídeo da Coleção Prosa e Poesia no Morro – Favela é isso aí.

Livros, artigos, teses e dissertações

ARROYO, Michele Abreu. **A Diversidade Cultural na Cidade Contemporânea: O Reconhecimento da Pedreira Prado Lopes como Patrimônio Cultural.** Tese de doutorado, PUC Minas, Belo Horizonte, 2011, 204 páginas.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. **Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais em 2007, 492 – 502 páginas.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos.** Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970b. p.18.

BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. **Trajatória da Formulação e Implementação da Política Habitacional de Belo Horizonte na Gestão Frente Popular 1993/1996.** Instituto de Geociências da UFMG. Belo Horizonte. 2005.

BECKER, Howard S. “Outsiders”. In: **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2008, p. 15 – 27.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Produzir e analisar dados etnográficos In: **Guia para a pesquisa de campo.** Petrópolis: Vozes, 2007. Capítulo 4, "Observar".

BOURDIEU, Pierre. “Sobre o poder simbólico” e “A identidade e a representação”. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** RJ: Bertrand Brasil, 2007. p. 7-16 e 107-132.

BOURDIEU, P. (dir.). **A Miséria do mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CIOCCARI, Marta; DELLA TORRE, Djane. “Palavras em revezamento, sentidos compartilhados”. In: CAMARANO, Márcia, **João Sem Terra – Veredas de uma luta.** Brasília. Ministério do desenvolvimento agrário, Coleção Camponeses e o Regime Militar, vol. 1, 2012, p. 13 – 18.

FACINA, Adriana (Org.). **Acari cultural: mapeamento da produção cultural em uma favela da zona norte do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2014. 152 página.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, 221 páginas .

HARVEY, David . Direito à cidade. *In: Cidades rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana*. Martins Ed. São Paulo, p.27-66, 2014.

GOFFMAN, Erving. “Estigma e identidade social”. *In: Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar. 1975. p. 5 – 37.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, Legislação e Desigualdade**. Estudos avançados 17(48), 2003. P. 151 a 168.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1997. **Um Diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record. pp.41-75.

NASCIMENTO, Alexandra; RODRIGUES, Martin Nicolas; PESSOA, Stenia Carvalho; OLIVEIRA, Talita Freitas. **Dilemas e Perspectivas dos Processos Participativos nos Projetos de Urbanização de Assentamentos Precários no Município de Belo Horizonte: A Pedreira Prado Lopes**. III Seminário Nacional sobre urbanização de favelas – URBFAVELAS. Salvador, Bahia. 2018, 18 página.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **O movimento de favelas em Belo Horizonte (1959-1964)**, Rio de Janeiro: E-Papers, 2010, 242 páginas.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **“Trabalhadores favelados: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e Belo Horizonte, (1959-1964)**, Rio de Janeiro: Tese de doutorado, 2014, 332 páginas.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen Livros, 112 páginas. 2019 (Coleção: Feminismos Plurais).

SALES, Mara Marçal. **A favela é um negócio a fervilhar: olhares sobre a estigmatização social e a busca de reconhecimento na Pedreira Prado Lopes**. 2003. 223p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais

SANTOS, Boaventura de Souza. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In: SANTOS, Boaventura de Souza e MENEZES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES, 2009.

SANTOS, Milton. **A Cidade como Centro de Região**. Definições e Métodos de Avaliação. Salvador. LGER/Universidade da Bahia. 1959.

SOARES, Adão e ANTUNES, Sueli Alves (orgs.). **Pedreira Prado Lopes: memórias/organização**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2001.

URVOY, Philippe. **A cidade sem Estado: movimentos de bairros e luta pelo direito à cidade na periferia de Belo Horizonte (1964 – 1983)**. Florianópolis – SC. XXVIII Simpósio Nacional de História. 2015. 14 páginas.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *In: Revista brasileira de ciências sociais*, vol.15, nº44, 2000, p. 5-33.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? *In: Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 2009, 15, n. 32, jul/dez , pp. 157-170.